



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola Politécnica
Programa de Engenharia Urbana

Thais Scoralich de Carvalho

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO E REABILITAÇÃO:
Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2016



UFRJ

Thais Scoralich de Carvalho

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO E REABILITAÇÃO:

Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadores: Angela Maria Gabriella Rossi
Eduardo Linhares Qualharini

Rio de Janeiro
2016

Carvalho, Thais Scoralich.

Preservação do Patrimônio Histórico Urbano e Reabilitação:
Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro / Thais
Scoralich de Carvalho – 2016. 149f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana,
Rio de Janeiro, 2016.

Orientadores: Prof^a Dr^a Angela Maria Gabriella Rossi e Prof^o Dr^o
Eduardo Linhares Qualharini.

1. Introdução. 2. Preservação do Patrimônio Histórico Urbano.
3. Preservação do Patrimônio e Intervenções Urbanas do Brasil.
4. A Região Portuária do Rio de Janeiro. I. Carvalho, Thais
Scoralich. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola
Politécnica. III. Preservação do Patrimônio Histórico Urbano e
Reabilitação: Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro.



PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO E REABILITAÇÃO:
Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro

Thais Scoralich de Carvalho

Orientadores: Angela Maria Gabriella Rossi
Eduardo Linhares Qualharini

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovada pela Banca:

Presidente, Prof.^a Angela Maria Gabriella Rossi, D. Sc., UFRJ/POLI/PEU

Prof. Eduardo Linhares Qualharini, D. Sc., UFRJ/POLI/PEA

Prof. Armando Carlos de Pina Filho, D. Sc., UFRJ/POLI/PEU

Prof.^a Cláudia Carvalho Leme Nóbrega, D. Sc., UFRJ/FAU/PROARQ

Rio de Janeiro
2016

RESUMO

CARVALHO, Thais Scoralich. **Preservação do Patrimônio Histórico Urbano e Reabilitação:** Um Estudo na Região Portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

No decorrer do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, sua região central e, em especial, sua região portuária, foram alvo de diversas intervenções que modificaram significativamente sua paisagem urbana. Região caracterizada por seu patrimônio histórico urbano e, mais recentemente, pelo fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco como paisagem cultural urbana, nota-se uma crescente preocupação com a gestão dos tecidos urbanos históricos. A Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro passa atualmente por uma Reabilitação Urbana de grande escala, intitulada Porto Maravilha, a qual se torna alvo do presente estudo, tendo como objeto de análise a preservação do patrimônio histórico local sob o ponto de vista da abordagem da paisagem urbana histórica. Essa abordagem traz algumas premissas de gestão do patrimônio e serve como parâmetro de análise da intervenção, levando-se também em consideração os aspectos de sustentabilidade urbana aliados a preservação do patrimônio urbano. Assim, a dissertação apresenta uma avaliação da Reabilitação Urbana na Região Portuária do Rio de Janeiro sob os aspectos da preservação de sua paisagem urbana e os aspectos de sustentabilidade que podem ser agregados a este tecido histórico tão importante para a cidade.

Palavras-chave: Preservação e Reabilitação, Sustentabilidade Urbana, Porto Maravilha.

ABSTRACT

CARVALHO, Thais Scoralich. **Preservation of the Urban Historic Heritage and Rehabilitation:** A study on the Port Region of Rio de Janeiro City. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

On the course of development of the City of Rio de Janeiro, its central region and in particular the Port Region, were target several interventions that changed significantly its urban landscape. Region characterized by its urban heritage and recently by the fact that the City of Rio de Janeiro have been entered on the list of UNESCO World For Heritage as a cultural urban landscape, there is a Growing Concern for Management of Urban Historical Esembles. The Port Region of Rio de Janeiro City currently spends a large-scale Rehabilitation, entitled Porto Maravilha. This approach brings some assumptions of the Management and serve Intervention Analysis parameter, taking into consideration aspects of urban sustainability that allies Preservation of Urban Heritage. So, this dissertation presents An Urban Renewal Assessment in the Region Port of Rio de Janeiro under the aspects of its preservation Urban Landscape and Sustainability that may be aggregated to this historic ensemble so important to the City.

Key-Words: Preservation and Rehabilitation, Urban Sustainability, Porto Maravilha.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar (IPHAN, 2012).....	5
Figura 2 - Sintra. Muralhas no entorno do Castelo dos Mouros, Portugal (1995).....	42
Figura 3 - Puerto Madero, 2011 (Fonte: Flickr.com).....	94
Figura 4 – Delimitação da Região Portuária do Rio de Janeiro (fonte: PortoMaravilha.com.br).....	113
Figura 5 - MAR: Museu de Arte do Rio (Fonte: Google Images).....	114
Figura 6 - Vista aérea da Praça Mauá, 2011 (Fonte: Google Images).....	115
Figura 7 - Edifício "A Noite" - 1929 (Fonte: Google Images).....	115
Figura 8 - Cortiço (Arquivo da Cidade, 2002).....	117
Figura 9 – Trapiches na Região Portuária, final do século XIX (TURAZZI, 2012)...	117
Figura 10 - Área do Continente aterrada para construção do Porto do Rio de Janeiro (fonte: Google Images).....	119
Figura 11 - Construção do Porto (Turazzi, 2012).....	119
Figura 12 - Delimitação da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (fonte: PortoMaravilha.com.br).....	122
Figura 13 - Esquema do Funcionamento das CEPACs (Fonte: PortoMaravilha.com.br).....	125
Figura 14 - VLT Carioca (fonte: vltrio.com.br).....	128
Figura 15 – Traçado das paradas do VLT Carioca (fonte: vltrio.com.br).....	129
Figura 16 – Nova Paisagem Urbana do Porto Maravilha (Fonte: PortoMaravilha.com.br).....	131
Figura 17 - Instalações enterradas (Fonte: portomaravilha.com.br).....	132
Figura 18 - Evolução da Paisagem Urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro.....	133
Figura 19 - Nova Paisagem Urbana do Porto do Rio (fonte: portomaravilha.com.br).....	134
Figura 20 – Mapa Cicloviário da Região Portuária (fonte: portomaravilha.com.br) .	135
Figura 21 - Traçado da Ciclovía (fonte: portomaravilha.com.br).....	135
Figura 22 - Paraciclo instalado em Copacabana (fonte: Google Images).....	136
Figura 23 - Tabela de dimensões de ciclovía em função do volume de tráfego (Fonte: Plano Diretor Cicloviário de Porto Alegre).....	137
Figura 24 - Ciclovía da via expressa (Fonte: portomaravilha.com.br).....	138

Figura 25 - Traçado da Orla Conde e Pontos Culturais (Fonte:PortoMaravilha.com)	139
Figura 26 - Passeio Público altura do moinho fluminense (fonte: PortoMaravilha.com)	140
Figura 27 - Área de Passeio Público (Fonte: portomaravilha.com.br)	141
Figura 28 - Pavimento Permeável (Fonte: Google Images)	141
Figura 29 - Pavimento Poroso (Fonte: Google Images)	142
Figura 30 - Postes de Iluminação Pública (Fonte: Google Images)	143
Figura 31 - Sistema de funcionamento do "Mango" (Fonte: Google Images)	144
Figura 32 - Variações do equipamento (Fonte: Google Images)	144
Figura 33 - Praça Mauá - projeto atual (Fonte: portomaravilha.com.br)	145
Figura 34 - Divisão das Calçadas (Fonte: Google Images)	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para Inscrição de Bens como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco	34
Quadro 2 - Classificação das Paisagens Culturais pela UNESCO.....	41
Quadro 3 - Critérios de Inscrição de Bens como Patrimônio Mundial pela Unesco ..	44
Quadro 4 - Motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos	81
Quadro 5 - Quadro síntese dos processos de intervenção urbanas	97

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Introdução ao Tema	1
1.2. Objetivo	4
1.3. Metodologia	4
1.4. Justificativa.....	5
1.5 Estruturação do Trabalho.....	6
2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO	9
2.1. Antecedentes Históricos.....	9
2.2. Teorias de Preservação e as Cartas Patrimoniais	12
2.3. Preservação do Patrimônio Histórico Urbano ao longo do século XX	23
2.4. Paisagem Cultural e Paisagem Histórica Urbana: Recomendações da Unesco.....	33
2.5. Preservação através da abordagem da Paisagem Urbana Histórica ...	52
2.5.1.Urbanização e Globalização	53
2.5.2.Desenvolvimento	54
2.5.3. Ambiente	54
2.5.4 Políticas	55
2.5.5 Ferramentas	56
2.5.6 Capacitação, Pesquisa, Informação e Comunicação	57
2.5.7 Cooperação Internacional.....	58
3. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E INTERVENÇÕES URBANAS NO BRASIL	59
3.1. Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil	59
3.1.1 A Chancela da Paisagem Cultural no Brasil	72
3.2. Intervenções em Centros Históricos	77
3.2.1 Renovação Urbana	82
3.2.2 Preservação Urbana	86
3.2.3 Reinvenção Urbana	91
3.3 Outros Tipos de Intervenções	98
3.4 Sustentabilidade Urbana nas Intervenções em Centros Históricos	98
3.4.1 Parâmetros de Sustentabilidade em Centros Históricos	103
3.4.1.1 Mobilidade Urbana	106
3.4.1.2 Infraestrutura Sustentável.....	109

4. A REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO.....	113
4.1. Localização da área de estudo.....	113
4.2. Breve Histórico da Construção da Área Portuária do Rio de Janeiro	116
4.3. Intervenções Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro após segunda metade do séc XX	120
4.4. O Porto Maravilha do séc. XXI.....	121
4.5. A Reabilitação da Região Portuária do Rio de Janeiro e sua Paisagem Urbana Histórica	132
4.6. Avaliação das Características de Sustentabilidade aplicáveis a Centros Históricos	135
4.6.1. Mobilidade Verde.....	135
4.6.1.1. Críticas e Sugestões.....	136
4.6.2. Infraestrutura Sustentável.....	138
4.6.2.1. Críticas e Sugestões.....	140
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151

1. INTRODUÇÃO

1.1 Introdução ao Tema

No decorrer do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, foram inúmeras as intervenções realizadas em sua região central, berço da urbanização da cidade. Em especial, a região portuária do Rio de Janeiro, foi palco de transformações significativas no primeiro quarto do século XX. Os melhoramentos urbanos ocorridos durante a gestão do engenheiro Francisco Pereira Passos na prefeitura a partir de 1902, reabilitaram uma área até então considerada insalubre, substituindo os inúmeros trapiches instalados em sua costa por armazéns, além do alargamento e criação de várias avenidas na cidade do Rio de Janeiro.

Esse mesmo espaço urbano, neste início de séc. XXI passa por uma profunda reabilitação urbana, denominada Porto Maravilha. Trata-se de uma intervenção que visa a requalificação do tecido urbano através da preservação do patrimônio edificado. Porém, com a demolição de elementos considerados responsáveis pela degradação e esvaziamento da região, como é o caso do Elevado da Perimetral.

Apesar de não tão recentes, os projetos de intervenção urbana, em especial em áreas históricas, agregam, ou deveriam, valores de Sustentabilidade, de identidade e preservação do Patrimônio.

Segundo Kühl (2008), a preservação do patrimônio “têm por objetivo fazer com que os bens sejam usufruídos no presente e transmitidos ao futuro da melhor maneira possível”. Esta ideia reforça a definição de desenvolvimento sustentável apresentada pelo relatório de *Brundtland* que diz que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Portanto, segundo Petroncelli (2011), “pensar em desenvolvimento urbano sob a perspectiva da sustentabilidade, significa encontrar caminhos para desenvolvimentos harmoniosos”, reafirmando a necessidade de se preservar o

patrimônio edificado, que revitaliza características estéticas, arquitetônicas e históricas, sem a destruição do parque edificado citadino.

Atualmente, existe um consenso teórico em relação à abrangência das intervenções de preservação de áreas urbanas históricas, que aponta, dentre outras coisas, para a obrigatória consideração de fatores materiais e imateriais. Cuidados com fachadas, coberturas, ruas, pavimentações, dentre outros elementos que compõem a paisagem de cidades e bairros históricos, tornaram-se tão importantes quanto os usos característicos desenvolvidos na região, bem como seus habitantes tradicionais que utilizam e se apropriam, cotidianamente, de espaços públicos e privados. (CARLOS, 2010)

A importância da preservação é resultante das variáveis materiais e imateriais manifestadas nos sítios urbanos (conceito de lugar), iniciada pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Mais tarde, essa tendência foi confirmada e expandida por intermédio da Declaração de Québec sobre a preservação do “*spiritu loci*” – espírito do lugar – elemento fundamental na caracterização de áreas urbanas. A citada Declaração destacou que as “(...) comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade”. (CARLOS, 2010)

Cabe destacar, nesse contexto, a pioneira e significativa contribuição de Gustavo Giovannoni (1873-1943) que, já nos anos 1930, segundo Choay (2001), antecipou de “forma simultaneamente mais simples e mais complexa” os paradoxos e dificuldades que as diversas políticas de conservação de áreas urbanas europeias iriam encarar a partir dos anos 1960. Giovannoni destacou, dentre outros aspectos, a importância do entendimento que essas áreas, portadoras de um “patrimônio urbano”, constituíam, ao mesmo tempo, monumentos e tecidos vivos, recomendando pioneiramente a inclusão desses “fragmentos urbanos antigos” num plano diretor, sem o qual não poderiam se relacionar com a vida presente, mantendo-se, no entanto, o “caráter social da população” (CHOAY, 2001; CARLOS, 2010)

Mais tarde, Argan (2000 *apud* CARLOS, 2010), corroborou essa premissa, destacando também como fundamental a necessidade de se manter o conteúdo social de áreas urbanas históricas, visando dar continuidade aos processos de formação e manutenção das “formas antigas”, afirmando que:

“A conservação dos antigos conjuntos arquitetônicos está ligada à conservação integral de seu conteúdo social; sua evolução está ligada à possível evolução histórica da antiga função. A substituição do velho conteúdo por um novo, por sua vez, conduziria rapidamente à transformação radical e à ruína das formas antigas”. (ARGAN, 2000 *apud* CARLOS, 2010)

Torna-se possível assim deduzir, em face do estágio atingido pela discussão, que conjuntos arquitetônicos, malhas urbanas, usos e apropriações do espaço, assim como o modo de vida das suas respectivas e tradicionais populações formam um todo único, indivisível e característico que deve obrigatoriamente ser contemplado nas iniciativas de preservação. Para se propor ou avaliar criticamente uma intervenção urbana nos dias atuais, deve-se ter como referência teórica esses principais aspectos, balizadores da discussão internacional, além dos respectivos contextos político e econômico locais principalmente quando se tratam de áreas urbanas degradadas.

No entanto, apesar do expressivo avanço teórico, o que se observa frequentemente, em grande parte dos casos, como consequência da aplicação de planos de conservação de áreas urbanas é um indesejável fenômeno social denominado *gentrificação*. Ele é definido como uma forma de apropriação de determinadas áreas urbanas por camadas afluentes e do capital privado, que o ‘requalificam’ concertadamente com outros atores, inclusive o poder público, criando uma situação de exclusão e especulação, convertendo espaços privilegiados remanescentes e degradados, em espaços de consumo de uma classe social ascendente.

Assim, esta dissertação possui como principal motivação a análise da intervenção pela qual a região portuária do rio de janeiro vem passando neste início de século XXI, sob o ponto de vista da preservação do sítio histórico e da paisagem urbana da região. Aliado a isso, uma análise das principais diretrizes de sustentabilidade que norteiam o programa desta intervenção.

1.2. Objetivo

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise da intervenção pela qual a região portuária do Rio de Janeiro vem passando, desde os Melhoramentos Urbanos da virada do século XX até o Porto Maravilha. Promovendo assim uma reflexão a cerca da contribuição da reabilitação para a preservação do patrimônio histórico da região, bem como para a sustentabilidade urbana.

Através da análise do projeto de reabilitação urbana da região portuária do Rio de Janeiro e, também, das reabilitações pelas quais a região central da cidade vem passando, conseguir identificar as principais consequências dessas intervenções no que diz respeito a preservação do patrimônio histórico urbano presente nesta região. Ainda, se essas intervenções levam em consideração princípios de sustentabilidade urbana aplicadas a sítios históricos.

O questionamento principal da dissertação é se a intervenção respeita as normas de conservação e preservação da paisagem urbana histórica recomendadas pela UNESCO e que asseguram um desenvolvimento urbano sustentável. Ainda, quais seriam os fatores que influenciam as características urbanas históricas dessa região e se houve, de fato, um respeito à memória e preservação do parque edificado e dos conjuntos arquitetônicos que compõem a identidade desses bairros.

1.3. Metodologia

Utilizando como base as Recomendações da UNESCO e as Cartas Patrimoniais serão delimitados os fatores a serem analisados neste estudo, considerados influenciadores da paisagem urbana histórica.

As reabilitações da zona portuária do Rio de Janeiro serão estudadas através de bibliografia sobre o tema, visitas ao local, bem como consulta ao site oficial da Operação Urbana Consorciada.

Fazem parte também da metodologia de pesquisa a participação no circuito de palestras “História e Culturas Urbanas” que conta com uma série especial sobre “A Cidade e o Porto”. As palestras acontecem na última terça-feira de cada mês de

2015 e são uma parceria entre a FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa e UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.4. Justificativa

A Cidade do Rio de Janeiro, a partir de 2012, tornou-se a única no mundo a receber o título da UNESCO de Patrimônio Mundial da Humanidade como Paisagem Cultural Urbana. A partir da candidatura intitulada *Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*, o Rio de Janeiro passa a fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A principal justificativa para a inscrição da cidade é a de que o Rio é uma metrópole tropical que se desenvolveu entre o mar, a montanha e a floresta, concentrando aspectos da natureza que conferem característica única a sua paisagem. E que, portanto, revelam o seu valor universal excepcional, com uma presença marcante de elementos da natureza no meio urbano.

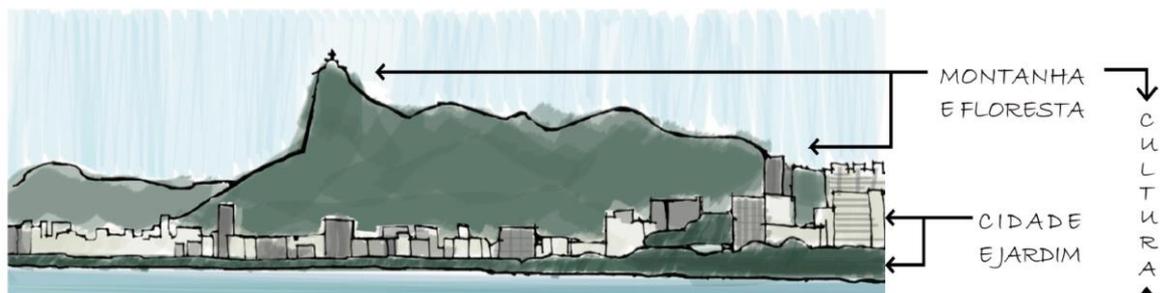


Figura 1 - Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar (IPHAN, 2012)

O Porto e a cidade estão profundamente ligados na constituição da singularidade carioca e determinam muitas características que se desdobram em urbanidades¹ singulares: a cultura urbana, a composição social, as relações da cidade com o país e com o mundo. Além de ser de compor uma paisagem cultural única no mundo, sob o ponto de vista daqueles que chegam à cidade através do porto.

¹ Percepção de uma qualidade da forma urbana, ligada a vida urbana presente nesse local.

Pode-se observar, ainda, que a paisagem histórica urbana da região portuária também se confunde com a paisagem cultural urbana inscrita pela UNESCO. Apesar de não estar dentro da delimitação geográfica da inscrição da Unesco, a paisagem cultural do porto, principalmente sob a perspectiva da praça mauá, também reflete a característica de uma urbanização de cidade que cresceu entre o mar e a montanha e, portanto, deveria ter sido englobada também nessa delimitação. Além disso, a área se configura como berço da urbanização da cidade e conta com inúmeros monumentos históricos, arqueológicos, sítios e jardins históricos, que compõem a paisagem urbana da cidade.

A justificativa de escolha dessa área de estudo se deve, portanto, pela importância histórica da região na construção da cidade e, ainda, por esta região estar passando por uma intervenção de grande escala que impactará em toda a cidade. Tanto sob o ponto de vista da preservação do patrimônio histórico e, portanto, na manutenção dos laços identitários da população com aquele espaço, quanto sob o ponto de vista da engenharia urbana, ou seja, da infraestrutura urbana, principalmente no que concerne a mobilidade urbana, já que a grande maioria dos transportes marítimos e terrestres com destino a cidade do rio de janeiro convergem para a região.

1.5 Estruturação do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, de forma a atender aos objetivos propostos para esta dissertação, cujos conteúdos são explicitados a seguir.

O primeiro capítulo trata da introdução ao tema da dissertação, com a contextualização do assunto proposto, bem como a justificativa de escolha do presente estudo, metodologia de pesquisa e estruturação do trabalho.

O segundo capítulo trata das teorias de preservação do patrimônio histórico internacionais, fazendo um panorama do conceito do termo 'patrimônio' desde o século XIX até o presente momento. Ainda, trata das recomendações da Unesco sobre as paisagens culturais, mais recentemente, a paisagem cultural urbana. Ao final do capítulo são abordadas as principais medidas de sustentabilidade urbana que podem ser aplicadas a sítios históricos de forma a preservar sua paisagem histórica.

O terceiro capítulo aborda a preservação do patrimônio histórico no Brasil, discorrendo sobre o surgimento dos órgãos de tutela e preservação, bem como a abordagem brasileira para a conservação das paisagens culturais. Em seguida, o capítulo trata das intervenções em centros históricos e suas diversas denominações, objetivos, estratégias e desdobramentos.

O quarto capítulo fala das intervenções urbanas e preservação do patrimônio histórico na região portuária do Rio de Janeiro. Neste capítulo é apresentada a localização da área de estudo, as diversas intervenções pelas quais a área já passou, desde os Melhoramentos Urbanos ocorridos no início do século XX até a atual intervenção denominada Porto Maravilha. Ainda, o capítulo caracteriza a região enquanto paisagem cultural urbana e analisa se as soluções implementadas na intervenção de fato respeitam as recomendações da Unesco em relação a preservação do patrimônio urbano e se, de alguma forma, serão atendidos os parâmetros de sustentabilidade urbana aplicados a núcleos históricos apresentados no segundo capítulo.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais do trabalho. O capítulo aborda, portanto, a análise final do atendimento aos objetivos do trabalho e apresenta em seguida as suas referências bibliográficas.

2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO

2.1. Antecedentes Históricos

Ao final do século XIX, começa a surgir no contexto urbano internacional uma preocupação com a preservação de bens considerados de valor histórico e cultural. Principalmente, a partir da perspectiva das transformações urbanas e diante da industrialização e relocalização das cidades como centros da economia mundial, desenvolvendo-se importantes reflexões acerca da noção de patrimônio histórico e o posterior aparecimento da noção de patrimônio urbano, no contexto das manifestações do desejo de preservação do patrimônio das cidades (patrimônio cidadão).

Segundo Moreira (2004, p.31), o fim do século XIX foi marcado por mudanças profundas no modo de vida das cidades. Há um aumento significativo no número de habitantes nas principais capitais do mundo devido ao fato de estas se tornarem centro da produção econômica. O desenvolvimento de uma classe operária cada vez mais numerosa e a redução da população rural, aliados ao aumento da função econômica e política das cidades, provocam uma necessidade de expansão e adaptação às novas tecnologias de transportes e de produção.

Para Rufinoni (2013, p.28), o rápido crescimento de algumas das principais cidades europeias provocara uma série de disfunções urbanas nunca antes imaginadas, geradas pela impossibilidade da cidade medieval em responder às demandas funcionais da industrialização. Principalmente devido ao grande fluxo populacional proveniente das migrações campo-cidade, a necessidade de novas construções para abrigar funções produtivas e a insuficiência das estruturas existentes em face das novas necessidades, caracterizando os principais conflitos que exacerbaram a noção de ruptura entre o passado e o presente. Assim, os espaços gerados pela industrialização, enquanto elementos transformadores que ameaçavam a integridade dos tecidos urbanos antigos, impulsionaram o debate sobre os possíveis valores das preexistências urbanas que então se perdiam.

O Plano de Haussmann para a reformulação de Paris é considerado um dos mais importantes exemplos de reestruturação da cidade ante a emergência da criação da nova cidade industrial no final do século XIX. Ela se dá como uma operação à base da destruição e construção de uma nova forma urbana sobre a anterior, de origem medieval, suprimindo parte da Paris medieval e alterando sua urbanidade para criar uma nova urbanidade, tornada modelo para a maioria das capitais do mundo e que Choay (2001) chama de urbanidade “metropolitana”.

Por urbanidade, entende-se: qualquer qualidade do urbano, mesmo a ausência de convivência e de vida pública facilmente verificável nas cidades contemporâneas. A cultura urbana, ou seja, os vários modos de vida reunidos na cidade aliados a sua materialidade – calçadas, edifícios, quintais, jardins, praças, viadutos, terrenos livres, rios – e os usos associados a eles produzem uma - urbanidade: uma qualidade do urbano ligada a uma experiência de vida. (MOREIRA, 2004, p.20)

A cidade medieval que precedeu a cidade do século XIX das obras de Haussmann, em Paris, caracterizava-se pela proximidade, pela limitação precisa, pela proteção. Elas eram separadas do meio rural e protegidas de possíveis ataques por muros, fossos e muralhas. A rua, estreita e tortuosa, na maior parte das vezes em função do relevo, servia de circulação e de acesso, sendo concebida para ser percorrida a pé ou por animais de carga. As edificações existiam em estreita ligação com as ruas. O sistema de ruas delimitava quarteirões construídos, sistema que se mantém, com algumas alterações, sobretudo de escala, até os dias de hoje. (Lamas, 2000, p.153)

À cidade medieval já haviam se seguido ou se sobreposto transformações de influência renascentista e barroca, com a reintrodução do traçado retilíneo e da monumentalidade de inspiração greco-romana e, com ela, as quadrículas, as praças, os grandes monumentos destacados por perspectivas, os jardins públicos. (MOREIRA, 2004, p.32)

As formas urbanas que se seguiram às medievais, ainda segundo a autora, provocaram alterações nas relações de proximidade e vizinhança da cidade medieval. No caso de Paris, o espaço público, formado pelas ruas, praças e jardins,

de acordo com Choay (2001), passam a ser um “teatro de relações sociais inéditas: aleatórias, anônimas, cosmopolitas”. A criação de um novo sistema de comunicações com a abertura de vias, o aumento da escala da cidade, a implantação de instalações sanitárias em forma de redes e de um sistema de espaços verdes propiciam novos modos de vida na cidade. Surgindo uma nova urbanidade no século XIX, com o rompimento das relações de proximidade características da cidade pré-industrial, substituídas por novas formas de convivência. Ressurgem as multidões, as grandes aglomerações e o anonimato.

Um processo de lógica similar ao parisiense aconteceu em várias cidades europeias, como Viena e Barcelona, e no continente americano, como é o caso do Rio de Janeiro, objeto de estudo dessa dissertação. No caso do Brasil, o objeto de reestruturação e expansão não é a cidade medieval, mas a cidade colonial. A “imagem” de colônia era um dos principais símbolos a apagar a partir das remodelações urbanas de Pereira Passos. (MOREIRA, 2004, p.33)

Nas primeiras décadas do século XX, Moreira (2004, p.38) ainda afirma em seu trabalho que o descontentamento em relação à cidade industrial voltou a inspirar propostas de transformação da forma urbana. A cidade linear é uma dessas propostas e nela as construções estariam dispostas ao longe de uma rua indefinidamente prolongável. Assim, a busca de alternativas para a cidade pelos pensadores urbanos, cuja apogeu se deu no debate sobre a cidade moderna, está ligada a grande crise urbana do final do século XIX, relatada por Peter Hall em seu texto “Cidade da noite apavorante” (HALL, 1988), onde se refere a situação dos cortiços e das classes pobres que o habitavam. O nome *Cortiço* designa as habitações coletivas das classes operárias. Hall cita em seu texto as descrições do pastor Andrew Mearns, a respeito da pobreza na Inglaterra do final de século XIX:

“Poucos dos que leem estas páginas sequer concebem o que são estes pestilentos viveiros humanos, onde dezenas de milhares de pessoas se amontoam em meio a horrores que nos trazem à mente o que ouvimos sobre a travessia do Atlântico em um navio negreiro. Para chegar até ela é preciso entrar por pátios que exalam gases venenosos e fétidos, vindos das poças de esgoto e dejetos espalhados por toda parte” (HALL, 1988, p.18)

Logo, surge a necessidade de interferir na cidade antiga para adequá-la às novas necessidades e rendê-la mais higiênica e eficiente. De acordo com Ruffini

(2013, p. 29), essa é a abordagem desenvolvida pelos precursores do urbanismo que, a partir da tentativa de solucionar os problemas da cidade industrial, desenvolverão teorias e práticas de intervenção no tecido preexistente.

As discussões sobre a importância dos bens do passado são, então, interpeladas pela velocidade das transformações do século XIX que, ao acelerar a noção de ruptura entre o passado e o presente, despertaria a atenção para os possíveis valores daquilo que se perdia. E, entre tantos fatores, o papel das alterações da cidade antiga será crucial nesse processo, quer pelo desejo de compreender e preservar as cidades que se dissolviam, quer pela busca de soluções estruturais e sociais para tender às suas novas funcionalidades.

A busca por alternativas para a cidade pelos pensadores urbanos está fortemente ligada à grande crise urbana no final do século XIX, conforme descrito no item anterior. Ainda, o desejo de sanear a vida na cidade industrial indicará a refutação do modelo anterior pela formulação utópica modernista. Segundo Moreira (2004, p.39), na base dessas transformações estão importantes reformulações e questionamentos filosóficos nos mais diversos campos, inclusive urbanístico. Motivando o debate sobre questões em que se pode verificar um embate entre os desejos de *tabula rasa* e preservação. Ainda segundo a autora, o desejo de *tabula rasa* é entendido como o desejo de partir de um vazio, de uma ruptura com o conhecimento anterior. São necessários novos fundamentos para a transformação da nova cidade em surgimento.

2.2. Teorias de Preservação e as Cartas Patrimoniais

Até o final do século XIX, o debate em torno da questão de preservação do patrimônio histórico estava circunscrito ao âmbito do debate em torno da restauração de monumentos.

As contribuições de Alois Riegl foram de inestimável valor no que tange teoria e prática da preservação dos monumentos históricos, na virada do século XIX para o XX, ao contemplar importantes reflexões sobre a definição de patrimônio e suas formas de apreensão por uma dada sociedade. Segundo Kühn (2008, p.62), Riegl deu passos fundamentais para a consolidação do campo da preservação,

elaborando proposições prospectivas, que permanecem válidas e que contêm elementos que podem ser continuamente explorados. Moreira (2004, p.34) afirma que Riegl desenvolveu formulações que “ainda hoje apresentam questões de base para o pensamento e a prática urbanas”, sobretudo no estudo do monumento do ponto de vista histórico e filosófico.

Em sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos*, publicada em 1903, Riegl começa definindo o que seria monumento: “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos”. Ele também busca uma categorização dos diferentes “valores” atribuídos aos monumentos, considerando não apenas sua informação histórico-artística, mas também a maneira como a sociedade os percebe e recebe de acordo com os preceitos contemporâneos.

Ele define em seus estudos o valor histórico como sendo o mais abrangente, pois engloba “tudo o que foi e não é mais nos dias de hoje”, complementando ainda a discussão com o trecho a seguir reproduzido:

“De acordo com os conceitos mais modernos, acrescentaremos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução ou, em outras palavras, tudo que tem uma sequência, supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior” (RIEGL, 2014, p.32)

Portanto, o valor histórico é entendido como possuidor de um caráter irreproduzível do passado, bem como o papel insubstituível de cada um de seus testemunhos como um elo numa cadeia de desenvolvimento. Para Riegl, qualquer atividade humana que represente um testemunho desse desenvolvimento pode reivindicar um valor histórico. Assim, conclui que todo monumento de arte é necessariamente um monumento histórico, já que representa um percurso específico daquela arte nesse contexto de desenvolvimento. (RUFINONI, 2013, P.67)

Riegl ainda esclarece em seu trabalho que:

“Todo monumento de arte, sem exceção, caracteriza-se por ser ao mesmo tempo um monumento histórico – já que ele representa uma determinada escala na evolução das artes plásticas -, para o qual, a rigor, não pode ser

encontrado um substituto absolutamente equivalente. De forma inversa, todo monumento histórico é também um monumento de arte, pois mesmo um monumento escrito banal (...) contém ao lado do seu valor histórico toda uma série de elementos de arte". (RIEGL, 2014, p.33)

Nesse ponto do trabalho de Riegl, de acordo com Rufinoni (2013, p.67), há uma interessante reflexão sobre os traços, ou sinais artísticos então considerados "menores". Argumentando que, mesmo quando aparentemente insignificantes, eventualmente podem ser os únicos exemplares daquela informação, daquela atividade artística naquele tempo, o que os torna especiais e indispensáveis.

Riegl (2014, p.33) ainda afirma que "a distinção entre monumentos "artísticos" e "históricos" não é apropriada, pois os primeiros estão contidos nos últimos e se confundem com eles". Assim, na citada sobreposição de categorias, segundo a interpretação de Rufinoni (2013, p.67) para a obra de Riegl, toda obra artística está classificada como monumento histórico e todos os elementos artísticos presentes em qualquer obra são de interesse para a preservação, sobretudo do ponto de vista histórico, pois fazem parte de uma cadeia de transformação na história da arte. O que leva a utilizar apenas o termo "monumento" ou "monumentos histórico-artísticos" e não apenas monumentos 'artísticos' ou 'históricos'.

Para Rufinoni (2013, p.68), um dos pontos mais inovadores da teoria de Riegl é a consideração de que os monumentos possuem um valor relativo e contemporâneo destinado a mudar continuamente de sujeito a sujeito ou de momento a momento. Uma vez que Riegl (2014, p. 34) afirma em seu trabalho que "ao lado do valor histórico (...) existe um valor de arte intrínseco, que é independente da posição que a obra de arte ocupa na cadeia evolutiva da história", ou seja, o monumento possui um valor artístico além de sua antiguidade ou raridade. O que Riegl chama de *kunstwollen* (volição de arte). Esse valor artístico próprio, conferido pelo moderno observador, se explica pelo fato dessas obras se aproximarem dos ideais figurativos do presente.

Segundo Kühl (2008, p.64), para Riegl, monumentos históricos não eram considerados apenas "obras de arte", mas qualquer obra humana com certa antiguidade (caracterizando como antigo qualquer obra com mais de sessenta anos, o que equivale ao distanciamento crítico de duas gerações), contrapondo-se assim

às políticas de preservação que se voltavam apenas para os objetos de excepcional relevância histórica e artística.

Até então, nas práticas de intervenções no século XIX e início do século XX, buscavam-se um estado supostamente completo e original dos monumentos. O que resultava em críticas e ardorosos debates pelas perdas das diversas estratificações das obras, as quais deturpavam o documento histórico. Ainda, pelo fato de reinserirem na vida das comunidades, de modo violento, uma renovada imagem da obra, sem precedentes e totalmente diversa daquela que se consolidara ao longo do tempo. A ênfase no valor documental se firmaria nas discussões em âmbito internacional apenas no século XX, destacando-se as ideias de Gustavo Giovannoni, o qual participou ativamente na elaboração do documento final da reunião do Office International Musées realizada em Atenas, conhecido como Carta de Restauo de Atenas de 1931. O documento é considerado sintético e de acordo com Moreira (2013, p.46), versa sobre a conservação dos monumentos históricos sem, no entanto, problematizar a questão da preservação das cidades, sendo sintomáticas no modo de lidar com a questão da preservação, baseado numa “naturalidade” ou numa falta de problematização da questão que se torna um traço persistente do discurso de tendência preservacionista.

Apesar de uma falta de problematização, de fato, é a partir da Carta de Atenas de 1931 que a questão dos conjuntos urbanos começa a ser abordada, principalmente a partir das considerações apresentadas por Giovannoni, recebidas no conjunto das demais proposições como elementos de grande novidade (RUFINONI, 2013, p.101). No item III da referida Carta, que versa sobre a “valorização dos monumentos” é colocado o seguinte:

“A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. (...) Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história”. (IPHAN, 1995, p. 16)

Observa-se, então, que a Conferência de Atenas de 1931 representa um momento-chave nas teorias voltadas à conservação e restauro dos monumentos. No

que se refere ao tratamento das áreas urbanas, nota-se uma sensibilidade à importância de se preservar certos conjuntos antigos, não somente para garantir as relações entre o monumento e seu entorno, mas também devido à importância dos próprios conjuntos. Essa concepção, no entanto, segundo Rufinoni (2013, p. 103), ainda não havia alcançado amplo entendimento. Ocorre que nas conclusões do evento, apesar dos avanços conceituais expostos durante a realização da Conferência quanto a valorização de zonas urbanas inteiras, prevaleceria a ideia de ambiente representativo enquanto entorno de um monumento principal, enquanto “moldura” e contexto para as obras “maiores”, conforme citação acima.

A expansão do conceito de patrimônio histórico em direção aos tecidos urbanos antigos, considerados artefatos dotados de especificidades próprias, receberia um impulso maior, sobretudo no período do segundo pós-guerra, quando novas situações e questionamentos colocariam em suspensão certos critérios e conceitos até então empregados. A noção preponderante de ambiente como entorno, no entanto, ainda segundo Rufinoni (2013, p.105), provocaria uma série de interpretações equivocadas e variadas propostas de intervenções baseadas na obsessão pelo isolamento do monumento.

Rufinoni (2013, p.105), afirma que, à concepção predominante de ambiente como “moldura”, somava-se ainda a consolidação dos princípios do urbanismo moderno. Difundidos, notadamente, a partir da atuação dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM. A partir do quarto Congresso foi elaborada a *Carta de Atenas*, datada de novembro de 1933. De caráter doutrinário, o documento procurou sintetizar os preceitos do urbanismo moderno, em grande parte influenciados por Le Corbusier.

A Carta de Atenas, no que concerne ao patrimônio histórico das cidades, mostra-se favorável à preservação dos conjuntos históricos. Porém, segundo Rufinoni (2013, p.105), a partir de princípios bastante controversos e contraditórios. A Carta afirma que o patrimônio histórico das cidades são “testemunhos preciosos do passado” e que esses devem ser preservados, “a princípio por seu valor histórico e sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano” (IPHAN, 1995, p.59). A carta também diz que o patrimônio histórico das cidades faz parte do patrimônio

humano, portanto, deve-se “fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança”. Porém, a Carta recomenda escolhas sábias para determinação do que deve ser respeitado ou preservado, levando-se em consideração que “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade”. As contradições observadas por Rufinoni dizem respeito aos critérios utilizados para subsidiar as escolhas do que deveria ou não ser preservado, principalmente em relação ao entendimento dos conjuntos urbanos enquanto obras autônomas. Critérios que evidenciam o esvaziamento conceitual de expressões como “valor histórico e sentimental” ou “virtude plástica”, empregadas neste documento para exaltar as qualidades dos conjuntos urbanos. Apesar de apresentarem algumas sugestões pertinentes, como a busca por soluções alternativas de circulação ou o deslocamento de atividades muito intensas para evitar destruições, chamam a atenção sugestões como a demolição de “construções repetidas em numerosos exemplares” ou o isolamento de uma “única parte que constitua uma lembrança ou valor real” sendo o resto modificado de maneira útil. Além da afirmação de que a demolição do entorno histórico e a sua substituição por áreas verdes poderiam criar uma ambiência nova, diretriz que reafirma a prática dos isolamentos. Ainda de acordo com Rufinoni (2013, p.106), de certa forma a preservação proposta pela Carta de Atenas se subordinava à nova orientação urbanística, ou seja, poderia ser efetivada desde que não interferisse nas soluções modernas para a salubridade, circulação e áreas verdes:

“É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente” (IPHAN, 1995, p. 60).

As questões em debate ao longo das quatro primeiras décadas do século XX seriam finalmente interpeladas por um fato novo: as consequências e destruições em larga escala provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Rufinoni (2013, p.112) afirma que, após o confronto, o amargo desafio imposto aos arquitetos diante das cidades devastadas comportaria, inevitavelmente, a busca por novas respostas teóricas e operativas. Uma série de temas já suscitavam amplos debates,

como a relação antigo-novo e os critérios para recomposições e preenchimento de lacunas, os quais receberiam novo impulso investigativo, agora relativos à composição estética e à imagem figurativa dos complexos urbanos, questões até então abordadas com menor atenção, em favor de uma leitura filológica do monumento.

De fato, segundo Moreira (2004, p.43), a utopia por uma sociedade de iguais e pela construção de um sistema socialmente justo, que está nas bases do movimento moderno, vai sendo aos poucos demolida pelos fatos. A *tabula rasa*, em sua dimensão operacional, pré-condição para a implementação das ideias modernas, foi muitas vezes possibilitada pela própria guerra, com a destruição de grandes áreas nas cidades, que precisaram ser reconstruídas em tempo mínimo, já sob a égide do urbanismo moderno.

Paralelamente às discussões sobre os critérios a serem empregados, a escala de destruições impulsionaria outras frentes de debate, abarcando o questionamento da própria abrangência do termo “patrimônio”, segundo Ruffinoni (2013, p.112). Diante da perda ou comprometimento de várias áreas, atentou-se para a importância de determinadas relações urbanas que não emergiam com tanta evidência em sua permanência secular. A coexistência de diferentes estratificações e identidades visuais, além da própria identificação cotidiana da população com essas paisagens, foram interpretadas como particularidades dos ambientes históricos que respondiam às indagações em face do desejo de “recompôr” aqueles “lugares” perdidos. Logo, ainda segundo Ruffinoni (2013, p.112), a desmaterialização de um cenário até então conhecido e consolidado permitiu a compreensão e a valorização da paisagem urbana existente enquanto evidência histórica e cultural, trazendo à tona o conjunto de relações e de elementos que interagem entre si para a conformação de um patrimônio.

De fato, a partir do CIAM 8 (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), os participantes começam a especular sobre modos de recuperar a espontaneidade no núcleo das cidades. Existe uma percepção de que a “espontaneidade” presente na vida das cidades europeias (italianas, francesas e inglesas) seria um valor incontornável tecnicamente. O que, apesar de parecer óbvio, uma vez que o espontâneo é uma pré-condição do não-controle ou da não-

preconcepção, não deixa de ser objeto de debate entre os arquitetos modernos no CIAM 8, em busca de um modo de “induzir” a espontaneidade. Numa postura que, de acordo com Moreira (2004, p.45), é altamente controladora, mas que manifestava o desejo de preservar uma urbanidade anterior nas cidades modernas em surgimento. O que permite observar que faltava à cidade proposta pelo urbanismo moderno qualidades urbanas ligadas ao encontro, à reunião e à vida coletiva. Quanto à qualidade que se desejava preservar, mesmo no contexto da criação do novo, é associada a uma urbanidade. O que se buscava na crítica dos próprios modernistas era recuperar um modo de vida na cidade, uma intensidade da vida urbana perdida na cidade moderna.

Rufinoni (2013, p.112) afirma que, a partir do cenário de pós segunda guerra surge um olhar diferenciado sobre os valores relacionados ao ambiente construído. O qual permitiria o gradativo amadurecimento da compreensão do patrimônio urbano como monumento coletivo, autônomo, e não mais subordinado às obras excepcionais.

Sendo assim, o segundo pós-guerra representa um período rico em reformulações teóricas e análises consistentes e maduras, notadamente sobre a nova abrangência do conceito de patrimônio a conservar e sobre a apreensão dos atributos culturais do restauro. Sobre sua gradativa compreensão enquanto ação cultural determinada, independente do momento da criação original da obra e necessariamente atrelada a diversos campos do saber como a história da arte, sociologia e o urbanismo. (RUFINONI, 2013, p.113)

A participação de diferentes campos disciplinares se torna necessária a partir da gradativa expansão e diversidade dos artefatos cuja representatividade cultural começava a ser identificada e valorizada à luz das conquistas teóricas a partir da década de 1960. Portanto, trata-se de um momento histórico crucial para o amadurecimento dos principais pressupostos da preservação e do restauro na formulação que se conhece atualmente.

Em 1964, a realização do II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos em Monumentos Históricos, realizada em Veneza, teve papel fundamental

para a síntese dos debates travados desde a década de 1940. O evento culminaria com a redação da *Carta de Veneza*, a qual, segundo Rufinoni (2013, p.136), enuncia a necessidade de se formularem princípios de conservação e restauração válidos internacionalmente, com a devida adaptação ao contexto cultural de cada país.

Não obstante, a continuidade dos debates e a realização de outros encontros que orientariam a elaboração de novos documentos principalmente para aprofundar tópicos específicos, a Carta de Veneza continua sendo o principal referencial teórico até os dias atuais, mesmo sem pretender nenhum efeito legislativo.

A diversidade de temas abordados no Congresso permite uma ampla visualização do cenário teórico e investigativo do período, sobretudo no ambiente europeu. Entre as preocupações em pauta no Congresso, buscou-se discutir a problemática relativa à tutela dos centros históricos, a questão do encontro antigo-novo, o papel do projeto de intervenção com relação ao preexistente e a preservação de ambientes e paisagens em acelerada transformação. Ao lado de tais temas, reafirma-se a necessidade de enfatizar a diferenciação entre conservação e restauração. (RUFINONI, 2013, p. 136)

A respeito da Conservação, a Carta de Veneza enfatiza o seu caráter preventivo, associado principalmente a adoção de medidas que garantissem a integridade da obra, ou seja, sua manutenção permanente. A Carta chega a abordar os usos e funções a que se destinam os monumentos:

“Art. 5º A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil a sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes” (IPHAN, 1995, p.110).

Por outro lado, a Restauração é concebida como uma “operação que deve ter caráter excepcional” e que, quando necessária, tem por objetivo “conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento”. Ou seja, segundo Rufinoni (2013, p.136), a restauração deve visar à evidenciação dos valores patrimoniais intrínsecos ao monumento. Consolida-se ainda a ideia de definir o projeto de restauro segundo uma metodologia precisa, apoiada sobre um rigoroso

reconhecimento da obra, ou seja, o projeto de restauro é visto como resultado de um ato crítico e cultural:

“Art 9º A Restauração [...] fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. **A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento**” (IPHAN, 1995, p.110).

Ainda, o Art. 9º deixa claro que uma das principais diretrizes da Carta é que as intervenções de restauro estejam fundamentadas no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos, detendo-se onde começar a hipótese. Quando julgadas indispensáveis, por motivos estéticos ou técnicos, as ações de reconstituição ou consolidação deverão se destacar da composição arquitetônica original de modo a evidenciar a sua contemporaneidade e evitar quaisquer falsificações.

No documento, observa-se ainda a assimilação da ampliação do conceito de patrimônio cultural citado anteriormente, no que diz respeito a extensão da noção de monumento histórico aos sítios urbanos e rurais que tenham adquirido significado histórico ou cultural ao longo do tempo. Outra questão relacionada à expansão dos bens culturais, segundo Ruffini (2013, p. 143), é a orientação quanto à colaboração multidisciplinar nas atividades de conservação e restauração. Observação que alude aos diversos elementos envolvidos na configuração de determinados monumentos, conforme a nova abrangência do termo:

“Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Art. 2º A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental” (IPHAN, 1996, p. 109).

Com relação a defesa do caráter cultural da preservação e do restauro, a Carta esclarece, em seu art. 3º: “A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico”. Assim sendo,

quaisquer propostas de novos usos para os monumentos históricos deverão ser criteriosamente estudadas de modo a garantir o respeito às especificidades de cada monumento, ou seja, a nova função não poderá interferir na apreensão das qualidades históricas e artísticas da obra. O novo uso é considerado, segundo Ruffini (2013, p.136), um recurso favorável para a conservação do monumento, já que permite a sua integração na dinâmica contemporânea da cidade, porém, buscase atentar para o perigo de subverter a ordem de prioridades, para evitar o equívoco de priorizar o uso em detrimento dos atributos culturais do bem.

Outro aspecto abordado com maior clareza é a preservação da ambiência dos monumentos. A observação dos aspectos compositivos relacionados às relações recíprocas entre os edifícios e o ambiente em que ele se insere:

“Art. 6º A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas” (IPHAN, 1995, p. 110).

A Carta ainda apresenta um artigo específico para o tema dos “sítios monumentais” e ressalta que a preservação e a intervenção sobre eles deverão inspirar-se nos pressupostos acima estabelecidos:

“Art. 14 Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes” (IPHAN, 1995, p. 111).

A orientação de recorrer, na atuação nos sítios urbanos e rurais, às mesmas diretrizes propostas para a preservação e o restauro de quaisquer categorias de bens culturais configura-se como um importante passo em direção ao entendimento das qualidades patrimoniais dos conjuntos construídos e fortalece a convicção de que, se tais conjuntos forem considerados patrimônio cultural, as intervenções sobre eles devem se configurar como ações de restauro. A diretriz da Carta consolida, portanto, a unidade conceitual do restauro e evita o equívoco afastamento para o campo técnico de questões que são, primordialmente, de natureza histórico-crítica.

Dentre os significativos avanços conceituais alcançados na década de 1960 e sintetizados na Carta de Veneza, um dos aspectos cruciais para o presente estudo é a apreensão cada vez mais ampla dos artefatos possuidores de representatividade

cultural. Ou seja, a expansão do conceito de patrimônio, contexto no qual se inserem os conjuntos construídos mais modestos, as arquiteturas ditas “não excepcionais” e a conseqüente compreensão da dimensão urbana da tutela.

2.3. Preservação do Patrimônio Histórico Urbano ao longo do século XX

No século XX, segundo Choay (2001, p. 219), os aspectos “patrimonial” e “material” assumiram importância preponderante em grande parte do pensamento e da prática urbanos. A partir da segunda metade do século XX ocorrem, entretanto, a ampliação da noção de patrimônio e a mundialização de práticas e referências europeias. Passam a ser considerados patrimônio os monumentos, os conjuntos urbanos, sítios arqueológicos ou outros conjuntos que apresentem valores excepcionais do ponto de vista da arte e da ciência. Com o tempo, mesmo edifícios modestos, que apresentam importância etnológica ou antropológica e, mais recentemente, até o patrimônio arquitetônico e industrial do século XX e edifícios modernos foram incorporados ao patrimônio histórico.

Analisando-se o panorama normativo internacional, as diretrizes elaboradas pela Convenção Geral da Unesco de 1962 através da chamada *Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios*, passa a propor medidas de salvaguarda para as paisagens naturais e para as paisagens e sítios formados pela ação do homem, principalmente os sítios urbanos, em geral os mais ameaçados pela urbanização acelerada e pela especulação imobiliária:

“A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos” (IPHAN, 1995, p.99).

Entre outras medidas, a Recomendação sugeriu o controle dos projetos mais suscetíveis a danificar essas paisagens, como as grandes obras de engenharia, e métodos gerais para assegurar as medidas de salvaguarda, como a inserção de restrições nos planos urbanos, a proteção legal por zonas, a criação e a manutenção de reservas e parques nacionais, bem como a aquisição de sítios representativos

pelas próprias comunidades. Recomenda, ainda, que as normas e princípios fundamentais de salvaguarda tenham força de lei e que os Estados instituam órgãos especializados de caráter administrativo ou consultivo, bem como programas de ação educativa voltada ao público. (RUFINONI, 2013, p.142)

Assim, a noção de paisagem, segundo Rufinoni (2013, p.148), por sua vez, fazia emergir a apreciação de certas qualidades estéticas que não residiam nas arquiteturas individualmente significativas, mas justamente na composição dos conjuntos arquitetônicos e como eles estabeleciam o diálogo com o entorno. Paralelamente, portanto, às enunciações da Carta de Veneza, já em 1964, e em documentos posteriores a paisagem urbana histórica ganha representatividade como patrimônio cultural. Ainda, ganha um olhar mais atento para as relações que a compõem, as quais permitem desvendar atributos estéticos e formais inesperados, promovendo novas perspectivas de abordagem sobre a história social e urbana, bem como compreendendo a atribuição de valor referencial pela população que as vivencia.

Nos anos seguintes, uma série de documentos seria elaborada com o intuito de aprofundar tópicos específicos da Carta de Veneza. A questão da valorização dos conjuntos e paisagens urbanas é um dos temas a serem abordados com maior atenção em diversos eventos posteriores que permitiriam a elaboração de definições conceituais mais precisas e a delimitação de diretrizes teóricas e práticas de tutela e intervenção sobre o patrimônio urbano. (RUFINONI, 2013, p.149)

A Conferência Geral da Unesco realizada em 1972, em Paris, chamada *Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, aprofundou os temas enunciados na reunião de 1962 e abarcou em sua definição de patrimônio cultural, além dos monumentos artísticos, os conjuntos edificados possuidores de valores particulares de história, arte ou ciência, assim como os sítios, naturais ou manipulados pelo homem, que tivessem adquirido representatividade cultural.

“Art. 1º. Para fins da presente convenção, serão considerados como “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (IPHAN, 1995, p. 178).

A Conferência, também chamada *Convenção de Paris*, ressaltou o aumento constante da ameaça aos bens culturais principalmente devido às transformações aceleradas das últimas décadas e propôs o estabelecimento de um sistema internacional de cooperação e assistência a identificação e preservação de bens culturais representativos que passariam a integrar a Lista do Patrimônio Mundial.

“Artigo 11, § 2º. Com base no inventário apresentado pelos Estados, em conformidade com o parágrafo 1º, o Comitê organizará, publicará e divulgará, sob o título de ‘Lista do Patrimônio Mundial’, uma lista de bens do patrimônio cultural e natural, tais como definidos nos artigos 1º e 2º desta convenção, que considere de valor universal excepcional, segundo os critérios que haja estabelecido. Uma lista atualizada será distribuída pelo menos uma vez a cada dois anos” (IPHAN, 1995, p. 182).

A mesma Convenção propôs, ainda, a criação de um fundo para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de valor universal excepcional, o Fundo do Patrimônio Mundial, sustentado pelas contribuições obrigatórias e voluntárias dos Estados-Membros da Convenção e também por doações de quaisquer entidades. A definição de patrimônio cultural adotada pela Convenção, de acordo com Ruffini (2013, p.150), possui uma visão mais ampla e permitiu a inclusão de conjuntos edificados de variadas origens dentre os artefatos a serem tutelados. Os quais compareceriam em diversos documentos posteriores que, ao ampliarem a discussão sobre a matéria, buscavam contemplar aspectos mais detalhados do problema: critérios e métodos de atuação, interfaces operacionais com o planejamento urbano, bem como análises mais depuradas dos variados elementos, materiais e imateriais, presentes na configuração dos tecidos urbanos.

Ainda segundo Ruffini (2013, p.150), a *Carta do Restauro* de 1972, documento sobre restauração publicado pelo Ministério da Instrução Pública da Itália, além dos monumentos arquitetônicos e artísticos em geral, estende a salvaguarda e a restauração aos complexos edificados de interesse monumental,

histórico ou ambiental. Cujas definições dos artefatos contemplados pelas diretrizes da Carta segue os artigos 1º e 2º do documento:

“Art. 1º. Todas as obras de arte de qualquer época, na acepção mais vasta, que vai dos monumentos arquitetônicos aos de pintura e escultura [...] para os fins de sua salvaguarda e restauração, são objetos das presentes instruções, que adotam o nome de Carta do Restauo 1972.

Art. 2º. Além das obras indicadas no artigo precedente, são assimilados a elas, para assegurar sua salvaguarda e restauração, os conjuntos dos edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, em particular os centros históricos; as coleções artísticas e as decorações conservadas em sua disposição tradicional; os jardins e parques que forem considerados de particular importância” (IPHAN, 1995, p.195).

A Carta apresenta uma série de diretrizes específicas de atuação, principalmente no que concerne os centros históricos, conteúdo de seu Anexo D, denominado *Instruções para a tutela dos centros históricos*². Nas *Instruções*, segue uma definição mais precisa do que se entende por “complexos edificados de interesse histórico”. Esclarece-se que não apenas os antigos centros urbanos se enquadram nessa definição, mas também:

“(...) todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que parcialmente transformadas ao longo do tempo, tenham sido feitas no passado; ou, entre aquelas sucessivas, as que porventura tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitetônicas particulares”. (IPHAN, 1995, p. 212)

Portanto, as discussões sobre a preservação de parcelas urbanas significativas denominadas “centro histórico” ou “centro antigo” podem igualmente ser aplicadas, de acordo com as particularidades da região abordada, ao estudo de diferentes categorias de grupos edificados que não necessariamente representam o “centro” de uma dada localidade, mas que fazem parte do tecido urbano e da paisagem urbana histórica.

Independentemente de seu papel no organismo urbano, ou das especiais qualidades artísticas ou ambientais, afirma-se que o caráter histórico de tais assentamentos se relaciona à sua representatividade como documento de cultura urbana e como testemunho de comunidades do passado, destacando, mais uma

² A Carta possui quatro anexos destinados a orientações específicas para cada grupo de artefatos: Anexo A: Instruções para a salvaguarda e a restauração dos objetos arqueológicos; Anexo B: Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas; Anexo C: Instruções para a execução de restaurações pictóricas e escultóricas; Anexo D: Instruções para a tutela dos centros históricos.

vez, os valores associados às estruturas urbanas além daqueles diretamente associados às arquiteturas isoladas.

Com relação às intervenções em “centros históricos” ou em “assentamentos significativos”, conforme as definições acima enunciadas, o documento afirma que o objetivo primordial deverá ser a garantia de permanência no tempo dos valores responsáveis pelas características do complexo. Logo, a restauração não deverá se limitar a conservar unicamente os caracteres formais de arquiteturas ou ambientes considerados isoladamente, mas estender-se à “conservação substancial das características conjunturais do organismo urbanístico completo e de todos os elementos que concorrem para definir tais características”.

Para atingir esse objetivo, ainda segundo Rufinoni (2013, p.152), a conservação de sítios históricos deverá compreender a reordenação dessas áreas em harmonia com o amplo contexto urbano e territorial do qual fazem parte. Ou seja, programas e intervenções em nível territorial poderão coordenar ações urbanas específicas, de modo a promover a tutela das parcelas históricas a partir de uma visão global da cidade e de seu entorno. A coordenação em nível territorial abarcaria ainda as exigências de conservação ambiental de extensas áreas que estabeleceram vínculos compositivos com as estruturas históricas que abrigam. Com relação aos elementos construtivos tutelados em conjunto, deverão ser considerados não apenas os aspectos formais que qualificam sua expressão arquitetônica, mas também o caráter tipológico do todo ou de partes do complexo. A análise de todas essas especificidades deverá ser guiada por uma leitura histórico-crítica, não só para buscar procedimentos operativos, para atuar de maneira homogênea no complexo, mas principalmente para determinar os diferentes graus de intervenção, em nível urbano ou arquitetônico, e as medidas de “saneamento conservativo” a serem aplicadas em cada caso. A Carta define:

“(…) por ‘saneamento conservativo’ se deve entender, sobretudo, a manutenção das estruturas viárias e edíficas em geral (manutenção do traçado, conservação da rede viária, do perímetro dos quarteirões, etc); e, por outro lado, a manutenção dos caracteres gerais do ambiente, que comportam a conservação integral dos perfis monumentais e ambientais mais significativos e a adaptação dos demais elementos ou complexos edíficos individuais às exigências da vida moderna, consideradas apenas excepcionalmente as substituições, ainda que parciais, dos elementos e

apenas na medida em que sejam compatíveis com a conservação do caráter geral das estruturas do centro histórico”. (IPHAN, 1995, p. 214)

As *Instruções para tutela dos centros históricos* procuraram também elencar os principais tipos de intervenção urbana em sítios históricos: a “reestruturação urbanística”, intervenção voltada a verificar e a corrigir, quando necessário, as relações territoriais ou urbanas com as quais o sítio considerado forma unidade, atentando, inclusive, para o papel funcional que as parcelas históricas desempenham hoje e para a integração dessas funções com o desenvolvimento contemporâneo; a “reordenação viária”, voltada à análise e à revisão das conexões viárias e dos fluxos de tráfego que interfiram sobre as áreas históricas, e ainda a “revisão do mobiliário urbano”, com vistas a reordenar a relação entre os edifícios e os espaços adjacentes. Na escala do edifício, são citadas as intervenções de “saneamento estático e higiênico”, que verificam na manutenção física das edificações as compatibilidades de uso de acordo com as diretrizes para o restauro arquitetônico propostas pela mesma Carta; e a “renovação funcional” dos organismos internos. (RUFINONI, 2013, p. 153)

No que concerne a atuação em sítios históricos, a Carta e seus anexos procuraram atender para as diferentes escalas de intervenção envolvidas na conservação de um ambiente construído: do objeto arquitetônico à cidade, da cidade ao território circundante. Complexidade operativa que reclamava o emprego de diferentes métodos de projeto e instrumentos legais específicos como os “planos diretores gerais”, responsáveis pela reestruturação das relações gerais entre essas variadas escalas; os “planos detalhados”, relativos à organização dos centros em seus elementos mais significativos e os “planos executivos setoriais”, voltados a atuação sobre blocos edificadas ou sobre conjuntos homogêneos de construções. (RUFINONI, 2013, p.153)

A inserção da tutela e da conservação de conjuntos urbanos dentre requisitos a serem abordados pelos instrumentos de planejamento urbano, tema que vinha sendo abordado com frequência cada vez maior, seria finalmente exposta com maior clareza no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de 1975, evento em que foi redigida a *Declaração de Amsterdã*. O documento expôs com detalhes a necessidade e a oportunidade de inserir as exigências da preservação do patrimônio arquitetônico entre os objetivos do planejamento urbano e territorial. Levando-se em

consideração a noção ampliada de patrimônio, as questões envolvidas na tutela, na conservação e no restauro deveriam ser abordadas não mais como um tema marginal, e sim como um dos objetivos principais dos programas de planejamento que abarcassem áreas ou conjuntos construídos de interesse cultural. Para tanto, conforme a abrangência do conceito de patrimônio cultural solicita, o documento indica uma série de diretrizes para a abordagem do tema, como a participação de diferentes esferas do poder público, a colaboração de equipes necessariamente multidisciplinares, a conscientização das comunidades envolvidas e a busca por critérios e procedimentos específicos a serem empregados na elaboração e aplicação de tais programas. Assim, a questão que vinha sendo delineada ao longo de décadas de debates figurava agora em um documento propositivo que, ao cunhar a expressão “conservação integrada”, abria caminho para um vasto campo investigativo. A partir da década de 1970, de fato, diversas particularidades da conservação integrada vêm sendo amplamente estudadas. A busca por métodos e procedimentos de planejamento e gestão urbana e territorial e a questão da colaboração multidisciplinar, dos instrumentos de financiamento e da participação das comunidades são alguns dos temas abordados com maior frequência. (RUFINONI, 2013, p.154)

Na *Declaração de Amsterdã*, considera-se a ampliação do conceito de patrimônio um fato consolidado: entende-se como patrimônio arquitetônico “não somente as construções isoladas de valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural” (IPHAN, 1995, p.231). Os procedimentos para a salvaguarda desse extenso patrimônio, portanto, devem ser abordados a partir dessa nova dimensão de análise. Nesse sentido, busca-se incentivar procedimentos pautados no diálogo entre urbanistas e arquitetos restauradores, de modo a alcançar o atendimento às exigências de preservação no contexto dos procedimentos operacionais do planejamento urbano e das políticas públicas.

Os programas que atendem concomitantemente tanto as exigências de preservação do patrimônio quanto as necessidades de desenvolvimento urbano ordenado poderiam abarcar uma série de proposições, como o incentivo de novas

atividades em zonas degradadas, a proposta de novos usos em construções antigas como mecanismo de revitalização e a redução da expansão urbana por meio da reabilitação de bairros antigos. Tais iniciativas, segundo Rufinoni (2013, p. 154), além de incentivar a preservação do patrimônio urbano, representariam economia de recursos, pois impulsionariam a valorização de áreas já servidas de considerável infraestrutura urbana. Nas propostas de reabilitação, no entanto, alguns requisitos devem ser observados. Deve-se atentar para a manutenção das comunidades tradicionais e propor medidas que evitem a sua expulsão indireta após a valorização imobiliária advinda da reabilitação. Além disso, devem-se prever programas de educação patrimonial com o intuito de envolver essas comunidades em todas as etapas do projeto. Também a preocupação com a polêmica em torno do encontro antigo-novo é sutilmente enunciada no documento, que atenta para a necessidade de projetar uma arquitetura de qualidade em quaisquer ambientes de interesse histórico-cultural.

A integração proposta entre planejamento urbano e preservação do patrimônio evidencia o amadurecimento de uma visão global da tutela. O entendimento de que as particularidades espaciais e as relações compositivas que compõem determinados conjuntos urbanos somente podem ser preservadas a partir de uma ação coordenada que abarque as diferentes escadas de intervenção, seja com relação a proposta do projeto, seja com relação à administração, implementação e gestão das intervenções:

“(...) o que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados” (IPHAN, 1995, p. 233)

Segundo Rufinoni (2013, p. 155), diante dessa nova dimensão projetual, com a elaboração de projetos urbanos cada vez mais integrados, deve-se revisar os instrumentos legislativos e administrativos voltados a tutela, prevendo-se em lei: a delimitação precisa dos complexos arquitetônicos e das zonas de proteção a serem consideradas, a condução de programas de conservação como uma obrigatoriedade na elaboração dos planos urbanos, uma redistribuição orçamentária que contemple

os recursos necessários à conservação integrada, ao lado da criação de dispositivos específicos para viabilizar financiamentos e a aplicação de recursos, inclusive proveniente da iniciativa privada.

Já em 1986, a *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, conhecida como *Carta de Washington*, complementa as questões enunciadas na *Carta de Veneza* (1964) e na *Declaração de Amsterdã* (1975) e procura focar precisamente as cidades ou bairros que, além da sua condição de documento histórico, representem valores específicos das civilizações urbanas, valores particularmente ameaçados pela urbanização acelerada do final do século XX. Segundo o documento:

“Resultantes de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas” (IPHAN, 1995, p. 323)

A *Carta de Washington* define a salvaguarda das cidades históricas como o “conjunto de medidas necessárias à sua proteção, conservação e restauração, assim como o seu desenvolvimento e adaptação harmoniosa às necessidades da vida contemporânea”. Nesse tópico, a Carta retoma questões já enunciadas na Declaração de Amsterdã ao inserir a preservação urbana entre os objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, social e urbano. Consolida-se, portanto, a constatação, segundo Rufinoni (2013, p. 156), de que a preservação de áreas urbanas deverá, necessariamente, estar integrada a planos de maior abrangência, com a participação de equipes profissionais multidisciplinares e da própria população local no estudo e na conciliação dos diversos fatores envolvidos. A preservação dessas áreas urbanas especiais deverá atentar para a manutenção das relações físicas e imateriais que as compõem e qualificam, ou seja, as relações entre volumes e espaços vazios, o traçado urbano e o parcelamento, as características arquitetônicas, as relações com o entorno natural ou construído, as atividades tradicionais:

“Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular: a. a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; b. as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; c. a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior),

tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; d. as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; e. as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história” (IPHAN, 1995, p. 324)

Com relação ao contexto cultural em que foram elaboradas as cartas internacionais comentadas, cumpre salientar a contribuição advinda das reelaborações teóricas no campo do urbanismo. As discussões buscavam, entre outros aspectos, uma compreensão mais atenta dos valores do patrimônio urbano. Os principais fatores que fortalecem a função diretiva de tais documentos se associam a gradativa desconstrução da prioridade da técnica na transformação da cidade e à valorização da ideia de “lugar”: o desejo da população de retomar e reinterpretar seus laços de pertencimento a um determinado espaço, a uma história e a uma cultura (Barthélemy apud Rufinoni, 2013, p.158)

Logo, o urbanismo passa a enxergar o patrimônio urbano de modo diferenciado. Seja a partir de novas análises das estruturas urbanas seculares, agora interpretadas como exemplos significativos de organizações espaciais que transcendem a evolução das técnicas e mantêm inesperada atualidade, seja a partir da interpretação dos valores simbólicos para os quais o homem se volta em busca de refúgio, diante de uma suposta mundialização da cultura que ameaça as individualidades. Esta preocupação está presente de modo inequívoco na *Declaração de Amsterdã*:

“Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para a manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança em face das mudanças brutais da sociedade: um novo urbanismo procura reencontrar os espaços fechados, a escala humana, a integração das funções e a diversidade sociocultural que caracterizam os tecidos urbanos antigos” (IPHAN, 1995, p.233)

Nos documentos mencionados, portanto, além da evidente base teórica advinda do campo disciplinar da preservação dos monumentos, repercutiam reelaborações conceituais relativas ao urbanismo que começaram a despontar, sobretudo, a partir da década de 1960. Segundo Rufinoni (2013, p.159), voltava-se a atenção para reflexões baseadas na análise e valorização da cidade existente, assim como na realidade perceptiva por ela gerada. Na variedade de suas proposições, as contribuições principalmente de Kevin Lynch, Jane Jacobs e Christopher Alexander integram esse grupo de análises. Compreende-se, portanto,

que a cidade de hoje não comporta a delimitação estanque de áreas supostamente mais favoráveis para cada grupo de funções. Nesse novo entendimento, o organismo urbano assume funções de outra ordem, não delimitáveis e mais complexas. Além da ideia de função associada ao uso ou aos serviços oferecidos por determinados espaços construídos, busca-se compreender outras funções dos conjuntos urbanos associadas ao seu poder de atração simbólica e ao seu papel como espaço de manifestação cultural e social.

2.4. Paisagem Cultural e Paisagem Histórica Urbana: Recomendações da Unesco

A partir da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* de 1972, organizada pela UNESCO em Paris, estabeleceu-se uma lista de inscrição de bens como patrimônio mundial, a Lista do Patrimônio Mundial, conforme já exposto no item anterior. Neste momento foram adotadas duas categorias de classificação do patrimônio mundial: patrimônio cultural e patrimônio ambiental. E, portanto, os bens passam a ser inventariados e classificados para a inscrição dentro dessas duas categorias, a partir do valor a eles atribuídos.

Em conjunto com o texto da Convenção, foram também criadas as *Orientações Operacionais para implementação da Convenção do Patrimônio* [*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*], os quais constituem o conjunto de documentos mais importantes que regem o patrimônio mundial. Cabe ressaltar que as Orientações são revistas periodicamente de modo a refletir as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial.

Sendo assim, uma lista para a seleção dos bens foi estabelecida. Para obterem sua inscrição, os bens deveriam satisfazer pelo menos um desses critérios, divididos inicialmente em naturais e culturais. No quadro 1 são listados os critérios adotados até 2005, período após o qual houveram algumas modificações.

Quadro 1 – Critérios para Inscrição de Bens como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco

Critérios para Inscrição de bens como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco (até 2005)		
PATRIMÔNIO CULTURAL	i	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
	ii	Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
	iii	Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido, ou
	iv	Ser um exemplo excepcional de um tipo específico de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
	v	Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
	vi	Estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).
PATRIMÔNIO NATURAL	i	Ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
	ii	Ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e a água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
	iii	Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou
	iv	Conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/#c1048735>

No contexto da Convenção, de acordo com Fowler (2003, p.), nota-se um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo de um pensamento que por essa época já começava a se tornar anacrônico. Essa divisão refletia a ideia de que, para muitos conservacionistas da natureza quanto menos interferência houver em uma área, melhor ela será qualificada. E também, para muitos historiadores da arte, arquitetos e outros cientistas das áreas humanas, os monumentos e estruturas, prédios e ruínas eram vistos como bens isolados.

Essa concepção, de acordo com Ribeiro (2007, p.38) reflete a própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e o outro que lutava pela conservação da natureza. No entanto, verificando-se a existência de bens que

podiam ser classificados nas duas categorias, foi posteriormente criada a classificação de bem misto, *Mixed Cultural and Natural Heritage*, que segundo a definição nas “Orientações para a inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial” correspondem aos “bens que atendem a uma parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural que constam nos artigos 1º e 2º da Convenção”. Ou seja, o patrimônio misto cultural e natural foi uma categoria criada para a classificação dos bens que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto por culturais. Porém, sem que a integração entre ambos fosse necessariamente objeto de análise ou de valoração.

Ainda de acordo com Ribeiro (2007, p.38), com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável³ provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas ente os homens e o meio ambiente. Assim, a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO.

A paisagem, conforme observamos no item anterior deste trabalho, já vinha sendo objeto de atenção no plano internacional, porém sendo abordada sob outro prisma. A própria Carta de Atenas, em 1931, já apontava uma preocupação com os aspectos de visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança. Naquele momento, a preocupação central estava ligada sobretudo com a ambientação de um determinado bem cultural. (RIBEIRO, 2007, p.39)

Na Recomendação de Paris relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, adotada na 12ª Conferência Geral da UNESCO em 1962, não há uma definição do que está sendo chamado de paisagem. Nesta Recomendação, define-se em seu artigo 1º a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios como:

³ A categoria de desenvolvimento sustentável foi definida no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, “Nosso Futuro Comum”, de 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, como sendo o ‘desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras’.

“(...) a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos.” (IPHAN, 1995, p.98)

Na 19ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1976 em Nairobi, foi lançada a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Conhecida como Recomendação de Nairobi, ela trouxe a definição clara do que se entenderia como um conjunto histórico, em seu artigo 1º:

“Considera-se **conjunto histórico ou tradicional** todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto por meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses “conjuntos”, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade”. (IPHAN, 1995, p.255)

No mesmo artigo, a Recomendação define também a ideia de ambiência, como o quadro ao redor que influi na percepção do bem protegido:

“Entende-se por ‘ambiência’ dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. (IPHAN, 1995, p. 255)

Segundo Ribeiro (2007, p.40) a Recomendação representa um avanço na medida em que considera que o centro histórico e sua ambiência devam ser tratados em conjunto. Ela trata deste assunto no artigo 3º, transcrito abaixo.

“Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar”. (IPHAN, 1995, p.256)

Mesmo com a admissão de que o conjunto histórico e sua ambiência devam ser considerados como um todo coerente, ainda de acordo com o autor, ao se fazer esta distinção entre os dois, o centro histórico continua sendo o foco central e a ambiência, neste caso, continua existindo apenas para dar maior sentido àquilo que é considerado o bem principal a ser conservado. A Carta de Washington, de 1986,

apresentada no item anterior deste trabalho, também ressalta que entre os valores a preservar estão “as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem” (IPHAN, 1995, p. 324).

Mesmo que esses documentos sejam de inegável importância para a valorização da paisagem, eles contribuem para uma visão dualística entre um determinado bem e a paisagem. Desta forma, a paisagem só tem valor a partir do momento em que ela dá sentido a um bem mais importante. Ainda em consonância com o que é apresentado nas Cartas Patrimoniais até este período.

Ribeiro (2007, p. 9), defende que, dentro da disciplina da geografia, existe um consenso, em meio a múltiplas interpretações, de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o espaço. No entanto, a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. E, ainda, pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Ou também como um produto da sociedade que a produziu ou como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Pode-se observar diante do exposto que “a vinculação entre paisagem e patrimônio cultural não é recente, mas vem ganhando especial destaque, nas últimas décadas, em determinadas áreas, através da noção de paisagem cultural” (RIBEIRO, 2007, p.9).

O interesse pela paisagem tem sido revigorado no âmbito mundial na área de preservação do patrimônio, com sua qualificação como paisagem cultural, em que são ressaltados aspectos da integração entre o homem e a natureza, entre o patrimônio material e o imaterial, na definição e escolha dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem.

A utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural. Ribeiro (2007, p.14) afirma ainda que, dentro da geografia, a qualificação de paisagem cultural hoje se confunde com

o próprio conceito de paisagem. E qualquer que seja a discussão em torno do seu desenvolvimento como uma ciência moderna deverá considerar a longa e intrincada história da paisagem, com os cíclicos movimentos de aceitação e refutação desse conceito e suas múltiplas abordagens.

Foi no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha, que a geografia cultural começou a dar seus primeiros passos em direção à sua definição como um subcampo da geografia, com Otto Schlüter e Siegfried Passarge. Otto Schlüter utiliza em seus trabalhos o termo *Kulturgeographie* [geografia cultural], criando a morfologia da paisagem cultural. Ao proceder de forma análoga à geomorfologia, não se limitou ao estudo dos processos responsáveis pela configuração atual da paisagem. Seu método constituía na descrição das partes componentes da paisagem criadas pelas atividades humanas e na explicação de suas origens. Schlüter criou o termo *Kulturlandschaft* para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem, ou a *paisagem cultural*, em oposição a *Naturlandschaft* [paisagem natural], da qual a ação do homem estaria ausente. Passarge formulou uma hierarquia de regiões e paisagens, em termos de escala, porém seus estudos incluíam apenas aspectos físicos. Somente mais tarde ele passa a incluir em seus trabalhos a sociedade como um agente na configuração da paisagem. (RIBEIRO, 2007, p.18).

A maior contribuição desses geógrafos consiste na investigação de como os elementos que compõem a paisagem se agrupavam, e também nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Formando a base teórica e metodológica sobre a qual os aspectos culturais poderiam ser estudados cientificamente. Porém, de acordo com o autor, foi somente nos Estados Unidos, com Carl Sauer, que a geografia cultural e o conceito de paisagem ganharam destaque como subcampo independente dentro da disciplina geográfica.

Seu trabalho mais significativo foi *The morphology of Landscape*, no qual ele afirma que “O termo ‘paisagem’ é proposto para denotar o conceito unitário da geografia, para caracterizar a peculiar associação geográfica dos fatos”. *Landscape* seria o equivalente ao alemão *Landschaft*, e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais (SAUER, 1996, p.301). Ainda neste mesmo trabalho, datado de 1925, Sauer lançou

a frase que procura explicar a relação entre o homem e a natureza: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”. (SAUER, 1996 apud RIBEIRO, 2007, p.19)

Sauer afirma que a paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço e, dessa forma, ela não é estática. Está sujeita a mudar, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela substituição desta. Assim, segundo o autor, haveria um momento de desenvolvimento da paisagem cultural até que esta alcançasse o clímax, passando então a um período de decadência onde poderia haver a imposição de uma nova cultura que iniciaria o processo de construção de sua paisagem cultural novamente. Dessa forma, havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga. (SAUER, 1996, p.311)

Em contraposição a geografia cultural, no final da década de 1960, surge a geografia humanista. Os quais defendiam que a paisagem representava mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é injetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção do meio. A estética da paisagem, nessa visão, é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. As impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo a sua volta. Para esses geógrafos o conceito de lugar acaba tendo mais valor que o de paisagem. O conceito de lugar demonstraria mais fortemente a ideia de pertencimento, de individualidade do ser humano e de seu apego a determinados espaços. Eles chegam inclusive a desenvolver a noção de *Topofilia*, como o amor ao lugar. (RIBEIRO, 2007, p.24)

Outra importante contribuição para o entendimento da paisagem como patrimônio cultural é o trabalho do geógrafo francês Augustin Berque, que se opõe claramente aos estudos da paisagem como estudos morfológicos. O autor afirma que a paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta, e ela é sempre especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador, que a paisagem é

mais do que um “espelho da alma”. Ela é referida aos objetos concretos, aqueles que existem realmente a nossa volta. Se aquilo que ela representa ou evoca pode ser imaginário, existe sempre um suporte objetivo. “O estudo da paisagem é então outra coisa que uma psicologia da percepção”. Dessa forma, é colocado que a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa dos dois. (RIBEIRO, 2007, p.30)

Foi nesse contexto que a UNESCO instituiu, em 1992, a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais. A adoção desta categoria pela UNESCO, ainda segundo o autor, se diferencia das concepções anteriores por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem e representando, portanto, uma ruptura com os modelos anteriores.

Ribeiro (2007, p.41) afirma que a discussão sobre a ideia de paisagem cultural como associação entre os aspectos culturais e naturais no Comitê do Patrimônio Mundial começou na década de 1980, a partir de abordagens que buscavam uma visão integradora entre o homem e a natureza. Aliado a isso, em 1992, no mesmo ano em que a ONU organizava no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, alguns especialistas se reuniram na França, a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco para pensar a forma como a ideia de paisagem cultural poderia ser incluída na Lista do Patrimônio Mundial, visando a valorização das relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural.

Em seu documento final, o grupo concluiu por recomendar pequenas mudanças nos seis critérios culturais estabelecidos para acomodar as paisagens culturais. Sendo assim, nas Orientações Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial de 1992, durante sua 16ª Sessão, foi aprovada para inclusão em seu Anexo 3 – Orientações para Inscrição de Tipos Específicos de Propriedades na Lista do Patrimônio Mundial [Guidelines on The Inscription of Specific Types of Properties on the World Heritage List], em seu parágrafo 6º, a seguinte definição para paisagem cultural:

“As paisagens culturais são bens culturais e representam ‘obras conjugadas do homem e da natureza’ a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas. Devem ser escolhidas com base em seu Valor Universal Excepcional e na sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida e da sua capacidade de ilustrar os elementos essenciais e distintivos de tais regiões. A expressão ‘paisagem cultural’ abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural. As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica.” (UNESCO, 2015, p.70)

As paisagens são então consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Deveriam, portanto, serem selecionadas pelo seu valor universal e pela representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região. O grupo faz distinção entre alguns tipos de paisagens culturais, as quais foram adotadas pela Convenção, criando-se três categorias diferentes de paisagens para serem inscritas como patrimônio, indicadas no quadro 2. (RIBEIRO, 2007, p.41)

Quadro 2 - Classificação das Paisagens Culturais pela UNESCO

Classificação das Paisagens Culturais pela UNESCO	
Paisagem Cultural	(i) Paisagens Claramente Definidas (<i>clearly defined landscape</i>)
	(ii) Paisagem Evoluída Organicamente (<i>organically evolved landscape</i>)
	Paisagem Relíquia ou Fóssil (<i>relict or fossil landscape</i>) Paisagem Contínua (<i>continuing landscape</i>)
(iii) Paisagem Cultural Associativa (<i>associative cultural landscape</i>)	

Essas três subcategorias buscam encampar três diferentes concepções de paisagem, de acordo com o que é definido pelas Orientações para Inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial.

A *Paisagem Claramente Definida* é aquela “intencionalmente concebida e criada pelo homem” e também a mais fácil de ser identificada. Criadas por motivação estética, religiosa ou política, a partir de um plano ou projeto, podendo associar espaços livres a conjuntos edificados. Segundo Figueiredo (2013, p.91), é a paisagem com autoria de desenho, ligada às práticas do paisagismo, como parques, jardins, praças e quintas. Tanto Figueiredo (2013, p.91) quanto Ribeiro (2007, p.42) apresentam em seus trabalhos a título de exemplo dessa categoria as paisagens culturais de Sintra, em Portugal e de Lednice-Valtice na República Checa. Segundo Ribeiro (2007, p.42 apud Mitchel e Buggey, 2000), para concessão de título de patrimônio mundial das paisagens culturais citadas, os principais valores identificados estão enraizados em seu planejamento, além de serem paisagens trabalhadas, que refletem respostas culturais ao ambiente natural.



Figura 2 - Sintra. Muralhas no entorno do Castelo dos Mouros, Portugal (1995).
Fonte: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&id_site=723&gallery=1&index=13>

As *Paisagens Evoluídas Orgânicamente* são aquelas construídas coletivamente por um grupo social ou uma sociedade. Apresentam a evolução de algum ciclo social, econômico, administrativo ou religioso e refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição, através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Podem ser uma cidade inteira, parte dela ou um grupo de cidades, adquirindo escala regional. Esse tipo de paisagem é subdividido

em duas categorias: *Paisagem Relíquia ou Fóssil*, é a paisagem-produto, resultante de um processo evolutivo que foi interrompido brutalmente (já teve um fim) ou por algum tempo, num dado momento do passado, com marcas materiais ainda visíveis, como sítios arqueológicos com vestígios materiais de cidades cuja civilização foi extinta ou, simplesmente, conjuntos edificadas não utilizados. A *paisagem contínua* é a paisagem em processo, que ainda conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, mantendo vivas na contemporaneidade culturas, tradições e grupos sociais de diversos ciclos, de um ciclo específico ou predominante, com evidências materiais de suas manifestações e de sua evolução através do tempo, na qual o processo evolutivo continua. Exemplos de paisagem cultural organicamente evoluída são os terraços de arroz das Cordilheiras Filipinas; a paisagem cultural de Hallstatt-Danchstein Salzkamergut na Áustria; as Cidades da Rota do Incenso, no Deserto de Negev, em Israel; o Parque Nacional de Cilento e Vale Diano, na Itália; Blaenavon, no Reino Unido; as Aldeias Antigas no Norte Sírio, dentre outras. (RIBEIRO, 2007, p.44; FIGUEIREDO, 2013, p.91)

As *Paisagens Culturais Associativas* surgem da forte associação cultural, religiosa, artística ou mística, geralmente ancorada ao espaço natural e a seus elementos, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Portanto, as evidências materiais das práticas culturais nem sempre são visíveis, mas o espaço físico, de acordo com Figueiredo (2013, p.83), é imprescindível para a manutenção e o suporte dessas práticas imateriais, como rituais religiosos ou sagrados em florestas, rituais indígenas, dentre outros.

Cabe ressaltar o fato de não terem sido criados critérios especiais para as paisagens culturais. Elas são tomadas inicialmente como bens culturais e, como os demais, as paisagens culturais precisam atender a pelo menos um dos critérios estabelecidos para essa valoração, para serem inscritas na Lista do Patrimônio Mundial. Ressalta-se também o fato de que a “paisagem cultural” não substituiu a categoria de “patrimônio misto”, tampouco ganhou assento ao seu lado. Foi criada como uma subcategoria ou tipologia do “patrimônio cultural”. Segundo Figueiredo (2013, p.89), quando do lançamento da nova seção, em 1992, diversos técnicos e acadêmicos haviam compreendido que não haveria mais a possibilidade de

inscrição na “categoria misto”. Entretanto, a mesma não foi extinta e, desde lá, alguns bens vêm sendo a ela incorporados.

Em 2005 foi implementada uma revisão nas Orientações para Guiar a Implementação da Convenção do Patrimônio Cultural. Continuando a tentativa de se libertar da dicotomia entre cultural e natural, os seis critérios culturais e quatro critérios naturais para a inclusão dos bens na lista foram transformados em dez critérios únicos. Segundo Ribeiro (2007, p.49) o resultado dessa estratégia integradora e de ruptura com os antigos parâmetros é que a categoria de paisagem cultural ganha força no contexto internacional, apresentada no Quadro 3. Logo, ainda segundo o autor, a ideia de paisagem cultural da UNESCO valoriza uma abordagem do conceito que identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais.

Quadro 3 – Critérios de Inscrição de Bens como Patrimônio Mundial pela Unesco

Critérios para Inscrição de bens como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco (a partir de 2005)	
i	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
ii	Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
iii	Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido, ou
iv	Ser um exemplo excepcional de um tipo específico de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
v	Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
vi	Estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais), ou
vii	Serem exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
viii	Ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e a água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
ix	Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou
x	Conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/#c1048735>

Segundo Fowler (2003), o conceito de paisagem cultural do Comitê de Patrimônio Mundial ressalta a relação entre a cultura e o meio natural, entre as pessoas e seu ambiente. Essa concepção abarca também ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar. Em seu estudo, Fowler afirma que as paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial são caracterizadas sob o ponto de vista geográfico, topográfico e funcional (montanhas, águas, áreas agrícolas e assentamentos habitados, incluindo cidades) ou sob o ponto de vista intelectual, por seu significado histórico e/ou cultural, continuidade e tradição, religiosidade e estética. Assim, ele propõe ao final do estudo a consideração das paisagens culturais não apenas como paisagens rurais, como havia sido a ênfase até então, mas também a identificação de todos os tipos de paisagem, como as paisagens urbanas, industrial, costeira e marinha.

As paisagens urbanas de cidades consideradas de grande porte, até então, não haviam tido espaço na categoria de paisagem cultural instituída pela Unesco. Não por não serem consideradas “culturais”, mas por serem de difícil percepção, tanto do ponto de vista ótico e material, quanto social e imaterial. Nestas paisagens urbanas, conforme apontado por Figueiredo (2013, p.107), constituídas geralmente por densos conjuntos edificados heterogêneos e verticalizados, a linha do horizonte (*skyline*), a profundidade e a relação mais explícita com os elementos naturais se perdem, desconstruindo a ideia predominante de paisagem. Além disso, ainda segundo a autora, a multiplicidade cultural presente nos lugares urbanos expõe uma complexidade bastante difícil de compreender e, sobretudo, de preservar e gerenciar. Outros fatores importantes quanto aos requisitos para o reconhecimento como patrimônio mundial são a excepcionalidade, a integridade e a autenticidade, bastante complicados de identificação e justificativa nas paisagens urbanas, que são, em sua maioria, ordinárias e dinâmicas, justapondo vários períodos da urbanização e múltiplas culturas, além dos problemas urbanos típicos dos processos de segregação espacial, especulação imobiliária e degradação ambiental.

Outrossim, fazer a gestão desse conflito existente entre preservação e o desenvolvimento de ambientes complexos e dinâmicos, tal qual as paisagens urbanas, é algo muito mais difícil. O conceito de paisagem cultural já traz consigo

como uma de suas premissas a preservação com sustentabilidade, no sentido de não impedir as mudanças, mas de direcioná-las em favor do patrimônio, ao se observar as práticas mais correntes de instituições de tutela do patrimônio, constata-se que a prática ainda dominante é a de intocabilidade dos bens.

Foram essas questões, aliadas à uma condução política e diplomática desastrosa, segundo Figueiredo (2013, p. 108), que levaram a Unesco a retirar da Lista do Patrimônio Mundial, em 2009, a Paisagem Cultural do Vale do Elba, em Dresden, na Alemanha. Nomeado em 2004, a paisagem foi retirada devido a uma polêmica quanto à construção de mais uma ponte transpondo o rio para desafogar o intenso tráfego da área central. Segundo a Unesco, a ponte causaria grande interferência na paisagem, desconstruindo alguns ângulos de visão daquele ideal ocidental de paisagem. Embora haja justificativa técnica, a decisão do comitê, tomada em votação fechada, ainda segundo a autora, teve forte motivação política.

De fato, há alguns anos a Unesco vem ameaçando a retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial em virtude de problemas de preservação e gestão. Tomado como exemplar, o caso de Dresden tomou essa magnitude em virtude do governo local ter desafiado a Unesco quando resolveu consultar a população, através de um plebiscito, questionando sua preferência em construir a ponte e desafogar o tráfego ou permanecer com o título de Patrimônio Mundial. A população preferiu a ponte. Até hoje, de acordo com Figueiredo (2013, p. 108), apenas dois bens da lista foram retirados, o outro, um patrimônio natural.

Alguns fatos atípicos começam a ocorrer a partir desse momento, na prática do Comitê do Patrimônio Mundial, nesta categoria de paisagem cultural. Em agosto de 2012, a lista de paisagens culturais foi atualizada no site da Unesco, incluindo os bens inscritos em 2010 e 2011. Além dos novos bens, foram migrados para a categoria de paisagem cultural 15 bens listados em outras categorias nos anos 1980 e 1990. Embora a mudança de categoria não seja algo incomum, o que chama a atenção foi a grande quantidade e sua breve permanência, pois em 2013 já não constavam mais 14 deles. Segundo Figueiredo (2013, p.108), a coordenadora da Paisagem Cultural na Unesco afirma que muitos países discordaram da mudança de categoria e solicitaram o retorno a categoria antiga.

De qualquer maneira, a intenção de transferência de bens anteriormente inscritos como “centros, cidades ou sítios históricos” para a categoria de paisagem cultural aponta uma relevante ampliação de valores e bens a serem preservados. Esta medida, implicaria em novas formas de gestão, integradas, participativas e mais complexas, exigindo mais esforço na preservação desses bens pelos Estados-parte. O que pode ser o principal receio destes em migrarem para a nova categoria.

O debate e os diversos conflitos de compreensão do conceito de paisagem cultural, enquadramento, valoração e gestão dos bens têm gerado fortes atritos entre técnicos e governos. Por isto, conforme já exposto neste capítulo, a UNESCO vem esboçando uma nova recomendação, endossando o termo “paisagem histórica urbana”.

Um primeiro conjunto de princípios foi traçado na conferência internacional *Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Gestion du paysage urbain historique* em Viena, Áustria, em 2005. Do chamado “Memorandum de Vienne” destaca-se, como principal desafio, responder à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, respeitando a herança histórica urbana, bem como sua configuração espacial, exigindo uma política de gestão urbana que tenha como ponto de partida a conservação, sobretudo dos aspectos de integridade e autenticidade das cidades históricas.

De fato, é a partir da publicação do Memorando de Vienna [*Vienna Memorandum*] que o conceito de Paisagem Urbana Histórica passa a ser adotado pela UNESCO. Elaborado durante a Conferência Internacional de 2005 sobre o *Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea* em Vienna e apresentado na 29ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, o desejo expressado pelo memorando é o de contribuir no debate atual para conservação sustentável dos monumentos e sítios, como um elemento chave para uma abordagem integrada entre a arquitetura contemporânea, desenvolvimento urbano sustentável e a conservação da paisagem baseada no tecido histórico existente.

O memorando usa a mesma definição de “conjunto histórico ou tradicional” adotada pela Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos, a

Recomendação de Nairobi, de 1976, para definir a Paisagem Urbana Histórica. Extrapolando a abrangência do conceito antes definido em Nairobi ao abarcar o termo paisagem.

Assim, em 2011 é publicada a “Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica” pela UNESCO. Em seu artigo 8º a recomendação define a paisagem urbana histórica:

“A paisagem urbana histórica é a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de “centro histórico” ou “ensemble” (conjunto) para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica” (UNESCO, 2011)

O contexto urbano mais amplo, segundo a Recomendação, engloba a topografia local, geomorfologia, hidrologia e recursos naturais, bem como o ambiente construído, tanto o histórico como o contemporâneo, as infraestruturas acima e abaixo do nível do solo, os seus espaços abertos e jardins, os padrões de uso da terra e organização espacial, percepções e relações visuais, além de todos os outros elementos da estrutura urbana. Ele inclui também práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionados com a diversidade cultural e identidade.

O conceito de “paisagem histórica urbana” não se forjou apenas para dar o devido lugar aos ambientes urbanos complexos e de grande escala, complementando a concepção mais particular de paisagem cultural praticada pela UNESCO, mas também para ajustar a compreensão dos termos “centro histórico” e “conjunto histórico”, observados apenas em sua morfologia urbana e tratados, frequentemente, como objetos físicos desconectados, conjuntos arquitetônicos de valor artístico excepcional, ou “distritos especiais”, desconsiderando suas relações urbanas, sociais, geográficas, ambientais e imateriais mais amplas e interdisciplinares. Visão esta que resulta, no âmbito da gestão, em geral, apenas no tratamento fachadístico do casco histórico. Vale afirmar ainda que os centros, bairros e cidades históricas constituem uma categoria muito representada na Lista do Patrimônio Mundial, com mais de 250 bens.

O Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não ratificou a proposta por considerar inócua a conceituação de uma

tipologia que parta de uma terminologia menos abrangente do que cultural, por maior que seja a abertura dada ao termo histórico. O IPHAN afirma ainda que não se faz necessária a criação de um novo conceito, mas sim a revisão de orientações metodológicas e da prática institucional, considerando as especificidades atuais da vida e da dinâmica urbana:

“O conceito paisagem histórica urbana, assim, parece um subterfúgio para evitar valorizar o conceito de paisagem cultural aplicado a contextos urbanos, esse sim capaz de abarcar a somatória de realizações e imbricações entre natureza e cultura, em todas as suas dimensões.” (IPHAN, 2011)

Segundo o posicionamento do IPHAN, o próprio adjetivo “cultural” enamorado ao patrimônio já contribui para alargar o conceito e as tipologias de patrimônio, tal como estabelece nossa Constituição Federal de 1988. Ademais, a noção de paisagem cultural delineada na Recomendação R(95)9 é suficiente para abarcar os ambientes urbanos de grande porte, sem excluir os demais (rurais, periurbanos, naturais, paisagens associativas e projetadas, etc). Neste sentido, certamente o termo paisagem histórica urbana significa uma redução. Por outro lado, se analisado no contexto de construção dos conceitos e categorias de patrimônio da UNESCO, representa um relativo alargamento que complementa a noção de centro e cidade histórica, tão imprecisos e restritivos, bem como a de paisagem cultural praticada até o momento.

Cabe apontar que o debate técnico sobre a paisagem histórica urbana no âmbito do Centro do Patrimônio Mundial e do International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ainda tem gerado demasiada polêmica. Embora a terminologia venha se clarificando, não há consenso se permanecerá apenas como um conceito ou se será efetivada como categoria – ou como subcategoria dentro da paisagem cultural ou dentro da categoria cidade histórica. Mas, se como conceito já suscita intensos embates, como categoria de patrimônio, em que pese sua intenção complementar, gerará ainda mais problemas de enquadramento e reconhecimento de valores, tendo em vista a excessiva categorização já existente.

Estes embates ajudam a compreender a ocorrência da migração e do retorno dos 14 centros e sítios históricos. Sem descartar estes conflitos, o que importa perceber é que uma compreensão mais alargada, mais complexa, integrada e interdisciplinar está em desenvolvimento, também para a abordagem das grandes cidades.

Neste contexto, traz especial contribuição ao presente debate o processo que levou à recente nomeação do Rio de Janeiro como paisagem cultural, em torno de uma discussão que levou mais de dez anos. Em 2001, foi enviado outro dossiê, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, com enquadramento na categoria misto, mas focando os valores naturais. De fato, tal inscrição causou um nó conceitual e de enquadramento na UNESCO. Primeiramente, porque a justificativa dos valores naturais diante da pressão do ambiente urbano não convenceu. Por outro lado, alocar esta candidatura na categoria centro ou cidade histórica não sustentaria os critérios de valor excepcional universal, tampouco os de autenticidade e integridade, ainda prejudicados pelos processos de abandono e transformação urbana das áreas antigas (ademais, estas não representariam a totalidade da cidade em sua expressão cultural). Por outro lado, também não se adequaria à noção de paisagem cultural, tal como praticada pela UNESCO nos dos últimos anos, devido à grande escala urbana.

Em 2003, a International Union for Conservation of Nature (IUCN) e o ICOMOS não acataram a inscrição, mas acabaram sugerindo o enquadramento na categoria paisagem cultural. Foi então elaborado um novo documento, apresentando a paisagem carioca. Todavia, o mesmo voltou inúmeras vezes para reelaboração, exatamente para “resolver” ou, mais precisamente, evitar a inclusão de áreas urbanas e da “problemática do desenvolvimento”.

Desta maneira, na aprovação de 2012, o centro histórico foi retirado e os elementos da paisagem carioca valorados e nomeados contemplam elementos naturais de grande expressão, aliados a monumentos e paisagens criadas intencionalmente pelo homem, além de sua importância imaterial. As montanhas, a vegetação e o mar são elementos estruturais presentes no Parque Nacional, na Floresta da Tijuca, Pedra da Gávea, Pedra Bonita, Serra da Carioca, nas colinas que rodeiam a Baía de Guanabara e na “ampla paisagem da praia de Copacabana”.

Alguns monumentos marcam esta paisagem, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e os fortes de Niterói.

Foram incluídas paisagens projetadas pelo homem, como o Jardim Botânico, o Passeio Público, Parque do Flamengo e Copacabana, os dois últimos concebidos pelo conhecido paisagista brasileiro Roberto Burle Marx (1909-1994). Embora dentro do perímetro nomeado, estas paisagens projetadas não foram reconhecidas em seu valor artístico, expresso no critério primeiro, recusado pela UNESCO.

Destaca-se também o valor imaterial destas paisagens no imaginário social, expresso em diversas representações literárias, pictóricas, televisivas e musicais que projetaram a cidade e a cultura carioca ao mundo. Por outro lado, a área urbana entre o mar e a montanha, nos arredores da lagoa Rodrigo de Freitas, não foi nomeada e consta apenas como “entorno”. A praia de Ipanema, locus de uma das mais famosas músicas brasileiras, não consta nem como entorno, pois a UNESCO entendeu que a “praia” já estaria “representada” por Copacabana.

Neste sentido, o IPHAN logrou uma vitória histórica ao defender e aprovar esta candidatura, embora tenha, para isto, precisado reduzir a paisagem cultural do Rio de Janeiro àquilo que fosse mais aceitável ao olhar eurocêntrico, ainda balizador da longa construção que é a noção de patrimônio. Embora esta seja efetivamente a primeira paisagem cultural em ambiente urbano de grande escala, outra vez a valoração do patrimônio ancora-se na forte relação entre elementos naturais e a construção pictórica da paisagem, somada ao valor dos monumentos que marcam esta paisagem. Os elementos não conformes são excluídos, resolvendo também o embate entre preservação e desenvolvimento, tão caro a UNESCO.

Por outro lado, o IPHAN faz um debate mais ampliado, incluindo as áreas urbanas, o centro histórico e até favelas na discussão, ainda em curso, sobre a Chancela Brasileira da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, a qual será discutida no Capítulo 3. Destacando, além disso, a arte da cartaria em gnaisse facoidal, a arquitetura moderna, a musicalidade, o futebol, o samba, a celebração do carnaval, sua importância histórica e econômica como capital do Brasil, a atividade portuária.

De qualquer forma, o renascimento da discussão do caráter e das especificidades das áreas urbanas dinâmicas quanto aos seus patrimônios e paisagens, além de evidenciar a multiplicidade de acepções e os conflitos de abordagem, acende ainda mais a expectativa de enfrentamento do embate entre preservação e desenvolvimento.

No âmbito da gestão e das intervenções, deverá basear-se na articulação entre políticas públicas e instrumentos de diversas áreas, visando à superação das dicotomias e concepções clássicas ainda praticadas. Este, sim, o grande desafio que certamente abrirá novos caminhos à preservação do patrimônio cultural e das paisagens.

2.5. Preservação através da abordagem da Paisagem Urbana Histórica

O conceito de paisagem urbana histórica cria a base para uma abordagem abrangente e integrada para a identificação, avaliação, conservação e gestão das paisagens urbanas históricas dentro de um quadro global de desenvolvimento sustentável.

A recomendação defende, ainda, que o patrimônio urbano, incluindo seus componentes tangíveis e intangíveis, constitui um recurso fundamental na melhoria da habitabilidade das áreas urbanas e promove o desenvolvimento econômico e a coesão social num ambiente global em constante mudança. E que a conservação desse patrimônio tornou-se uma estratégia para alcançar o equilíbrio entre crescimento urbano e qualidade de vida em uma base sustentável.

Logo, a recomendação oferece ferramentas para gerir as transformações físicas e sociais e garantir que as intervenções contemporâneas estão harmoniosamente integradas com o patrimônio num cenário histórico e levam em consideração os contextos regionais. Identificando também uma série de ameaças específicas para a conservação das áreas históricas e oferecendo princípios gerais, políticas e diretrizes para a intervenção nessas áreas.

A abordagem da paisagem urbana histórica visa preservar a qualidade do ambiente humano, melhorando o uso produtivo e sustentável nos espaços urbanos, reconhecendo seu caráter dinâmico e promovendo diversidade social e funcional.

Integra os objetivos de conservação do patrimônio urbano e os de desenvolvimento social e econômico. Está enraizada num relacionamento equilibrado e sustentável entre o ambiente urbano e o natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado.

Portanto, trata-se de uma abordagem sustentável do patrimônio. Considerando-se também a diversidade cultural e a criatividade como ativos fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico. Reconhecendo o papel importante das áreas históricas nas sociedades modernas.

Nas últimas décadas, devido ao aumento acentuado da população urbana no mundo, a escala e a velocidade do desenvolvimento e a economia em constante mudança, a população urbana e suas áreas históricas se tornaram centros motores de crescimento econômico em muitas regiões do mundo, e têm assumido um novo papel na vida cultural e social. Como resultado, também, estão sob um vasto conjunto de novas pressões ou ameaças específicas, incluindo:

2.5.1. Urbanização e Globalização

O crescimento urbano vem transformando a essência de muitas áreas urbanas históricas. Os processos globais têm um profundo impacto sobre os valores atribuídos as áreas urbanas e o seu espaço, além de percepções e realidades dos habitantes e da população que utiliza aquele espaço urbano.

Por outro lado, a urbanização oferece oportunidades econômicas, sociais e culturais que podem valorizar a qualidade de vida e o traçado tradicional das áreas urbanas. Há uma preocupação no sentido das alterações não geridas na densidade urbana e no crescimento que podem determinar o sentido de espaço, integridade do tecido urbano e a identidade das comunidades. Algumas áreas urbanas históricas estão perdendo suas funções, população e seu papel tradicional no cotidiano urbano. Uma abordagem sob a perspectiva da paisagem histórica urbana pode ajudar a gerir e atenuar esses impactos.

2.5.2.Desenvolvimento

Muitos processos econômicos oferecem formas e meios para atenuar as pobreza urbana e promover o desenvolvimento social e humano. A maior disponibilidade de inovações, tais como as tecnologias da informação e práticas sustentáveis de planejamento, concepção e construção, podem melhorar as áreas urbanas, otimizando, assim a qualidade de vida.

Quando gerida de forma eficiente através da abordagem de paisagem urbana histórica, novas funções, como serviço e turismo, são importantes iniciativas econômicas que podem contribuir para o bem estar das comunidades e para a conservação de áreas urbanas históricas e sua herança cultural, assegurando em simultâneo a diversidade econômica e social, além da função residencial.

O insucesso na otimização dessas oportunidades irá gerar cidades insustentáveis e inviáveis, tal como a sua implementação de forma inadequada e imprópria irá resultar na destruição dos bens patrimoniais e em perdas que podem ser insubstituíveis para as gerações futuras.

2.5.3. Ambiente

As populações adaptam-se constantemente às mudanças climáticas e ambientais, incluindo aquelas resultantes de desastres. No entanto, a intensidade e a velocidade com que as mudanças atuais tem ocorrido constituem um desafio para os nossos complexos ambientes urbanos.

A preocupação crescente com o ambiente, particularmente com o consumo de água e energia, exige abordagens e novos modelos para a vida urbana, com base em políticas ecologicamente sensíveis e práticas destinadas ao reforço da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana. Muitas dessas iniciativas, no entanto, devem integrar o patrimônio natural e cultural como recursos para o desenvolvimento sustentável.

As alterações sofridas pelas áreas urbanas históricas podem igualmente resultar de desastres repentinos e conflitos armados. Esses podem ser de curta duração, mas tem efeitos duradouros. Uma abordagem sob a perspectiva da paisagem urbana histórica pode ajudar a gerir e atenuar esses impactos.

Os princípios da preservação através da abordagem da paisagem urbana histórica ainda contam com recomendações divididas em quatro áreas da gestão urbana: Políticas; Ferramentas; Capacitação, investigação, informação e comunicação; Cooperação Internacional. As áreas de gestão urbana presentes na abordagem da paisagem urbana histórica serão brevemente descritas a seguir.

Vale ressaltar, entretanto, que os instrumentos de implementação dessa abordagem ainda estão sendo estudados pelos Estados-Membros, de forma a se produzirem normativas que assegurem uma abordagem holística, refletindo no sistema mais apropriado a ser adotado para assegurar uma gestão e conservação sustentável dos conjuntos históricos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

2.5.4 Políticas

As políticas modernas de conservação urbana, que se refletem nas recomendações e cartas internacionais, criaram condições para a preservação das áreas urbanas históricas. No entanto, os desafios presentes e futuros exigem a definição e implementação de uma nova geração de políticas públicas que identifiquem e protejam os estratos históricos e o equilíbrio de valores culturais e naturais em ambientes urbanos.

A conservação do patrimônio urbano, de acordo com a abordagem de paisagem urbana histórica, deve ser integrada no planejamento geral de políticas e práticas relacionadas com o contexto urbano de forma abrangente. As políticas devem oferecer mecanismos para encontrar o equilíbrio entre conservação e sustentabilidade tanto a longo quanto curto prazos. Deve-se colocar particular ênfase na integração harmoniosa entre o tecido histórico urbano e as intervenções contemporâneas. Em particular, as responsabilidades dos diferentes intervenientes são as seguintes:

- a) Os Estados-Membros devem integrar estratégias de conservação do patrimônio urbano nas políticas e agendas de desenvolvimento nacional de acordo com a abordagem da paisagem urbana histórica. Neste enquadramento, as autoridades locais devem preparar planos de

desenvolvimento urbano, tendo em conta os valores da área, incluindo a paisagem e outros valores patrimoniais, e os recursos associados.

- b) Os stakeholders públicos e privados devem cooperar, por meio de parcerias para garantir a aplicação bem sucedida da abordagem da paisagem urbana histórica.
- c) As organizações internacionais que trabalhem em prol do desenvolvimento urbano sustentável devem integrar a abordagem da paisagem urbana histórica nas suas estratégias, planos e operações.
- d) As organizações não-governamentais nacionais e internacionais devem participar no desenvolvimento e divulgação de ferramentas e melhores práticas para a implementação da abordagem da paisagem urbana histórica.

Segundo a recomendação, todos os níveis de gestão (municipal, estadual e federal), cientes da sua responsabilidade, devem contribuir para a definição, elaboração, implementação e avaliação de políticas de conservação do patrimônio urbano. Essas políticas devem basear-se numa abordagem participativa de todos os intervenientes e deve ser coordenada numa perspectiva tanto institucional como setorial.

2.5.5 Ferramentas

A abordagem baseada na paisagem urbana histórica implica na aplicação de um conjunto de ferramentas que devem ser adaptadas aos contextos locais. Algumas dessas ferramentas, que necessitam ser desenvolvidas como parte do processo envolvendo os diversos intervenientes, poderão incluir:

a) Ferramentas de compromisso cívico: devem incluir uma combinação diversificada de intervenientes e capacitá-los para identificar valores fundamentais nas suas áreas urbanas, desenvolver contextos que reflitam a sua diversidade, estabelecer metas e estabelecer ações para salvaguardar o seu patrimônio e promover o desenvolvimento sustentável. Essas ferramentas, parte integrante da dinâmica de gestão urbana, devem facilitar o diálogo intercultural através da aprendizagem das comunidades acerca das suas histórias, tradições, valores,

necessidades e aspirações através da mediação e negociação entre conflitos de interesses entre grupos.

b) Ferramentas de conhecimento e planejamento: deverão ajudar a proteger a integridade e autenticidade dos atributos do patrimônio urbano. Deverão igualmente permitir o conhecimento da importância cultural e diversidade e realizar o monitoramento e gestão das mudanças para melhorar a qualidade de vida e o espaço urbano. Essas ferramentas incluiriam a documentação e mapeamento das características culturais e naturais. Devem ser utilizadas avaliações de impacto ambiental, patrimonial e social para suportar e facilitar os processos de tomada de decisão num enquadramento de desenvolvimento sustentável.

c) Sistemas de Regulação: deverão refletir as condições locais e podem incluir medidas legislativas e regulamentares visando a conservação e gestão dos atributos tangíveis e intangíveis do patrimônio urbano, incluindo os seus valores sociais, ambientais e culturais. Os sistemas tradicionais devem ser reconhecidos e reforçados, na medida do necessário.

d) Ferramentas Financeiras: devem ser criadas condições de apoio ao desenvolvimento inovador e gerador de rendas enraizado nas tradições culturais do local. Para além de fundos governamentais e globais de agências internacionais, as ferramentas financeiras devem ser implementadas de um modo eficaz para fomentar investimentos privados a nível local. O microcrédito e outras formas de financiamento flexível para apoiar as empresas locais, bem como uma variedade de modelos de parcerias, também são considerados fundamentais para tornar a abordagem da paisagem urbana histórica financeiramente sustentável.

2.5.6 Capacitação, Pesquisa, Informação e Comunicação

A capacitação deverá envolver os principais colaboradores (intervenientes): comunidades, decisores, profissionais e gestores, de forma a promover a compreensão da abordagem da paisagem urbana histórica e a sua implementação. A capacitação eficaz depende de uma colaboração ativa destes principais intervenientes, com o objetivo de adaptar a aplicação da Recomendação aos contextos regionais para definir e aperfeiçoar as estratégias e objetivos locais, quadros de ação e esquemas de mobilização de recursos.

A pesquisa deve ser orientada no sentido de abranger a complexa estratificação das povoações urbanas, de modo a identificar valores, compreender seu significado para as comunidades e apresenta-los aos visitantes de uma forma abrangente. As instituições acadêmicas e universitárias, além de outros centros de pesquisa, devem ser encorajados a desenvolver as pesquisas científicas sobre aspectos da abordagem da paisagem urbana histórica e cooperar a nível local, nacional, regional e internacional. É essencial para documentar o estado das áreas urbanas e a sua evolução, para facilitar a avaliação de propostas de mudança e para melhorar as competências e procedimentos de proteção e gestão.

Incentivar o uso das tecnologias da informação e comunicação para documentar, compreender e apresentar a estratificação complexa das áreas urbanas e dos seus constituintes. A recolha e análise desses dados são parte essencial do conhecimento acerca das áreas urbanas. Para a comunicação com a sociedade é particularmente importante atingir aos jovens e a todos os grupos subrepresentados, a fim de incentivar sua participação.

2.5.7 Cooperação Internacional

Os Estados-Membros e organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, devem facilitar a compreensão do público e o envolvimento na implementação da abordagem da paisagem urbana histórica, pela difusão de boas práticas e lições aprendidas a partir de diferentes locais do mundo, a fim de fortalecer a rede de conhecimentos e capacitação. Esses mesmos agentes devem também promover uma cooperação multinacional entre as autoridades locais.

As agências internacionais de desenvolvimento e cooperação dos Estados-Membros, bem como organizações não-governamentais e fundações, devem ser encorajados a desenvolver metodologias que levem em conta a abordagem da paisagem urbana histórica e harmonizá-las com os seus programas de assistência e projetos relativos às áreas urbanas, como é o caso das intervenções em centros históricos.

3. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E INTERVENÇÕES URBANAS NO BRASIL

3.1. Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil

A preservação de monumentos históricos no Brasil se consolidou, de fato, nas primeiras décadas do século XX. Esses primeiros passos da preservação do patrimônio brasileiro foram motivados por um panorama cultural e político pautados pelo ideário nacionalista, que buscava moldar uma nova imagem para o país. Segundo Kühl (2008, p.101), essas iniciativas tiveram uma conotação cultural aliada a uma vontade política de afirmação da identidade nacional, a qual ocorrera no Brasil anteriormente e se avolumara no decorrer do século XIX, através de várias iniciativas como a criação de Museus (Museu Nacional – 1818, Museu Paulista – 1894, considerados locais de ciência) e de Institutos Históricos (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cuja ênfase seria guardar e compor uma história nacional e construir uma memória), mas que não se consolidou, no que respeita à preservação, com a consistência que a questão assumiria após a Revolução de 1930.

Rufinoni (2013, p.166) ainda afirma que no campo das artes, o desejo de desvelar as raízes do povo brasileiro esteve expresso nas manifestações das vanguardas artísticas. No campo político, a ordem vigente abraçava o nacionalismo como instrumento de fortalecimento do Estado e de impulso do crescimento econômico. Essa era também uma forma de se contrapor aos traços do ecletismo e daquilo que se considerava uma excessiva europeização da cultura brasileira, associada aos padrões da Primeira República.

A partir de então, certos artistas e intelectuais brasileiros lançaram-se à identificação e à valorização das expressões artísticas consideradas genuinamente brasileiras. Nesse processo, se por um lado a retomada de expressões classificadas como “autênticas” cultivou a resistência ao passado de influência europeia e o menosprezo às obras oriundas dessa relação – como a arquitetura eclética e grande parte da produção artística do século XIX e início do século XX – por outro, a nova abordagem abriu caminho para a retomada de artefatos e expressões artísticas

nacionais pouco estudadas e permitiu, ainda que dentro dos recortes então estabelecidos, o reconhecimento de especificidades formais e técnicas que nos eram próprias.

Na busca por uma identidade nacional, Kühl (1998, p.202) afirma que “voltar as costas a um passado europeu e academicista fez perceber uma manifestação artística autêntica que, mesmo se permeada de influências externas, nos era peculiar”. Essas expressões redescobertas e reinterpretadas passaram a ser valorizadas como elementos norteadores da identidade artística e cultural que se pretendia.

Kühl (2008, p.101) afirma que essa preocupação com o passado nacional se deu, ainda, em sincronia com movimentos de vanguarda europeus e de seu interesse pela arte de outras civilizações. A reação, no contexto internacional, ao academicismo, ao ecletismo, e àquilo que agora era sentido como onipresença do passado no processo criativo teve repercussões no Brasil e se manifestou como resistência ao historicismo de origem europeia com raízes oitocentistas. Um dos efeitos dessa oposição foi despertar a atenção para um passado nacional não devidamente conhecido e prezado, valorizando suas qualidades intrínsecas, que eram muito mais do que simples herança exógena. Foram diversas as vertentes, a exemplo daquelas filiadas ao movimento neocolonial e às várias expressões do modernismo. A intenção era retomar esquecidas manifestações culturais nacionais para estudá-las, valorizá-las e também reinterpretá-las para a criação artística.

O primeiro conceito de patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro, portanto, nasceu do bojo dessa busca identitária, precisamente recortada, e reuniu os artefatos então julgados apropriados para a formulação dessa imagem. Enquanto, na Europa, os artistas buscaram inspiração para o novo nas artes primitivas de outras nações, no Brasil, a redescoberta de nossas próprias raízes culturais é que impulsionou uma nova atividade artística, daí as expressões artísticas lançadas com a Semana de 1922 e a presença marcante dos modernistas no processo de institucionalização da tutela federal desse patrimônio. Como observa Fonseca (p. 22 apud Rufinoni, 2013, p.167), foram “os mesmos intelectuais que se voltaram, simultaneamente, para a criação de uma nova linguagem estética, no sentido de ruptura com o passado, e para a construção de uma tradição, no sentido

de buscar uma continuidade”. Duas faces aparentemente paradoxais, porém complementares, no processo de gestação e desenvolvimento da expressão modernista em solo brasileiro.

Segundo Rufinoni (2013, p.165), uma das peculiaridades do processo brasileiro de preservação do patrimônio histórico foi a atuação decisiva dos arquitetos e intelectuais vinculados ao movimento moderno na institucionalização da tutela dos bens culturais. Enquanto, no contexto europeu, grande parte do debate da década de 1930 centrava-se nas controvérsias sobre o encontro antigo-novo, representada pela polêmica entre os arquitetos “conservadores” – que defendiam a preservação documental da arquitetura e dos conjuntos urbanos – e os arquitetos adeptos da arquitetura do movimento moderno – a favor da inserção de novas estruturas em ambientes antigos -, no Brasil, foram os próprios arquitetos modernistas que impulsionaram a organização e a instituição do órgão federal voltado à preservação dos monumentos.

A construção da nacionalidade foi perseguida através de diversas ações levadas a cabo por um regime de exceção, o Estado Novo, que nesse sentido se colocou como continuação e exacerbação da Revolução de 1930. Algumas das iniciativas foram desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde, encabeçado por Gustavo Capanema a partir de 1934. Uma delas era justamente a tutela e preservação do patrimônio histórico, processo que descendia de propostas mais consistentes elaboradas anteriormente. Intelectuais de vanguarda, muitos filiados ao movimento moderno, ganharam, então, maior espaço e passaram a trabalhar junto ao governo autoritário. A identidade nacional, que até então fora uma preocupação que predominara mais entre os intelectuais, tornou-se uma questão de Estado. (KÜHL, 2008, p.102)

Apesar de iniciativas isoladas anteriores a 1920, somente a partir dessa data as discussões em favor da preservação dos monumentos históricos e artísticos brasileiros começaram a despontar com maior determinação. Representadas, principalmente, pela elaboração de propostas e projetos de lei voltados para este fim. Essas propostas pioneiras, bem como a própria efetivação do serviço federal de proteção com a promulgação do Decreto-Lei 25, em 1937, pautavam-se pela

emergência do citado ideário nacionalista que buscava desvendar ou “moldar” uma identidade genuinamente brasileira. (RUFINONI, 2013, p.167)

Dentre os projetos pioneiros não implementados, merecem destaque as propostas de Jair Lins e de José Wanderley de Araújo Pinho. Ambos os projetos representaram importante referência para o prosseguimento das propostas e algumas das enunciações compareceriam com poucas alterações na elaboração final do Decreto-lei 25, até hoje vigente. (RUFINONI, 2013, p.167)

Com base na legislação estrangeira, o anteprojeto de lei federal elaborado por Jair Lins, datado de 1925, além de preocupar-se em argumentar a favor da intervenção do Estado na propriedade privada, enunciou certos temas que compareceriam na legislação futura, como a catalogação dos artefatos em livros especiais, o impedimento de demolição sem autorização legal e até mesmo uma versão primitiva da defesa da visibilidade do bem protegido, ainda que a área de influência se limitasse a 1,5 metros. (RUFINONI, 2013, p.167)

Já no projeto de Wanderley Pinho, datado de 1930, merece destaque a definição de patrimônio, conforme elucidado por Rufinoni (2013, p.167), que abarcava, entre “as coisas móveis e imóveis a que deva estender a proteção do Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza”, além dos monumentos de excepcional relevância, obras de arte e elementos arquitetônicos. Wanderley também abarca como fazendo parte do patrimônio “os imóveis isolados ou em conjunto, os sítios de reconhecida e peculiar beleza, cuja proteção e conservação sejam necessárias para manter-lhes o aspecto típico-artístico catalogado”. Portanto, ainda segundo Rufinoni (2013, p.167), é notável a preocupação com a manutenção da ambiência do bem protegido, prevendo-se, inclusive, a possibilidade de intervir nessas áreas de entorno, tanto para conservar quanto para eliminar estruturas, conforme fosse conveniente “à conservação, luz, perspectiva e moldura do imóvel catalogado”. Com a revolução e a dissolução do Congresso, a tramitação de tais propostas foi interrompida. Porém, é inegável sua influência na consolidação de diretrizes e no documento final de 1937.

Após o decreto de 1933 que elevou Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional e a criação, em 1934, da Inspeção dos Monumentos Nacionais, o ano de

1936 marcou a mais efetiva participação do Estado na preservação. A partir de anteprojeto elaborado naquele ano por Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade preparou um novo projeto de lei federal, sendo proposta a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passaria a contar com a direção do próprio Rodrigo M. F. de Andrade. O instrumento legal para a tutela foi o Decreto-lei nº 25 sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico, promulgado em 30 de novembro de 1937, que trata da preservação de bens de interesse histórico, artístico ou etnográfico e paisagístico. (KÜHL, 2008, p.102)

O Decreto-lei nº25 baseou-se em propostas anteriores, como aquelas de Lins e Pinho, além do já citado anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936. O texto definitivo do decreto-lei atentou-se para os meios legais que garantiriam a atuação do órgão federal de preservação, principalmente no sentido de depurar as questões envolvidas com o direito de propriedade, assim como desonerar o Estado na tutela do patrimônio histórico. Fosse desvinculando do tombamento da desapropriação do bem, ou atribuindo ao proprietário a responsabilidade pela sua conservação, como já se observava na legislação europeia. (RUFINONI, 2013, p.170)

O enfoque principal no decreto-lei 25, segundo Kühl (2008, p.103), foi dado às obras notáveis e isoladas, enquanto no anteprojeto de Mário de Andrade havia uma preocupação com raízes na antropologia, que dava ênfase também à preservação de variados aspectos sobre o chamado patrimônio imaterial, algo que acabou por se esvaecer no projeto final.

Ao traduzir as ideias pioneiras da preservação baseadas na formulação da identidade nacional, o decreto-lei 25 procura preservar obras consideradas significativas das principais etapas de formação do Brasil. Segundo Rufinoni (2013, p.170), “privilegia as obras consideradas notáveis, vinculadas a fatos memoráveis da história do Brasil”, fatos que segundo a autora seriam “prioritariamente cenografados”, como demonstrariam os critérios de seleção do então criado SPHAN. Kühl (2008, p.103) defende que o interesse recaiu sobre a produção dos séculos XVI a XVIII. Numerosas manifestações do século XIX (com exceção do neoclassicismo,

que era, de modo geral, apreciado) e do começo do século XX foram consideradas desprovidas de interesse e fruto de pura importação.

O documento também contempla a preocupação com a manutenção de sítios e paisagens, naturais ou criadas pelo homem, contexto no qual se inserem os conjuntos urbanos, porém vinculando sua valorização à notabilidade ou excepcionalidade:

“Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico [...]”

§2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937)

A questão do entorno dos bens tombados é tratada pelo Artigo 18 do Decreto-lei, cuja redação permitiu estender certas disposições restritivas para além do bem oficialmente protegido. Rufinoni (2013, p.170) considera esse artigo particularmente importante, pois segundo a autora abriu caminho para a gradativa apreensão do valor patrimonial associado às relações entre monumento e ambiente e contribuiu, no decorrer da atuação do órgão, para consolidar a ideia de tutelar certos contextos urbanos não necessariamente “exemplares” (portanto, não classificáveis num primeiro momento como sítios ou paisagens de interesse patrimonial conforme as disposições do parágrafo 2º do Artigo 1º), contudo possuidores de características próprias que lhes conferiam a particular autonomia compositiva:

“Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar objeto, impondo-se nesse caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”. (BRASIL, 1937)

As disposições do artigo 18, no entanto, geraram grandes controvérsias, ainda seguindo Rufinoni (2013, p.171), principalmente no que concerne ao emprego de termos pouco precisos como “visibilidade” e “vizinhança”, às lacunas legais quanto aos critérios de avaliação a serem empregados e à conseqüente falta de

clareza das análises caso a caso empreendidas pelo órgão. (RUFINONI, 2013, p.171)

A questão relacionada a essas análises gerou muita discórdia e diversas contestações, inclusive judiciais, sobretudo devido às limitações do direito de construir em determinadas áreas. Essas e outras questões em torno da preservação de áreas urbanas impulsionaram a discussão sobre pertinência de se elaborar regulamentações específicas para esclarecer pontos conflitantes do Decreto-lei, diversas propostas foram criadas e discutidas entre 1940 e o início dos anos de 1980 sem, contudo, efetivar-se nenhuma alteração ou complementação da legislação vigente. (RUFINONI, 2013, p.171)

A observação de certas diretrizes propostas, entretanto, permite constatar a atualidade dos temas abordados e a competência argumentativa com que foram expostos, mostrando que muitos estudiosos brasileiros acompanhavam a discussão internacional e objetivavam atualizar o debate e implementá-lo na prática legal. Rufinoni (2013, p.171) ainda afirma que no que concerne à preservação urbana, as propostas de regulamentação ou complementação tocaram em pontos cruciais, que vinham sendo amplamente discutidos em âmbito internacional.

Nesse sentido, cabe destacar a proposta de Prudente de Moraes Neto, que, em 1940, já indicava a necessidade de prever, paralelamente ao tombamento de áreas urbanas, a execução de planos complementares de desenvolvimento urbanístico. Há, ainda, a proposta de Rômulo de Almeida, de 1959, que buscava alternativas econômicas para viabilizar a preservação de conjuntos urbanos e promover atividades autossustentáveis com a participação de parcerias entre o setor público e o privado. E, ainda, a contribuição de Paulo Armino de Azevedo, que propôs, em 1973, a criação de Setores Monumentais e Paisagísticos, com base nas diretrizes propostas pela Lei Malraux e na abordagem das questões de caráter social e econômico associadas à preservação urbana, além daquelas formais, em concomitância com a caracterização multidisciplinar que o tema assumiria a partir da década de 1970, em âmbito internacional. (RUFINONI, 2013, p. 172)

Quanto às intervenções de preservação e restauração empreendidas pelo SPHAN, até aproximadamente meados da década de 1970, em monumentos isolados e em áreas urbanas, observa-se uma postura de certo distanciamento com relação ao atendimento de preceitos há muito arraigados no contexto internacional, a exemplo dos princípios acordados na Carta de Restauro de Atenas de 1931. Em muitas intervenções de restauro conduzidas pelo órgão, Rufinoni (2013, p.172) afirma que foram desconsideradas as diversas estratificações históricas dos monumentos e dos conjuntos urbanos, propondo, por vezes, a recondução da obra ao seu estado original. Estado geralmente hipotético, pois o próprio conhecimento historiográfico da arquitetura e do urbanismo brasileiro era bastante incipiente. Outros fatores agravavam esse quadro: a inexistência de um debate mais amplo com relação às soluções adotadas, a cargo de um grupo restrito de profissionais, a completa ausência de participação popular e a escassa oferta de profissionais habilitados em restaurações, o que se traduziu, em grande medida, na realização de obras completamente empíricas.

De fato, Kühl (2008, p.103) também afirma que o SPHAN enfrentou uma série de dificuldades quando de sua criação, como o fato de não existir no Brasil um corpo de profissionais habilitados para trabalhar em restaurações, o estado incipiente da historiografia da arte brasileira, a dificuldade em estabelecer critérios para identificação dos bens a proteger. Rodrigo M. F. de Andrade procurou resolver esses problemas aos poucos, ainda de acordo com a autora. Reuniu no SPHAN profissionais, em sua maioria jovens e atuantes em vertentes das vanguardas artísticas, que colaboraram de forma competente e engajada. Os arquitetos modernistas brasileiros moviam-se entre valores que eram considerados antagônicos por muitos protagonistas do movimento moderno no contexto internacional: tradição e modernidade, preservação e vanguarda artística, criação arquitetônica e restauração. As tentativas de articulação desses pólos contribuíram para certas especificidades dos arquitetos modernos brasileiros, assim como das intervenções por eles feitas no patrimônio histórico. Houve apropriação de aspectos considerados modelares do passado, com o interesse voltado para o futuro. Exemplo proeminente é o dado por Lúcio Costa que, ao abraçar as correntes do modernismo, procurou conciliar aspectos da arquitetura tradicional brasileira com as propostas das vanguardas artísticas. Ou seja, houve a contraposição a um passado

recente, em especial aquele de matriz eclética, e a busca de uma articulação com um passado remoto, o 'colonial'.

No que concerne aos conjuntos urbanos históricos, as intervenções realizadas pelo órgão nessa primeira fase evidenciam uma resposta operacional aos parâmetros estabelecidos para a delimitação do patrimônio nacional: a preservação de uma tradição eleita e a promoção da criação moderna, ambas produções consideradas genuinamente brasileiras. Nesse sentido, por vezes prevalecia a influência da Carta de Atenas dos Ciam com a inserção de criações contemporâneas e grandiosas em ambientes preexistentes sem gerar maiores discussões sobre os efeitos provocados, ou mesmo com a demolição indiscriminada de áreas urbanas consolidadas que não correspondiam à visão urbanística da época, inclusive cercanias de importantes monumentos. Em outras ocasiões, quando necessário construir novos edifícios nos espaços ainda livres, sugeria-se que eles seguissem o "espírito" dos antigos. E nas restaurações, a busca pela restituição de um suposto estado primitivo era traduzida pela neutralização ou eliminação de quaisquer elementos considerados estranhos ao recorte de tradição arquitetônica cultuado, isto é, eram "eliminadas platibandas, frontões, cimalthas e outros elementos típicos do período colonial" (Sant'Anna, 1995, apud Rufinoni, 2013, p.173).

Em vários processos de tombamentos, de acordo com Rufinoni (2013, p.173), indicavam-se áreas de expansão urbana fora do núcleo protegido. Esse território externo era considerado 'livre', não recebia nenhuma restrição construtiva. Essa solução, a curto prazo, provocava o afastamento de qualquer discussão sobre o encontro antigo-novo, tema de fervorosas e profícuas polêmicas no contexto internacional, e no longo prazo, alimentava a criação de verdadeiras barreiras entre a cidade histórica e a cidade nova, isolando o fragmento antigo do contato dinâmico com a cidade contemporânea e privando a parcela nova do diálogo cotidiano com sua própria história.

Esses procedimentos, ainda segundo Rufinoni (2013, p.173), aparentemente pouco criteriosos, deviam-se à ausência de uma linha diretiva clara na atuação de um órgão novo, que inaugurava uma prática nova e com base em prerrogativas

conceituais imbuídas de significados antagonistas. E que enfrentava, naqueles primeiros anos, grandes lacunas técnicas, profissionais, conforme já explicitado, metodológicas e, principalmente, teóricas. O distanciamento para com o discurso teórico internacional, na visão de Rufinoni (2013, p.174), devia-se mais a uma opção ideológica (haja vista as contradições conceituais advindas do pensamento modernista na 'invenção' do patrimônio) do que propriamente por desconhecimento. Os princípios da Carta de Atenas de 1931 eram conhecidos, mas o embate com os desafios práticos acabou por consolidar uma postura diferenciada, baseada na busca por um passado idealizado e na implementação dessas heranças na restauração e na criação.

Na ausência de uma doutrina ou carta de princípios para guiar as intervenções realizadas pelo Serviço, as principais diretrizes sobre a forma como atuar nos monumentos arquitetônicos eram dadas por Lúcio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos, cuja visão em geral prevalecia. Seu papel como estudioso da arquitetura brasileira foi também dos mais relevantes, tendo elaborado vários textos que se tornaram clássicos, alguns deles publicados na própria revista do SPHAN, a exemplo de "Arquitetura Jesuítica no Brasil" (1941) e "Documentação Necessária" (1937). Neste último escrito, Costa desenvolve propostas caras à sua maneira de ver o passado, a partir de análises das manifestações de nossa arquitetura popular que buscam a verdade na "boa tradição" de seus princípios. Enxerga nela a forma de recuperar o caminho perdido na produção arquitetônica contemporânea através da conciliação da tradição com inovações formais. O texto, apesar de não ser voltado diretamente à restauração, pode ser encarado como um "programa de trabalho", pois são justamente essas as características que serão buscadas na herança do passado e que serão, de fato, valorizadas e implementadas nas restaurações, sendo muitas vezes impostas nas construções preexistentes nas intervenções feitas pelo órgão. (KÜHL, 2008, p. 109)

Apesar de Lúcio Costa não possuir escritos sobre a atuação específica em áreas urbanas, acredita-se que grande parte das decisões tomadas passava pelo seu crivo, tanto relativas à definição de critérios para o tombamento quanto às soluções de intervenção levadas a cabo pelo SPHAN. Em texto de Rodrigo M. F. de Andrade sobre a conservação de conjuntos urbanos, baseado na experiência prática

adquirida e, sem dúvidas, na influência diretiva de Lúcio Costa, fica claro o reconhecimento das especificidades patrimoniais das áreas urbanas históricas, assim como a percepção da necessidade de serem desenvolvidos meios legais específicos para a sua proteção, diferenciados daqueles empregados em edifícios isolados e integrados aos mecanismos de planejamento urbano. (RUFINONI, 2013, p. 174)

Não obstante as práticas de certa forma “repristinatórias” empreendidas em ambientes urbanos, de acordo com Rufinoni (2013, p. 174), no seio da atuação do órgão frutificavam importantes elaborações conceituais que paulatinamente vinham sendo formuladas em face dos desafios operacionais enfrentados no contato direto com os artefatos históricos. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar outro texto de Rodrigo M. F. de Andrade, de 1941, no qual o autor esclarece os critérios adotados para o tombamento da cidade de Diamantina. Observa-se com nitidez a percepção do organismo urbano como artefato autônomo, e não como somatório de edifícios excepcionais, com alusão, inclusive, às imaterialidades que concorrem para a configuração do tecido urbano:

“O que se constitui *monumento*, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerados em si mesmos, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, por empresta às cidades, que ainda apresentam essa documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia particular. É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto de tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional. Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais, de bens individualizados, cada um isoladamente considerados”.

Com relação à repercussão do recorte histórico cultuado pelo SPHAN, é inegável a consolidação, na sociedade, de uma ideia de patrimônio e memória associada a certos panoramas históricos eleitos, em detrimento de outros, obscurecidos. Esse recorte temporal relegou ao esquecimento (e à destruição) grande parte das manifestações arquitetônicas e urbanas datadas ou transformadas a partir da segunda metade do século XIX (com exceção do neoclassicismo e das obras do movimento moderno), e só muito recentemente o conceito de patrimônio

cultural adotado pelo órgão tem se expandido para artefatos não contemplados pelo conceito firmado na década de 1930. (RUFINONI, 2013, p.175)

Nota-se, portanto, um programa de trabalho do órgão que impinge uma visão idealizada de um dado presente sobre o passado. Falta uma verdadeira visão histórica, baseada em rigoroso método, que fizesse com que se atuasse de acordo com a noção de ruptura entre o passado e presente. Isso implicaria o respeito pelo existente, de modo amplo e não-proscritivo, do jeito que chegou àqueles dias e não a busca de um passado mítico. (KÜHL, 2008, p. 109)

A relativa autonomia do SPHAN dentro do governo, seu quadro de profissionais e seu Conselho Consultivo intelectualizados resultaram num certo distanciamento em relação à própria sociedade, sendo o órgão pouco permeável aos anseios da coletividade. Apesar da importância do trabalho executado e do empenho público dos profissionais envolvidos, as discussões ficaram restritas a um pequeno grupo, acarretando, depois, críticas e gerando novas posturas face às políticas de preservação do país. Analisando a fase pioneira do SPHAN, sobressaem, entre outros aspectos, a escassa participação popular e a falta de divulgação de informações e ideias que promovessem um debate mais amplo em relação às posturas conceituais da restauração, mesmo entre os próprios profissionais envolvidos de modo direto com a preservação. (KÜHL, 2008, p. 109)

A partir da década de 1970, as experiências iniciais do SPHAN começaram a ser reavaliadas. Questionaram-se, então, tanto os critérios de seleção adotados que desprezavam grande parte da produção artística do século XIX e início do século XX como as posturas de intervenção que priorizavam uma dada leitura da obra e desconsideravam aspectos de sua passagem pela história. A abertura dessa abordagem crítica demarca a busca pelo amadurecimento teórico do tema, a consolidação de um conceito de patrimônio cultural mais abrangente e a conseqüente convergência em direção aos princípios debatidos internacionalmente e incorporados à Carta de Veneza. (RUFINONI, 2013, p.176)

Esse período de reavaliação foi ainda impulsionado por um complexo panorama de transformações econômicas e sociais advindas de um modelo de desenvolvimento nacional baseado na modernização e urbanização aceleradas. O

cenário das décadas de 1960 e 1970, portanto, na complexidade dos processos desencadeado (abruptas rupturas com a continuidade histórica, migração intensa para as capitais, crescimento urbano acelerado e conseqüente valorização do solo das cidades), acabou por promover a busca de novas estratégias, a revisão de conceitos e a formulação de novos modos de enfrentamento para a questão da preservação urbana com o intuito de garantir a salvaguarda dos agrupamentos ameaçados pela nova dinâmica de desenvolvimento. Apenas o apelo ao interesse público na preservação de valores culturais não era mais suficiente. Somam-se ao discurso preservacionista, portanto, novas estratégias que buscam alinhar valor cultural e valor econômico, como a promoção do potencial turístico e a tentativa de atribuir à valorização cultural um papel orientador para um desenvolvimento adequado. Abordagens, inclusive, recomendadas pelos documentos elaborados em eventos que pretenderam discutir a problemática do crescimento urbano acelerado, principalmente em cidades históricas de países em desenvolvimento: as Normas de Quito (1967), o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971). (RUFINONI, 2013, p.177)

Ao longo da década de 1970, portanto, o antigo conceito de patrimônio histórico-artístico exemplar, de monumento como símbolo da nação, gradativamente cede espaço para a consolidação de um conceito mais amplo de patrimônio que ultrapassa classificações estanques. Segundo Rufinoni (2013, p.177), abre-se caminho para a apreensão da dimensão cultural de variados artefatos, assim como para a compreensão de seus complexos vínculos com a realidade social, econômica e política. A nova abordagem que se consolidava permitia a visualização de novos cenários patrimoniais e a valorização de diversificadas manifestações culturais, materiais e imateriais, que em tese poderiam usufruir a atenção preservacionista, aspectos encampados pela Constituição de 1988:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (BRASIL, 1988)

O alargamento do conceito de bem cultural e a abertura de novos caminhos interpretativos para a seleção de tombamentos e a ação prática de tutela promoveriam, também, a descentralização da preservação e a criação, em diversos estados e municípios, de órgãos e normativas regionais e municipais para a proteção do patrimônio cultural. A esses órgãos coube a tutela de bens considerados representativos em âmbito local, e ao Iphan (antigo SPHAN) coube a tutela de bens representativos para toda a nação. (RUFINONI, 2013, p.178)

3.1.1 A Chancela da Paisagem Cultural no Brasil

A mudança na atribuição de valor a paisagem, antes na perspectiva cênica para uma perspectiva cultural corresponde a uma alteração do paradigma da memória e seu entendimento por parte dos órgãos de salvaguarda no Brasil, assim o próprio patrimônio anteriormente denominado como sendo “histórico” e “artístico” passaria a “patrimônio cultural” abrindo campo para o debate interdisciplinar, para o ambiente humano e suas representações imateriais. (CRISPIM, 2011)

Através dessas considerações, o estado geral do debate sobre patrimônio e paisagem procurando esclarecer as possibilidades de pesquisa nesse campo com especial atenção as políticas paulistas de preservação. Dessa forma, a Chancela da Paisagem Cultural estabelecida pela portaria 127/2009 corresponde a abertura de campo para a construção por parte do IPHAN, de uma política de preservação das paisagens culturais brasileiras, cuja implementação tem se dado através de experiências como o Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira e a candidatura da Cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural”. (CRISPIM, 2011)

Desde a primeira definição de paisagem cultural proposta por Carl Sauer no início do século XX (RIBEIRO, 2007) e até o presente, muitos foram os conceitos utilizados para definir ou mesmo polemizar sobre a relação estabelecida entre o homem e o planeta Terra. No âmbito acadêmico-científico, a evolução do conceito de paisagem cultural (ou mesmo o seu total esvaziamento) continuará, provavelmente, sendo alvo de discussões, ressignificações, novos estudos e de variadas propostas de aplicação. Na prática patrimonial, especialmente a partir do lançamento da Portaria 127/09, a Paisagem Cultural Brasileira passou a ser definida

como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (WEISSHEIMER, 2012)

Assim, para fins de sua aplicação como instrumento de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural do país, a delimitação dos objetos da chancela passa pelo emprego desta definição. A definição dada pela Portaria 127/09 teve como princípio possibilitar uma abordagem ampla, sem sugerir classificações ou categorizações antecipadas – como, por exemplo, procede a UNESCO ao definir três categorias de paisagens culturais: paisagens claramente definidas, paisagens organicamente evoluídas e paisagens culturais associativas. Ao abordar o conceito de forma ampla, intencionou-se permitir a aplicação da chancela no maior número de contextos culturais possíveis, considerando a dimensão, a riqueza e a diversidade de manifestações e de contextos geográficos do território brasileiro. (WEISSHEIMER, 2012)

Sua caracterização e seu delineamento são dados pelo próprio processo de investigação e reconhecimento, não de antemão. Contudo, a seleção ou a avaliação de quais porções territoriais chancelar deve passar pelo estabelecimento de uma política nacional, integrada aos outros instrumentos de proteção existentes – já que ela é complementar aos demais. (WEISSHEIMER, 2012)

Como ferramenta de preservação do patrimônio cultural definida e gerenciada pelo IPHAN, não se pode perder de vista a necessária importância do contexto chancelado para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural do país, por isso a definição utiliza-se do termo “peculiar” como diferenciação primordial da paisagem cultural a ser chancelada de todas as demais. É a partir da qualificação dada pelo adjetivo peculiar que se diferencia, se ressalta ou se particulariza a porção do território que será alvo da chancela. A existência e a compreensão desta diferenciação são necessárias para que não se caia no generalismo de que “tudo é ou pode ser compreendido como paisagem cultural” – e é nesse ponto que reside a necessidade de distinguir a abordagem científica do conceito de sua aplicação prática proposta pela chancela. (WEISSHEIMER, 2012)

A rigor, qualquer ambiente que possua alguma interferência humana pode ser definido como paisagem cultural. Neste caso, cabe à ciência estabelecer ou polemizar sobre os limites desse entendimento. Contudo, no campo patrimonial, é função dos órgãos de proteção definir a estratégia e os limites para a aplicação da paisagem cultural como instrumento de preservação. É preciso selecionar, mediante o estabelecimento de critérios de valoração e diferenciação, o que é passível de ser chancelado como Paisagem Cultural Brasileira e o que não é. (WEISSHEIMER, 2012)

Assim, para fins do estabelecimento de uma política de preservação das paisagens culturais brasileiras, nem todas as porções do território nacional (por mais importantes que sejam local ou regionalmente) poderão receber a chancela pelo IPHAN, sob pena de esvaziar-se o conceito, tornando o instrumento ineficaz e, principalmente, inócuas suas consequências. (WEISSHEIMER, 2012)

Importante destacar também o caráter complementar da chancela. Se os atores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais indicado. Se as manifestações imateriais sobressaírem e os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o melhor instrumento. Nos sítios onde as manifestações culturais, materiais ou imateriais, forem indissociáveis do seu contexto natural ou geográfico, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, que poderá estar ou não associada à aplicação do tombamento, do registro ou ainda do cadastro do patrimônio arqueológico. Por isso, o passo mais importante para dar início a um estudo com vistas à chancela da Paisagem Cultural Brasileira é a definição do recorte territorial e de uma abordagem clara a ser aplicada sobre este território para fins de reconhecimento como patrimônio cultural. Em resumo, é crucial compreender que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira é, antes de tudo, a aplicação do conceito de paisagem cultural nas políticas de preservação do patrimônio cultural do país. Ato contínuo, é importante também perceber que, como mecanismo de preservação, ela é mais um instrumento de reconhecimento através da gestão integrada do que um mero ato declaratório do IPHAN. (WEISSHEIMER, 2012)

Weissheimer (2012) ainda frisa em seu trabalho que a chancela complementa os instrumentos de preservação existentes, notadamente o tombamento e o registro, não prescindindo de nenhum para a sua aplicação. Em muitos casos, a chancela deve ser acompanhada pelo tombamento de bens materiais a ela atrelados ou que lhe fazem referência ou pelo registro de manifestações imateriais associadas.

“Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal”

A diferença está em que a chancela considerará o caráter múltiplo e dinâmico das manifestações no território e, em linhas gerais, para que seja possível garantir a preservação das paisagens culturais chanceladas, é preciso atuar em processos complexos que vão muito além dos temas tradicionalmente tratados pelo patrimônio cultural, por isso a necessidade de envolvimento de parceiros diversos. (WEISSHEIMER, 2012)

No caso da paisagem cultural, ainda segundo Weissheimer (2012), as atribuições de regulamentação e fiscalização das várias atividades da vida humana somam-se à necessidade e, principalmente, ao dever de preservação do patrimônio cultural dada pela própria Constituição.

“Art. 216, §1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Por isso, a chancela é, muito além de um selo ou uma forma unilateral de reconhecimento, um convite à congregação de esforços em prol de um objetivo pretensamente comum, que é a preservação do patrimônio cultural em sua máxima expressão. Em última instância, representa o que mais avançado se pode conceber, na atualidade, como ferramenta institucional para a construção de uma política integrada e participativa de preservação das mais singelas às mais complexas ocorrências do patrimônio cultural brasileiro, propondo, deliberadamente, colocar em prática o que é previsto constitucionalmente. (WEISSHEIMER, 2012)

A chancela prevê, assim como a abordagem ampla do conceito de paisagem cultural, a flexibilização na forma de tratamento e efetivação do pacto. Não há, também para o pacto, um modelo pré-definido ou uma cartilha a ser seguida. Essa medida também teve como objetivo permitir a atuação nos mais diversos contextos sociais, econômicos e também políticos encontrados em todas as regiões do país. Contudo, parece residir no próprio delineamento do pacto e, mais ainda, na sua formalização e efetivação, a principal dificuldade para colocar a chancela em prática. (WEISSHEIMER, 2012)

A importância da chancela da Paisagem Cultural Brasileira como novo instrumento de preservação e o avanço que representa como mecanismo de gestão territorial são inegáveis. Sua aplicação prática, contudo, ainda enfrenta desafios de diversas ordens, dentre os quais se destaca o delineamento, assinatura e execução do pacto de gestão. A pactuação, além da delimitação e caracterização da paisagem cultural que se pretende chancelar, requer o alinhamento de parceiros com responsabilidades e atuação em áreas diversas que, muitas vezes, não possuem prévia vinculação com a temática do patrimônio cultural. Em alguns casos, os parceiros indispensáveis para a chancela não enquadram o patrimônio nem dentre suas atribuições nem dentre suas prioridades. Em geral, quanto maior o recorte territorial proposto e mais complexas as questões envolvidas na preservação da paisagem cultural a ser chancelada, maior o número de parceiros necessários à efetivação do pacto e, conseqüentemente, mais difícil a sua consecução. (WEISSHEIMER, 2012)

Somado a isso, frise-se que o Brasil não possui tradição em planejamento e gestão continuada ou integrada entre órgãos. Do ponto de vista político, as gestões de um governo são, muitas vezes, marcadas pelo abandono de projetos iniciados no governo anterior, e assim sucessivamente. No que tange ao planejamento urbano, weissheimer (2012) defende que o interesse público vem sendo solapado pelo privado, especialmente no que se refere aos negócios imobiliários, promovendo a desqualificação ou mesmo o desaparecimento de paisagens tradicionais, gerando uma das problemáticas elencadas pelo próprio preâmbulo da Portaria 127/09:

“[...] os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”.

A consolidação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira e sua efetiva aplicação ainda dependem, sobretudo, do esforço institucional do IPHAN e demais órgãos de preservação, iniciando por sua absorção no rol dos instrumentos disponíveis por técnicos e gestores do patrimônio. Neste sentido, o conceito não pode confundir-se com o instrumento. (WEISSHEIMER, 2012)

A seleção de porções territoriais a chancelar precisa fazer parte de uma estratégia global de preservação e objetivo a ser firmemente perseguido nos próximos anos. Em muitos casos, sua aplicação conjunta com outros instrumentos, como o tombamento, pode ser a única alternativa imediatamente viável. (WEISSHEIMER, 2012)

É preciso, contudo, não perder a objetividade das propostas, considerando com clareza até onde é possível avançar de fato e quais são os limites (institucionais, políticos, econômicos, etc.) para a aplicação da chancela na sua fase ainda inaugural. Muitas vezes a tentadora hipótese de se delimitar extensas porções territoriais ou de, em um mesmo processo, abordar toda a gama de manifestações que ocorrem num determinado território, cuja preservação necessariamente passará pelo envolvimento de grande número de agentes, com atribuições, composições e formações diversas, pode significar a potencialização da complexidade do processo, tanto na etapa que antecede a chancela quanto para sua posterior gestão, e, possivelmente, seu insucesso. (WEISSHEIMER, 2012)

3.2. Intervenções em Centros Históricos

Existe, atualmente, uma tendência mundial de promover a revitalização de centros urbanos, sendo a revitalização das regiões portuárias e suas adjacências consideradas como parte de um processo buscando revigorar amplamente o centro da cidade, visando torná-lo mais atrativo, tanto do ponto de vista turístico quanto comercial e habitacional.

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no

referencial simbólico das cidades. Historicamente eleitos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 2)

Quando a expansão das áreas urbanas se intensifica, de modo espontâneo ou planejado, essa noção de centro começa a diluir-se pelo surgimento de uma rede de subcentros que passam a concorrer com o centro principal. No Brasil, esses processos passam a ser discutidos de modo mais intenso após os anos 1980. A própria definição de centro, que, segundo Vargas e Castilho (2015, p.2), passa a noção de um ponto para o qual “convergem os trajetos ou as ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento, definindo-o, historicamente, como o lugar das trocas comerciais” e onde são também desenvolvidas outras atividades urbanas, como a religiosa, a de lazer, a política, cultural, atividades financeiras e as de comando. Logo, infere-se que o centro é um local que se articula com a cidade por meio de sua função e de seu significado, transmitindo uma ideia de posição relativa na área urbana.

Ainda de acordo com Vargas e Castilho (2015, p.3), o conceito de Centro Histórico surge associado à origem do núcleo urbano. Reforçando a valorização do passado, porém, por vezes, como se as demais partes da cidade não tivessem contribuído para a história de sua gente, refletida sucessivamente na sua estrutura em construção. O Centro Histórico não deve, portanto, ser analisado como se fosse um lugar predestinado à fantasmagoria de perda causada mais pelo desaparecimento das referências do presente que pela real saudade do passado. Nesse sentido, são valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos e, por extensão, urbanos (estrutura urbana e bairros), em detrimento do conteúdo social.

A definição de Centro, portanto, implica a presença de uma cidade de diversidade étnica, portadora de processos históricos conflituosos, com milhares de anos de existência em permanente contradição. Não apenas os edifícios expressivos e monumentais merecem ser preservados, mas também as edificações de todas as classes sociais que fazem parte da história, sem que essa concepção,

no entanto, signifique um congelamento da cidade. (Carrion, 1988; Marcuse, 1998 apud VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 3)

Intervir nos centros urbanos pressupõe não somente avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção. Ela sustenta-se na identificação de um claro processo de deterioração urbana que pode ser entendido por analogia aos termos provenientes das ciências biológicas. Vargas e Castilho (2015, p.3) afirmam que intervenção e cirurgia são dois termos sinônimos e o organismo submete-se a uma intervenção basicamente em três situações:

- I. Para a recuperação da saúde ou manutenção da vida;
- II. Para a reparação de danos causados por acidentes, e;
- III. Para atender às exigências dos padrões estéticos (mais recentemente).

Portanto, os conceitos de deterioração e degradação urbana, ainda de acordo com Vargas e Castilho (2015, p.3), estão “frequentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível de valor das transações econômicas de determinado lugar”. Assim, as autoras diferenciam os termos da seguinte forma: *Deteriorar* seria o equivalente a estragar, inferiorizar, piorar. Enquanto *degradação* estaria mais próximo dos sinônimos alvitamento, rebaixamento, desmoronamento. A referência aos espaços degradados, segundo as autoras, verifica-se quando acontece a reverberação da mesma situação nos grupos sociais. Atribuindo-se à condição de empobrecimento e de marginalização a destruição das bases da solidariedade entre os indivíduos e o descrédito na noção de bem comum (Gutierrez, 1989 apud Vargas e Castilho, 2015, p.4)

O processo de degradação dos centros urbanos começa a se intensificar após os anos 1950, devido, principalmente, pelo crescimento e expansão do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que os centros se congestionam pela intensidade de suas atividades, amplia-se a concorrência com outros locais mais interessantes para

se morar e viver. Assiste-se ao êxodo de atividades ditas nobres e à saída de outras grandes geradoras de fluxos, como as implementadas pelas instituições públicas. Substituem-se essas atividades por aquelas de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais e praticadas por usuários e moradores com menor ou quase nenhum poder aquisitivo. Como consequência, a arrecadação de impostos diminui e os serviços públicos como segurança e limpeza têm sua atuação também reduzida. (VARGAS E CASTILHO, 2015, p.4)

Essa imagem de degradação e seus efeitos afetam os diferentes atores envolvidos de forma distinta, de acordo com os respectivos interesses e segundo a conjuntura local, cada vez mais internacionalizada. Assim, esses centros são localidades que se apresentam como áreas privilegiadas no contexto das intervenções urbanas e de preservação do patrimônio histórico. Uma vez que apresentam um grande número de imóveis vazios ou subutilizados e grande ociosidade da infraestrutura nos fins de semana.

Recuperar o centro das metrópoles brasileiras significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também, segundo Vargas e Castilho (2015, p.5), promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído, otimizando o uso da infraestrutura estabelecida, dinamizando o comércio com o qual tem uma relação de origem e, ainda, gerar novos empregos. Em síntese, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção.

Algumas motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos podem ser observadas no trabalho de Vargas e Castilho e são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos

Referência e Identidade	Os centros têm um papel essencial quanto à identidade e à referência de seus cidadãos e visitantes.
História Urbana	O centro é o lugar onde se encontram as sedimentações e as estratificações da história de uma cidade.
Sociabilidade e Diversidade	A variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos em relação aos subcentros mais recentes.
Infraestrutura Existente	Nos centros das cidades, geralmente, há um sistema viário consolidado, saneamento básico, energia e serviços de telefonia, transporte coletivo, equipamentos sociais e culturais de diversas naturezas. O descarte dessa infraestrutura, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, é injustificável.
Mudanças nos padrões sociodemográficos	Alterações como maior expectativa de vida e conseqüente envelhecimento da população; redução do número de componentes da família; ampliação do trabalho feminino, entre outros aspectos, facilitam e reconduzem ao retorno de habitações em áreas centrais.
Deslocamentos Pendulares	Estatisticamente, o centro de muitas cidades ainda concentra um maior número de postos de emprego. O retorno do uso residencial para o centro diminui sensivelmente a necessidade de movimento pendular diário moradia-trabalho.
Distribuição e abastecimento	Durante muitas décadas, vem ocorrendo a dispersão locacional dos negócios. Em diversas escalas, entretanto, os centros ainda retêm uma parcela da distribuição de bens e serviços.

Fonte: VARGAS e CASTILHO (2015, p.5)

Os esforços no sentido de reforçar a autenticidade e a diversidade cultural, preservando e valorizando o patrimônio construído, são fatores que também devem ser levados em consideração nas intervenções propostas. A imagem da cidade, e dos centros históricos em particular, é um fator fundamental para o reforço dos laços identitários da população e para a coesão social. (MOURA et al, 2005 apud CARVALHO, 2013)

Vargas e Castilho (2015, p.6) desenvolvem um trabalho baseado na literatura internacional e seus diversos estudos de caso sobre o processo de retorno ao centro que auxiliam na compreensão desse percurso, apontando períodos bastante diferenciados sobre os objetivos e as estratégias utilizadas para alcançá-los. Segundo as autoras, durante todo o século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assistiu-se à dinâmica das proposições e dos questionamentos sobre a vida urbana e, conseqüentemente, sobre a atividade nos centros urbanos. As autoras dividem os processos de intervenção em centros urbanos em três períodos principais e, ainda, em um quarto período que vem ganhando projeção na segunda década dos anos 2000:

- i. Renovação Urbana (1950 e 1960);
- ii. Preservação Urbana (1970 e 1980);
- iii. Reinvenção Urbana (1990 e 2000);

3.2.1 Renovação Urbana

Segundo Vargas e Castilho (2015, p.6), o processo de intervenção em áreas urbanas nesse período assumiu a preferência pelo novo. Surge o Movimento Moderno na Europa cuja ideologia unia-se à prática de reconstrução do pós-guerra. Já na América do Norte, o processo de renovação urbana aparecia no contra fluxo do processo de suburbanização.

Assim, a proposta exposta na Carta de Atenas de 1933 do urbanismo no Movimento Moderno, elaborada com grande influência de Le Corbusier, foi a que deu indícios das ações que sucederiam:

“A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos [...]”. (IPHAN, 1995, p.59)

Afirmando que, embora a preservação de edifícios ou de conjuntos urbanísticos com valor cultural seja muito importante, não se pode sacrificar a qualidade de vida das populações, defendendo-se a necessidade de construir novas cidades. Inicia-se a substituição das estruturas físicas existentes, envolvendo a demolição do tecido antigo, que é considerado caduco, insalubre, sem valor patrimonial e impeditivo da modernização, propondo-se sua substituição por edifícios novos, vias rápidas, parques de estacionamento, shopping centers. Adaptando-se as cidades herdadas às “necessidades da vida moderna”. (CUNHA, 1999, MOURA et al, 2005 apud CARVALHO, 2013)

“Demolir e construir para renovar” seriam conforme afirmam Vargas e Castilho (2015, p.7) o propósito das intervenções desta geração. Eram contemplados os interesses da elite que idealizara o movimento e daquela que patrocinara sua materialização.

As autoras afirmam ainda que há uma diferenciação, e também uma contraposição, neste momento histórico, das intervenções realizadas nos Estados Unidos e aquelas realizadas na Europa. Enquanto nos Estados Unidos a intensidade da degradação dos centros urbanos atribuída à migração para os subúrbios e ao impacto dos shopping centers induziu ao processo de renovação urbana em grandes proporções, observa-se que os centros das cidades europeias e seus significados culturais conseguiram refrear o processo de deterioração e impedir as demolições em larga escala, além daquelas já causadas pela guerra.

Na Europa, as intervenções urbanas voltaram-se basicamente para a resolução dos problemas de congestionamento e para a reconstrução pós-guerra, baseando-se no planejamento conduzido pelo Estado por meio da criação das *New Towns* (cidades novas), como na Escandinávia e na Inglaterra, ou, ainda, de acordo com as autoras, por meio das chamadas Metrôpoles de Equilíbrio, a exemplo da França. (VARGAS E CASTILHO, 2015, p.7)

As intervenções, portanto, voltavam sua atenção para a recuperação dos espaços públicos, que passava a ser supervalorizado nos debates empreendidos no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (Ciam). Em especial, no 5º Ciam, em 1947, onde a discussão foi ampliada para a relação entre os processos de projeto de edificações e de planejamento urbano. Assim, em 1951, o tema central do Ciam, por sua vez, foi *The heart of the City* (o coração da cidade). Josep Luís Sert apresenta em seu discurso de abertura do evento, um ideal de centro urbano que promovesse e facilitasse contatos interpessoais. Vargas e Castilho (2015, p.8) ainda afirmam que a “destinação do espaço para uso público nas cidades europeias foi fundamental para que se consolidasse o que restara do patrimônio urbano e houvesse preocupação com a sua preservação”.

Em contraposição, o desenvolvimento das cidades norte-americanas na década de 1950 esteve condicionado à demolição de áreas consideráveis do tecido urbano e à reconstrução dessas áreas. Esse processo ficou conhecido como Renovação Urbana (*Urban Renewal*), uma vez que não havia o intuito de preservar os edifícios ou mesmo o conjunto deles.

As intervenções ocorridas nos Estados Unidos tinham como motivação o fato de que os centros não respondiam mais às demandas dos seus cidadãos quanto ao tipo de habitação, traçado de ruas e usos urbanos. Portanto, um dos objetivos das intervenções foi a eliminação do congestionamento das áreas centrais, com a criação de grandes espaços para vias amplas, estacionamentos, instituições culturais. Além dessas transformações, dever-se-ia trazer a natureza de volta entre os edifícios, promovendo uma completa mudança de uso do solo. Indústrias e armazéns cederiam seus lugares para torres de escritórios, bancos, hotéis, restaurantes e lojas de departamento, preparando-se para ser o espaço das artes, da educação e da recreação, para grupos de moradores que desfrutariam a vida cultural e educacional do centro. (Frieden e Sagalyn, 1991, apud Vargas e Castilho, 2015, p.8)

Segundo Vargas e Castilho (2015, p.9), dispor de espaço para implementar tais mudanças significou derrubar muito do que lá havia e desalojar milhares de pessoas, pois essas intervenções não se referiam apenas as áreas centrais, incluindo também outros distritos da circunvizinhança do centro. O sucesso observado nos empreendimentos imobiliários residenciais ou comerciais realizados nos subúrbios reforçava a crença na importância de seu planejamento empresarial, tática reproduzida na recuperação das áreas centrais. Empresários, prefeitos e equipes de profissionais de alto nível desenvolveram os projetos enquanto a população teve uma ação secundária, apenas como agente de cristalização e legitimação dos planos já elaborados.

Assim, nos Estados Unidos, defendia-se a melhoria do centro através da construção de vias urbanas e, para tanto, tiveram como aliados os construtores de rodovias que incorporavam a temática da recuperação dos centros urbanos em seus projetos rodoviários, visando o fortalecimento da liberação de recursos federais. Os agentes imobiliários e os interessados em programas habitacionais para a população de baixa renda colocaram em prática outro projeto, que resultou em um processo de “desfavelização” das áreas centrais por meio da demolição da habitação subnormal. Com a implementação do Programa Federal de Renovação Urbana, estabelecido pelo *Housing Act*, de 1949, foram construídas mais de 800mil unidades habitacionais populares por todo o país, vindo de encontro com os

interesses dos agentes imobiliários (Frieden e Sagalyn, 1991; Reichl, 1999, apud Vargas e Castilho, 2015, p.9)

Outras estratégias para a recuperação dos centros basearam-se no conceito de uso exclusivo de pedestres nas principais ruas de compras, como se os problemas enfrentados pelo comércio estivessem relacionados com a dificuldade de deslocamento a pé. Esse processo se iniciou no período de 1957 e em 1962 cerca de cinquenta cidades tentaram usar essa estratégia para recuperar o comércio em áreas centrais, processo que continuou na década de 1970. Somente após alguns anos, descoberto o equívoco, muitas cidades como Toledo na Espanha, e Boston e Seattle nos Estados Unidos, reabriram as ruas e reconstruíram as calçadas. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.11)

Na Europa, paralelamente à reconstrução, foram iniciadas, com sucesso, experiências voltadas à preservação dos valores emocionais imersos nas áreas antigas das cidades. Destaca-se uma flagrante diferença entre os países ocidentais e orientais na reconstrução de seus centros. A diferença não está na metodologia nem nos critérios de intervenção, mas na maneira como se apresenta a estruturação fundiária. Nos países ocidentais, o espaço público foi mesclado com o privado, enquanto nos países orientais, com regimes socialistas, o patrimônio era coletivo. (Ciardini e Falini, 1993, apud Vargas e Castilho, 2015, p.12)

A partir da década de 1970 surgem várias críticas acerca da renovação urbana e seus programas viários, no que tange a falta de visão empresarial dirigida aos planos e projetos realizados, principalmente no ponto de vista da dinâmica urbana. Os edifícios isolados, monofuncionais e fechados em si mesmos não promoveram a atração de outros usuários nem o estabelecimento de sinergias fundamentais para o estímulo e a manutenção da vitalidade urbana. Diante desse insucesso, iniciava-se a discussão sobre a utilização de edifícios antigos associados aos espaços de consumo, tendo em vista o sucesso no desempenho empresarial dos shopping centers nos subúrbios. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.13)

Mais um significativo impacto nas áreas urbanas foi provocado pela grande transferência de populações de suas residências caracterizada pela expulsão dos

moradores, substituídos por outros estratos sociais de mais alta renda, iniciando um processo de “gentrificação” (enobrecimento). As críticas a esse programa resultaram em uma série de movimentos cujo discurso baseava-se na estética, no patrimônio e na questão ambiental, inaugurando uma nova fase do processo de intervenção nas áreas centrais. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.14)

3.2.2 Preservação Urbana

Os projetos do período de 1970 a 1990, segundo as autoras Vargas e Castilho (2015, p.14), carregaram consigo a negação ao movimento modernista. O estilo internacional foi criado nas bases do socialismo europeu e refletia a visão de igualdade que tanto incomodava a elite detentora do capital e ávida pela diferenciação. Reforçou-se a importância da preservação das vizinhanças e o restauro histórico de edifícios considerados significativos como os novos símbolos de status e distinção. Incluindo nos projetos a preservação e o restauro de edifícios históricos, as intervenções nesse período aproximaram-se mais da versão europeia.

Essa nova fase privilegia a preservação urbana, ao incorporar os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nos centros, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes. Segundo Vargas e Castilho (2015, p.16), como reforço a esse ideal, Jane Jacobs (2000, p.2), uma das maiores críticas do processo de renovação urbana afirmou que:

“[...] centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria, centros cívicos evitados por todos, exceto por desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las.”

A preservação dos edifícios históricos estava presente no discurso dos intelectuais, da elite cultural e da população local, interessada em resguardar suas conquistas e os elementos afetivos que delas faziam parte. Cabe destacar o grande número de normatizações e legislações visando salvaguardar os centros ditos ‘históricos’, muitas vezes coincidentes com os centros urbanos. De acordo com Vargas e Castilho (2015, p.16), dentre as décadas de 1970 a 1990, foram

executadas diversas reconstruções de edificações em nome da preservação do ambiente construído.

Ainda segundo as autoras, organizações como a UNESCO ampliaram a preocupação com a preservação em escala mundial, participando ativamente do processo de reconhecimento das áreas históricas como parte do cotidiano. Por meio de recomendações, os órgãos de preservação relacionavam as áreas históricas com o planejamento urbano, com a intenção de salvaguardar a vida e a integridade da sociedade. Essas orientações ecoaram em diversas instituições voltadas à administração urbana, internacionalmente e, não raramente, resultaram em intervenções isoladas, dirigidas à restauração de edifícios históricos, sem a devida consideração com o entorno urbano.

Os objetivos das intervenções de preservação urbana, de maneira geral, estiveram centrados na valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.17)

Os administradores das cidades procuravam, sobretudo, projetos com maior apelo popular e próximos aos locais onde os seus eleitores frequentavam. Passaram a agir como empreendedores e não somente como gestores urbanos. Dessa forma, fortaleceu-se a relação de parceria entre os setores público e privado, com a finalidade de desenvolver projetos viáveis para a economia urbana e para os negócios empresariais, contando com o envolvimento da comunidade para legitimá-los. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.17)

Observou-se que era necessária uma mudança da imagem dos centros urbanos, uma vez que a ideia de morar junto à natureza, reforçada pela migração da população para os subúrbios inaugurou um novo estilo de vida e estabeleceu o desafio de atrair a população para moradia nos centros. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.17)

Nesse contexto, segundo Vargas e Castilho (2015, p.18), a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico como elemento fundamental para o resgate da

identidade e da cidadania, atuou como pano de fundo das intervenções urbanas. Foram estabelecidas três ações para atrair o usuário ao centro:

- i. Intervenção física por meio de projetos arquitetônicos (empreendimentos);
- ii. Estabelecimento de políticas urbanas;
- iii. A implementação de programas de gestão compartilhada.

A primeira estratégia baseou-se na história do próprio comércio como um componente orgânico da cidade, qualificando os seus centros e os pontos a eles devidamente associados. Os shopping centers centrais buscavam incorporar comerciantes locais, desprezar as grandes lojas, dar ênfase à mistura de usos urbanos, introduzindo uma decoração personalizada para promover uma sensação de autenticidade e de não padronização. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.18)

Iniciava-se a fase em que o universo simbólico resumido pela cultura, constituída pela associação entre museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e lugares de compras (shopping centers), integrava o programa básico dos empreendimentos. Esses novos espaços deixaram de ser exclusivos das exposições contemplativas para se transformarem em uma experiência extraordinária, exótica e de consumo. Os políticos que encontraram na cultura um nicho, entenderam-na como alternativa para camuflar suas reponsabilidades econômicas e sociais, por meio de atividades lúdico-culturais cuja principal performance consistiria em encenar a própria ideologia que os anima. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.21)

Na Europa, por causa do maior controle do estado sobre o desenvolvimento das cidades, conseguiu-se interferir e manter a continuidade no campo das políticas urbanas, segunda estratégia listada por Vargas e Castilho (2015, p.23). As intervenções incluíram não apenas o comércio central, mas a habitação de baixa renda, o sistema de transportes, os espaços públicos e o ambiente urbano. Algumas ações, como a liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais, bem como as construções de estacionamentos, foram muito comuns e tornaram-se exemplos para outros continentes.

As políticas de auxílio e subsídios aos pequenos comerciantes independentes, complementadas pela imposição de restrições aos grandes

desenvolvimentos varejistas, constituíram-se em estratégias para conter a degradação das áreas urbanas centrais na Europa e em alguns países asiáticos (Lee, 1999, apud VARGAS e CASTILHO, 2015, p.23)

Na América Latina, as estratégias direcionaram-se, predominantemente, às ações normativas e à criação de agências destinadas a salvaguardar os bens culturais, nos âmbitos federais, estaduais e municipais. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.24)

Em 1979, as políticas de recuperação de áreas centrais no Brasil nortearam-se pela criação simultânea de duas entidades na estrutura do Ministério de Educação e Cultura: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-Memória. Em 1987, foi elaborada, com o objetivo de organizar as premissas para a preservação dos sítios históricos urbanos, a Carta de Petrópolis, documento de referência extraído do “1º Seminário para a Revitalização de Centros Históricos”, que entendia a cidade como um organismo histórico resultado do processo de produção social. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.24)

A experiência de Curitiba merece ser lembrada graças ao uso precoce das técnicas utilizadas pelo *city marketing* como estratégia de política urbana no Brasil. Essas técnicas visavam a valorização da imagem da cidade por meio do planejamento. Outro instrumento eficiente foi a política de comunicação dirigida à população de Curitiba, que criava no cidadão um sentimento de pertença e identidade, constituindo-se em uma estratégia similar à que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, com o propósito de promover a legitimação necessária das práticas urbanas implementadas. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.25)

A terceira estratégia, gestão compartilhada, nasce ainda na década de 1970, a partir do surgimento de organizações de ruas inteiras ou distritos, com ênfase nos procedimentos de gestão, inaugurando um intenso relacionamento entre empreendedores, gestores urbanos e comissões de cidadãos e pequenos proprietários envolvidos com o centro. Destacam-se o *Main Street Program* (MSP – Programa da Rua Central) e o *Business Improvement District* (BID – Área de Desenvolvimento Econômico)

Observa-se que no período em que predomina a intervenção de preservação urbana, reconhece-se a ampliação do debate sobre os tipos e propósitos das intervenções urbanas, principalmente entre os observadores, pesquisadores e críticos. Predominam quatro discussões que envolvem a intervenção dos centros urbanos: o caráter ideológico na discussão sobre a privatização dos espaços públicos; o comércio e os serviços como estratégia de recuperação; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.27)

A privatização dos espaços públicos, por meio de projetos urbanos e parcerias público-privadas (PPP), costuma ser criticada negativamente em razão da transferência das competências das administrações públicas para o setor privado. Quanto às atividades de comércio e serviços varejistas, para diversos autores essas tem sido catalisadoras das principais estratégias de recuperação das áreas centrais. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.28)

Vargas e Castilho (2015, p.28) afirmam ser um paradoxo utilizar o conceito de preservação para um processo que cria um novo ambiente urbano, feito um cenário. Há quem denomine esse novo lugar, ou talvez não lugar, de parque temático histórico, onde se restauram áreas históricas para a construção de objetos de consumo, formando um tipo de espetáculo que atrai residentes e visitantes e alimenta a atividade comercial. O que pode conduzir inclusive a um processo de exclusão social, uma vez que inclui argumentos que relacionam a camada social de baixa renda à violência, à sujeira e à desordem. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.29)

Sobre o entendimento do que é histórico, as autoras defendem ser um mito o congelamento do passado como fundamento das políticas de preservação, pois, nas cidades, os centros históricos representam o que há de mais dinâmico e mutante. São a síntese dos múltiplos processos urbanos em constante alteração que condensam a história. Portanto, a contribuição da preservação histórica será muito limitada para a cidade como um todo se a intervenção nos centros for somente física e direcionada ao turismo. Essa preservação não será histórica, pois refletirá somente a arquitetura e não o ambiente urbano ou a sua memória. A qualidade arquitetônica é apenas um dos itens que devem ser considerados na preservação histórica. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.29)

3.2.3 Reinvenção Urbana

Todas as estratégias e os instrumentos estabelecidos para a recuperação das áreas urbanas até o fim da década de 1990 estavam direcionados ao desenvolvimento urbano local e fundamentados na preservação do patrimônio histórico cultural, agindo como embriões de uma nova era nos processos de intervenção em áreas centrais. Essa Era, de acordo com Vargas e Castilho (2015, p. 30), configura-se como o reflexo de um novo modo de produção mais flexível, nascido no início da década 1980 e que demonstrava que era possível gerar vantagens extras com a diversidade de produtos, através da utilização da microeletrônica, sem o sacrifício das vantagens econômicas, permitindo responder adequadamente a demandas diferenciadas de dimensões menores. Portanto, a homogeneidade da cidade industrial fora substituída por uma imensa diversidade de estilos de vida, na qual se apresentam grupos de todos os tipos, desde hippies, vegetarianos, até ambientalistas e atletas.

A revolução das comunicações, advindas da difusão da informática e técnicas de propaganda, além da possibilidade de maior difusão da informação, promoveu uma transformação na relação das atividades econômicas com o território, tornando-as mais independentes do espaço físico (*foot loose*), ao mesmo tempo em que aumentou sensivelmente a visibilidade do território. (Vargas, 1992 apud Vargas e Castilho, 2015, p.31)

A maior capacidade de comunicação permitiu que o território se transformasse em mercadoria a ser consumida por cidadão de renda elevada, investidores e turistas, deixando de ser prioritariamente o *locus* da produção para ser o *locus* do consumo. A globalização mudara o conceito de cidade, de destino final e permanência para o lugar dos fluxos. Verificava-se o domínio do trajeto, da transição ou do movimento em detrimento da troca e do encontro, tão comuns desde as sociedades primitivas. (Carrion, 1998 apud Vargas e Castilho, 2015, p.31)

O capital imobiliário e o poder público local tornaram-se grandes parceiros nesse processo. O primeiro foi capaz de criar localizações privilegiadas e induzir à demanda por intermédio da oferta. O segundo buscou a valorização positiva da

imagem da cidade para a captação de investimentos externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana. Juntos, adotaram o planejamento de mercado⁴ e introduziram as técnicas de marketing urbano (*city marketing*). (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.31)

Um dos objetivos relevantes da Reinvenção Urbana, manifestado em seu discurso e ainda de acordo com Vargas e Castilho (2015, p.32), foi criar ou recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda. Essa preocupação era considerada prerrogativa do poder central e passa a ser deslocada paulatinamente para o poder local. Nesse processo, unem-se os setores público e privado, principalmente empreendedores imobiliários, a fim de reconstruir ou reinventar o ambiente construído. A esta fase (1980 – 2000) também podem ser atribuídas a intensificação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos como forma de promoção político partidária.

Em relação as estratégias utilizadas para o processo de intervenção nas áreas centrais, foram poucas as inovações nesse período. O que mudou foi a dimensão dos projetos, o foco da intervenção, a forma de gestão e a propagação desses feitos decorrente da sua ampla e intensa divulgação, conduzindo a uma proliferação de grupos e associações que passaram a se envolver nessas intervenções. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.32)

O ato de intervir no espaço urbano, portanto, torna-se uma ação mais ampla, de acordo com Vargas e Castilho (2015, p.32), uma vez que outras áreas urbanas reprimidas passar a ser focalizadas, além das regiões centrais, como aquelas decorrentes da obsolescência das estruturas industriais, portuárias, orlas ferroviárias etc. Por outro lado, enquanto nas áreas centrais a questão da preservação histórica se mantém, nas demais, a busca pelo novo, pelo inusitado, passa a ser o campo fértil para as experiências arquitetônicas, restringindo-se ao antigo centro da história da cidade.

⁴ Práticas de planejamento urbano germânicas ensinam que há uma grande diferença de orientação entre o planejamento tradicional e o de mercado. Isso é, o planejamento tradicional, orientado para a oferta, visa a investigação dos entraves, das possibilidades físicas e do ambiente construído (projeto urbano). O planejamento de mercado é mais orientado para a demanda, em que as cidades e as possíveis mudanças no contexto urbano são consideradas, do ponto de vista dos consumidores, atuais e potenciais (Ashworth e Voogd, 1990 apud Vargas e Castilho, 2015, p.31)

A cidade passa, portanto, a ser pensada definitivamente como um empreendimento a ser gerenciado, mediante a adoção de princípios do planejamento estratégico e o uso de seu mais eficiente instrumento: *city marketing*. Nesse contexto, segundo as autoras, dá-se ênfase à gestão urbana, assumida como uma política de governo e ao grande projeto urbanístico como elemento catalisador. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.32)

Na América Latina, a partir da década de 1990, observa-se uma expressiva parcela da sociedade defendendo o retorno de várias atividades funcionais ao centro de suas cidades. É interessante observar, no entanto, que as noções de centro histórico e de preservacionismo são predominantes nessas políticas. Um dos exemplos dados por Vargas e Castilho (2015, p.35) dessa preocupação é a institucionalização de uma rede de cidades da América Latina e do Caribe com centros históricos em processo de recuperação, em 1997, visando à recuperação e à revalorização dos centros das cidades de São Paulo, Quito, Buenos Aires, Lima, Bogotá, Havana, Rio de Janeiro, Salvador, São José e São Salvador.

No Brasil, o Programa Monumenta, criado em 1999 pelo Ministério da Cultura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, visa ao resgate e à conservação do reconhecido patrimônio histórico e cultural brasileiro e prevê a criação do Fundo Municipal de Preservação, com a função de administrar os recursos destinados à conservação permanente dos investimentos do programa. Esse fundo deve ser dirigido, de maneira paritária, por um conselho gestor composto pelos representantes das três esferas do governo e por representantes de segmentos da comunidade e da iniciativa privada locais. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.35)

Assim, a visibilidade da arquitetura, expandida para uma escala global, conduz a um aumento significativo da gama de propostas urbanísticas que não mais se restringem à localização junto aos centros urbanos, já que a cidade como um todo adquire o *status* de produto de consumo. Defensores de projetos urbanísticos de grandes proporções destacam que os centros urbanos são elementos catalisadores do processo de recuperação urbana, representando produtos

imobiliários, a exemplo do ocorrido em projetos como o Puerto Madero, em Buenos Aires.

O projeto em Puerto Madero incluiu, entre seus objetivos, o fortalecimento da identidade de seu cidadão com o porto. Iniciado em 1880 pelo engenheiro Eduardo Madero, o porto tornou-se obsoleto já nos anos 1930. Desde os anos 1950, haviam sido propostos nove projetos para a área, entre os quais um de Le Corbusier, em 1936. Somente em 1989 o espaço foi incluído no plano de desenvolvimento urbano de Buenos Aires. Para administrar o empreendimento, as prefeituras de Buenos Aires e de Barcelona criaram a Corporación Antiguo Puerto Madero, com a participação efetiva do arquiteto Alfredo Garay. Essa corporação encarregou a Sociedade Central de Arquitectos a promover um concurso para a execução do plano diretor de 1992, pelo processo de aquisição da área. O objetivo inicial era aproximar do centro da cidade os dezesseis galpões do antigo porto, abandonados em seu formato de tijolo aparente. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.41)

O complexo de Porto Madero (figura 3) foi construído sobre um total de 170 hectares, dos quais foram previstos 32 hectares em espaços de uso públicos, além das áreas dos canais e dos edifícios de uso misto, como habitação, escritórios corporativos e diferentes atividades terciárias. Os investimentos previstos foram de aproximadamente US\$1,45 milhão da iniciativa privada e US\$85 milhões do setor público. (Koulioumba, 2002; Massuh, 1994; Rivoira, 1995 apud VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 41)



Figura 3 - Puerto Madero, 2011 (Fonte: Flickr.com)

O que se observa nas intervenções realizadas nesse período é um interesse cada vez maior do poder local pela melhoria da imagem dos centros das cidades. Áreas fortemente desvalorizadas vêm a ser alvo das atenções do poder público, que se alia ao capital imobiliário, iniciando dessa forma uma reconquista daquele espaço. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 42)

Orlas marítimas e de rios, leitos ferroviários, áreas portuárias e edificações industriais desativadas são as primeiras eleitas no processo de intervenção. Essas ações sugerem que a arquitetura e o planejamento urbano também vieram a ser regidos por estratégias de marketing, destinadas a estruturar a mudança da economia urbana de base produtiva para a base do consumo. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 42)

Na visão de Foucault a respeito da arquitetura e urbanismo, conhecimento e poder convergem em suas práticas modernas de ordenação dos espaços e modelam padrões de comportamento. Portanto, de certa maneira, fica explicada a opção pelos projetos urbanísticos e arquitetônicos assumida pelas diversas esferas do poder público, independente da dimensão das intervenções.

Vargas e Castilho (2015, p.43) ainda afirmam que nesse período de reinvenção das cidades, houve uma ênfase na atração dos olhares e interesses de capitais não locais e de turistas, como forma de vencer a competição urbana. A cidade, que antes refletia o contexto social, agora valoriza exacerbadamente a imagem, estética e maquilagem. Ainda que essas estratégias variem, o centro das preocupações continua sendo o contexto urbano ou cidadão, pois os atributos do lugar, o regionalismo, os valores étnicos, o ser *singular*, passam a ser altamente valorizados. A meta passa a ser a obtenção de alguma vantagem sobre os chamados nichos de mercado, nos quais não apenas os centros das cidades, mas também outras áreas urbanas esquecidas ou abandonadas pelo crescimento urbano, ofereçam oportunidades únicas, difíceis de serem reproduzidas.

Enquanto a imagem da cidade pode ser um elemento importante para atrair capital e pessoal, em um período de intensa competição urbana, lugares espetaculares e festivais públicos servem também para ofuscar fortes conflitos

sociais e desigualdades. Os problemas que surgem a partir dessas intervenções, como a gentrificação (enobrecimento), são mascarados pela imagem de um urbanismo espetacular que simula a requalificação do centro, legitimando a atuação do poder público nas diversas instâncias, de modo a gerar o suporte político necessário para minimizar a oposição. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 44)

No mundo contemporâneo, os centros são comumente considerados como vitrines urbanas, devendo sintetizar a sua “boa e bela” imagem para garantir uma vantagem competitiva entre as cidades e seus gestores. Todas as ações implementadas para o centro, no entanto, com essa visão competitiva entre as cidades, podem vir a malograr, uma vez que existe a possibilidade de esses projetos serem reproduzidos rapidamente. Portanto, uma vantagem competitiva sustentável não pode ser apenas baseada em uma eficiência operacional ou em projetos inovadores, facilmente imitados ou superados. (Omholt, 1998 apud VARGAS e CASTILHO, 2015, p.44)

Assim, Vargas e Castilho ainda afirmam sobre esse período que “a melhoria da qualidade da vida urbana nos centros e o aumento da sua atração externa deveriam ser construídos para os seus cidadãos e com sua participação” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 45). Reforçando a ideia de que as decisões são tomadas por interesses políticos e econômicos, sem levar em consideração as necessidades dos cidadãos que usufruem desses espaços.

Portanto, diante do estudo dos trabalhos realizados pelas autoras Vargas e Castilho (2015), pode-se compilar algumas principais características para cada tipo de intervenção mencionada. Essas características principais dos processos de intervenção são apresentadas no quadro 5, como uma síntese das características das intervenções.

Quadro 5 - Quadro síntese dos processos de intervenção urbanas

Processos de Intervenção	Principais características
<p>Renovação Urbana (1950-1960)</p>	<p>Demolir e construir para renovar. Influência do Movimento Moderno, adaptando-se as cidades herdadas às necessidades da vida moderna. Melhoria do centro através da construção de vias urbanas.</p>
<p>Preservação Urbana (1970 a 1980)</p>	<p>Incorpora os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nos centros. Grande número de normatizações e recomendações que relacionam as áreas históricas com o planejamento urbano. Valorização da Memória na organização de sociedade em defesa do patrimônio e no discurso de que os centros das cidades são elementos essenciais da vida urbana e geram identidade e orgulho cívico. Surgem as PPPs – Parcerias Público-Privadas.</p>
<p>Reinvenção/Reabilitação Urbana (1990-2000)</p>	<p>Cidade deixa de ser o <i>locus</i> da produção para ser o <i>locus</i> do consumo. Globalização muda o conceito de cidade. Poder público busca a valorização positiva da imagem da cidade para a captação de investimentos (<i>city marketing</i>). A área de intervenção é mais ampla pois outras áreas urbanas reprimidas passam a ser focalizadas, como aquelas decorrentes da obsolescência das estruturas industriais, portuárias. Preservação histórica se mantém, mas centro passa a ser enxergado como vitrine urbana, dando lugar a grandes experiências arquitetônicas. Apropriação do patrimônio para fins comerciais, valorização imobiliária.</p>

Como existe uma extensa bibliografia sobre o tema, alguns outros tipos de intervenções são apresentados no item a seguir, ainda que os conceitos e definições aplicados nesse estudo tenham sido aqueles apresentados no quadro 5.

3.3 Outros Tipos de Intervenções

A reabilitação urbana pode ser entendida como uma ação que preserva, o mais possível, o ambiente construído existente e dessa forma também os usos e a população residente. É uma reforma apenas nos elementos essenciais da infraestrutura existente, de forma a adaptá-la às necessidades atuais, não descaracterizando o ambiente construído herdado. (MARICATO, 2011, p.126)

Já o conceito de revitalização urbana, segundo Moura et al (2005), é um instrumento de gestão coletiva do território com capacidade de utilizar programas urbanos muito diferenciados, de cunho mais social, econômico ou cultural. Baseia-se em uma visão global, atuando de forma integrada e concentrando um grande número de domínios e dimensões de intervenção.

A revitalização urbana trata os centros urbanos e núcleos históricos sob a ótica da promoção da diversidade econômica e social, incluindo os objetivos da complexidade, multifuncionalidade, proximidade e mobilidade, à escala humana, perante os múltiplos elementos constituintes da vida urbana. (MOURA et al, 2005 apud CARVALHO, 2013)

Assim, a revitalização urbana é um conceito que engloba os demais, sendo o tipo de intervenção que consegue harmonizar os diferentes interesses presentes na cidade e no local de intervenção, sempre levando em consideração a sustentabilidade dessas intervenções. Portanto, em se tratando da preservação do patrimônio histórico, junto com a reabilitação, é a intervenção que melhor contribuiria para o desenvolvimento urbano sustentável desses núcleos.

3.4 Sustentabilidade Urbana nas Intervenções em Centros Históricos

Ao se pensar no desenvolvimento das cidades, procura-se levar em conta a sustentabilidade urbana, em seus múltiplos aspectos. A princípio, segundo Oliveira (2010), o tema sustentabilidade urbana recorre à urgência de sempre: controle do crescimento das cidades, controle da emissão de poluentes, despoluição de rios e demais cursos de água, aproveitamento das águas pluviais, controle dos desmatamentos, ou seja, preservação e uso consciente dos meios naturais.

Os temas relacionados ao crescimento ou desenvolvimento urbano, ainda envolvem os debates em polêmicas e muitas contradições. Discutem-se, também com foco para a sustentabilidade, a partir da expansão urbana, aspectos como melhoria e ampliação dos transportes coletivos, segurança urbana, qualidade dos espaços públicos, infraestrutura nas periferias, aumento do número de favelas e demais condições precárias de vida, bem como o avanço urbano descontrolado em áreas de preservação ambiental. (OLIVEIRA, 2010)

Nesse sentido, é preciso olhar para a cidade existente e, em especial, para os centros das nossas cidades, pois este é o local onde se encontram diversos e importantes processos históricos, expressos nos espaços construídos e no modo de usufruir desses espaços, nos diferentes estratos sociais, na infraestrutura urbana, no comércio e serviço diversificado, bem como nas atividades turísticas e de lazer. (OLIVEIRA, 2010)

Importante ressaltar, contudo, que não se “secciona” historicamente os centros dos demais espaços das cidades e, do mesmo modo, não é possível se referir aos centros apenas pelos motivos de sempre, ou seja, pela infraestrutura instalada, pela facilidade de transporte, pelo acesso aos serviços e ao comércio, pelo estoque de edifícios (em geral caracterizados como antigos), mas também porque nesses centros, histórias urbanas e sociais se somam expondo constantes, e também diferentes, aspectos da identidade e da memória. (OLIVEIRA, 2010)

Nos centros históricos evidenciam-se paisagens, em seu conjunto de formas, que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Neles se evidenciam a “presentificação” das cidades, pois nos centros históricos se acumulam as marcas de uma construção histórica, as marcas das sociedades, da cultura, dos conflitos, fracassos e sucessos da cidade. Evidenciam-se processos por meio dos quais se constituem e se legitimam os marcos, lugares e cenários da memória social. (OLIVEIRA, 2010)

O que não significa que as outras áreas da cidade são destituídas de história. Longe disso, pois conforme afirma Argan (2005), não existem partes

históricas e partes não históricas na cidade. Não existem partes da cidade no passado. Todas elas se encontram num mesmo tempo presente. É nesse sentido que nos centros históricos podemos presenciar a *rugosidade do espaço*, tal como definido por Milton Santos (2008). Elementos que ficam do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de suspensão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares. Encontramos nos centros históricos divergências e contradições da cidade e também aquilo que é (ou deveria ser) de todos: o Patrimônio. (OLIVEIRA, 2010)

Oliveira (2010) ainda afirma que patrimônio, não é entendido, portanto, apenas como um conjunto de edificações, cujas características, um dia, foram determinantes para identificar a história de um povo, ou de parte de um povo, e sua nação. Patrimônio não se refere apenas a um conjunto de bens antigos ou aqueles com características semelhantes, mas ao conjunto da cidade, aos espaços e interstícios urbanos que, somados aos edifícios de valor histórico, são portadores de memória. Refere-se às práticas sociais e a formação dos espaços públicos, ao cotidiano, uso e fruição da cidade, a partir das relações de identidade e pertencimento.

Em última instância, porém, reconheceu-se que os centros históricos das cidades apresentavam características especiais (entre elas o patrimônio), que precisavam ser conservadas, uma vez que possibilitavam a fruição histórica, tecendo identidade e alimentando a memória.

Desse modo, tanto no contexto europeu, quanto no latino-americano, a partir da década de 1970, um número considerável de cidades passou a se preocupar com suas áreas centrais, introduzindo a questão da preservação do patrimônio histórico como a cidade de Bolonha, na Itália. Ao longo desse período diversos encontros de patrimônio - nacionais e internacionais - contribuíram para debater algumas questões, procurando integrar os conjuntos históricos à vida contemporânea e coletiva, a exemplo da “Recomendação sobre a salvaguarda de conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea”, da UNESCO de 1976 e a “Carta de Washington”, realizado no âmbito do ICOMOS, em 1986, conforme já explicitado nos itens deste capítulo. Foi também a partir desse período que se ampliou o número de órgãos de preservação em nível municipal e estadual,

responsáveis pela tutela dos bens culturais. Entre o final da década de 1980 e início de 1990, em síntese, os centros históricos entraram, definitivamente, para o universo dos planos, programas, projetos e demais ações vinculadas ao planejamento urbano, procurando se relacionar às diversas políticas setoriais, bem como ao tecido urbano existente, contemplando entre outros objetivos a melhoria, a identificação, proteção e promoção dessas áreas. (OLIVEIRA, 2010)

Havia, porém, segundo Oliveira (2010), uma herança delicada, problemas diversos a serem resolvidos. Entre os mais citados como segurança, limpeza, comércio irregular, poluição, cortiços, acessibilidade entre outros, destaca-se, mais uma vez, aquele que talvez seja, hoje, um dos mais importantes, também em função da sustentabilidade das cidades: a enorme quantidade de imóveis vazios nas áreas centrais, evidenciando um estoque habitacional subutilizado, enquanto o seu inverso, as periferias, crescem de forma ascendente.

Resolver problemas da cidade em consonância com o déficit habitacional, é também articular conjuntos residenciais com o tecido urbano, favorecendo a sustentabilidade ambiental, a mobilidade, o acesso às áreas de comércio, serviço e trabalho. Nesse sentido, também se colocam as áreas centrais.

Existe uma alta taxa de vacância no centro histórico, bem como em outras áreas mais centrais. A vacância nas novas centralidades pode ser explicada em função da recente produção imobiliária, que ainda não teve tempo necessário para a absorção da produção pelo mercado. Entretanto, não é justificativa para explicar a vacância em regiões consolidadas, o próprio Centro Histórico. É provável que a vacância nas áreas mais antigas esteja associada ao próprio crescimento da cidade e ao surgimento de áreas mais atrativas para o mercado imobiliário, bem como ao fato de que nas áreas mais centrais os imóveis demandam por reformas ou restauros.

Todavia, segundo a “Carta de Lisboa”, de 1995, a Reabilitação custa cerca de metade da construção social nova, economiza em infra-estrutura e deslocamentos, além de assegurar a manutenção das estruturas sociais de vizinhança e a identidade cultural da cidade, expressa nas formas sociais e

patrimoniais. Permite, além do mais, a historicidade do Patrimônio pela continuidade da função residencial exercida pela população enraizada.

Porém, em contraposição a esse processo, projetos de caráter “cultural” se tornaram grandes jogadas de marketing. A “valorização cultural”, tal como que vem ocorrendo com a região da Luz, em São Paulo, tomada como estratégia de ação de políticas públicas no espaço urbano prevalece evidenciando a preservação de monumentos isolados ou daqueles mais significativos, fato que demonstra um retrocesso em relação à noção de preservação dos valores históricos e culturais, já que se desconsidera a preservação do tecido urbano e social. Monumentos são excessivamente valorizados em detrimento do território e dos usos do cotidiano.

Não se deve esquecer que centros cumprem diversas funções, contemplando territorialidades diversificadas e, muitas vezes, sobrepostas. Os Centros históricos exercem diversos papéis na dinâmica urbana, e são os suportes para os usos diversos do cotidiano, indo muito além de sua função de Patrimônio. Diversos movimentos e interesses foram construídos ao longo do tempo e hoje coexistem no centro da capital paulista, conformando paisagens e ambientes urbanos mais ou menos significativos. Nesse sentido, as intervenções no centro, com vistas à sua preservação, são movidas por necessidades e desejos complexos e heterogêneos.

Em paralelo à globalização, a estrutura da vida social, as identidades e o sentimento de participar de uma nação dependem do espaço social, ou melhor, das práticas sociais que caracterizam o território, as localidades. É necessário se apoiar nas questões locais onde elementos materiais e simbólicos participam ativamente dos processos sociais do cotidiano. Nesse sentido, pensar o patrimônio e a sustentabilidade das cidades é também vislumbrar a preservação das memórias que estará sempre apoiada num tempo presente. O Patrimônio, em constante diálogo com a sua sociedade, apresentará revigoradas possibilidades de fruição e de diálogo com o espaço urbano.

3.4.1 Parâmetros de Sustentabilidade em Centros Históricos

Tendo como premissa a cidade existente e, ainda, os centros históricos, procurou-se elencar as soluções de sustentabilidade que poderiam ser aplicáveis a um espaço urbano já consolidado, cujas características são fundamentais à qualidade de vida na cidade e que se refletem na escala dos espaços, nas soluções de mobilidade, nas dinâmicas que favorecem a vitalidade, a sustentabilidade e a segurança das áreas urbanas, na valorização dos espaços públicos, nas possibilidades de expressão individual e coletiva, na beleza daquilo que pode ser apreendido naquilo que Jahn Gehl considera que a cidade tem de mais importante: sua dimensão humana, as oportunidades de encontro que ocorrem nos espaços de vivência nas relações cotidianas e como esses territórios precisam ser estruturados para que essa dimensão não se perca.

Segundo Gehl (2013, p. 6), o objetivo-chave para as cidades contemporâneas tornarem-se um espaço mais sustentável é “um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades”. Segundo o autor, a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada e progressivamente descartada a partir de um planejamento urbano voltado para acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis.

Além disso, Gehl (2013, p. 3) ainda afirma que as ideologias dominantes de planejamento, em especial o modernismo, deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. Por fim, gradativamente, as forças do mercado e as tendências arquitetônicas afins mudaram seu foco, saindo das interações e espaços comuns da cidade para os edifícios individuais, os quais, durante o processo, tornaram-se cada vez mais isolados, autossuficientes e indiferentes.

A cidade sustentável seria, para Gehl (2013, p.6), aquela que alcançasse os quatro objetivos-chave: cidades com vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde, e ainda afirma que esses quatro objetivos podem ser imensamente

reforços pelo aumento da preocupação com pedestres, ciclistas e com a vida da cidade em geral.

Reforça-se a potencialidade pra a a cidade tornar-se viva, sempre que mais pessoas sintam-se convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços da cidade. Em geral, ainda segundo o autor, reforça-se o potencial para uma cidade segura quando mais pessoas se movimentam pela cidade e permanecem nos espaços urbanos. Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas. Esses elementos aumentam a atividade e o sentimento de segurança dentro e em volta dos espaços urbanos. Há mais olhos nas ruas e um incentivo maior para acompanhar os acontecimentos da cidade, a partir das habitações e edifícios do entorno.

A cidade sustentável é geralmente fortalecida se grande parte de seu sistema de transporte puder se dar por meio da “mobilidade verde”, ou seja, deslocar-se a pé, de bicicleta ou por transporte público. Esses meios proporcionam acentuados benefícios à economia e ao meio ambiente, reduzem o consumo de recursos, limitam as emissões e diminuem o nível de ruídos.(GEHL, 2013, p.7)

Outro aspecto sustentável importante é o aumento da atividade exercida pelos sistemas de transporte público, quando os usuários se sentirem seguros e confortáveis caminhando ou indo de bicicleta para e a partir dos ônibus, trens e veículos sobre trilhos. Um bom espaço público e um bom sistema público de transporte são, simplesmente, segundo Ghel (2013, p.7), dois lados de uma mesma moeda.

O desejo de uma cidade saudável é intensificado se o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias. Um convite sincero para caminhar e pedalar, como fenômeno natural e integrado à rotina diária, deve ser um aspecto inegociável de uma política unificada de saúde. (GEHL, 2013, p.7)

Assim, essa preocupação crescente com a dimensão humana das cidades reforça a vitalidade desses espaços urbanos, e os centros históricos são os locais nas cidades contemporâneas que mais necessitam do retorno dessa dinâmica urbana. Conectando-se a dos elementos fundamentais à qualidade de vida urbana

presentes nos centros históricos: a identidade e a coexistência. A identidade gera o sentimento de pertencimento, a referência que nos orienta enquanto cidadãos e está presente também nos tecidos históricos das cidades. No âmbito urbano, a identidade se reflete nos vínculos estabelecidos com os espaços da cidade, seus elementos de referência: patrimônio histórico, rios, ruas, praças e parques (que podem também ser jardins históricos), edifícios emblemáticos, os quais passam a fazer parte constitutiva do cotidiano dos cidadãos. Quanto mais diversificada for a cidade, mais humana ela será, na medida em que se entenda que a coexistência, entendida como a receita de se abraçar a diversidade enquanto se valoriza a identidade, deva ser exercitada.

Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar. Contudo, a perspectiva mais ampla é que uma infinidade de valiosas oportunidades sociais e recreativas apareça quando se reforça a vida a pé. (GEHL, 2013, p.19)

Nas cidades onde as condições de vivenciar o tráfego a pé foram melhoradas, o autor afirma que a gama de atividades desenvolvidas por esse meio aumenta de forma significativa. Há, ainda, um crescimento mais amplo das atividades sociais e de recreação. Hoje as cidades, em geral, possuem um maior número de vias que convidam ao tráfego de automóveis. Melhores condições para os ciclistas convidam mais pessoas a pedalar, mas ao melhorar as condições para os pedestres, não só é reforçada a circulação a pé, mas também, e mais importante, reforça-se a vida da cidade.

Existem, basicamente, dois tipos de atividades desenvolvidas nos espaços urbanos pelas pessoas, de acordo com seu grau de necessidade. Em uma ponta ficam as atividades obrigatoriamente necessárias, ou seja, atividades que as pessoas têm que fazer, como ir trabalhar ou ir à escola, esperar o ônibus. Sob qualquer condição, essas atividades irão acontecer. Na outra extremidade estão as atividades opcionais, na maioria das vezes recreativas, das quais as pessoas poderiam gostar, como caminhar em um calçadão, ficar em pé e apreciar a paisagem da cidade, sentar-se e apreciar a vista.

Uma boa parte das atividades urbanas mais atrativas e populares pertence ao grupo de atividades opcionais e por isso uma boa qualidade urbana é necessária. Se as condições de permanência ao ar livre forem boas, as pessoas se entregam a muitas atividades necessárias e também a um número crescente de opcionais. Os pedestres ficam tentados a parar para apreciar o tempo, os lugares e a vida na cidade, ou as pessoas saem de seus edifícios para ficarem no espaço urbano. Cadeiras são levadas para a frente das casas e as crianças saem à rua para brincar.

Um fator muito importante na construção e intervenção nesses espaços urbanos consolidados é a sua qualidade física. Devem-se usar estratégias e soluções para influenciar o alcance e o caráter das atividades ao ar livre. Convites para atividades que vão além de uma simples caminhada incluem proteção, segurança, um espaço razoável, mobiliário e qualidade visual.

A partir do avanço na discussão da importância de se pensar as cidades sob o ponto de vista das pessoas que a habitam, portanto, algumas diretrizes podem ser pensadas para espaços urbanos históricos que passam por algum tipo de intervenção que tenham como objetivo a preservação do patrimônio urbano e direcionar essas áreas para um desenvolvimento urbano sustentável. Essas diretrizes podem ser divididas em duas grandes áreas: Mobilidade Verde e Infraestrutura Sustentável

3.4.1.1 Mobilidade Urbana

Conforme já explicitado neste trabalho, a mobilidade urbana que concorra para a sustentabilidade das cidades deve ser pensada de forma a estimular o pedestrianismo e o uso de bicicletas. Uma vez que o tráfego de bicicletas e pedestres utiliza menos recursos e afeta menos o meio ambiente do que qualquer outra forma de transporte.

O tráfego de bicicletas e pedestres não lota o espaço da cidade, como os outros veículos. Os pedestres tem exigências muito modestas: duas calçadas de 3,5m ou uma rua de pedestres de 7m de largura podem acomodar 20mil pessoas por hora. Duas ciclovias de 2 metros de largura são suficientes para 10 mil ciclistas por hora. Enquanto que uma rua de duas mãos e duas faixas suporta entre 1mil e

2mil carros por hora. Portanto, o tráfego de pedestres e de bicicletas economiza espaço e contribui positivamente para a contabilidade verde, porque reduz as partículas poluentes e as emissões de carbono.

Adicionalmente, como apresentado no trabalho de Jan Gehl, uma boa paisagem urbana e um bom sistema de transportes público são dois lados de uma mesma moeda. A qualidade das viagens entre os pontos de ônibus e estações tem influencia direta sobre a eficiência e qualidade dos sistemas de transporte público. E, ainda se tratando de uma localidade onde a paisagem urbana histórica pode ser apreciada durante o trajeto, as possibilidades de êxito na implementação desse tipo de transporte são ainda melhores.

Muitos são os fatores que influenciam na caminhada: a qualidade do percurso, a superfície, a quantidade de pessoas, a idade e a mobilidade do pedestre. Influenciando, principalmente, a velocidade com que esse pedestre caminha e a distância que ele consegue percorrer. Além disso, as características urbanas do espaço também tem seu papel. Os pedestres normalmente andam mais rápido em ruas que convidam ao movimento linear, ao passo que seu ritmo cai quando atravessam praças. O clima é outro fator, as pessoas andam mais rapidamente quando chove, venta ou faz frio.

Assim, a distância aceitável de caminhada é um conceito relativamente fluido. Algumas pessoas andam felizes por muitos quilômetros, enquanto para alguns idosos, deficientes ou crianças, mesmo curtas caminhadas são difíceis. A maior parte das pessoas está disposta a percorrer cerca de 500 metros. A distância aceitável, porem, também depende da qualidade do percurso. Se o piso for de boa qualidade, se o trajeto for interessante, aceita-se uma caminhada mais longa. Se o conforto for baixo, a caminhada será curta, ao passo que se o percurso for interessante, rico em experiências e confortável, os pedestres esquecem a distância e fruem das experiências que ocorrem.

Uma outra condição importante para uma caminhada agradável e confortável é um espaço relativamente livre e desimpedido, sem necessidade de desvios ou ser empurrado pelos outros transeuntes.

O convite para pedalar implica que o tráfego de bicicletas esteja integrado na estratégia geral de transportes. É preciso criar condições para levar bicicletas nos trens e metrô, e de preferência também em ônibus urbanos, para que seja possível viajar combinando bicicleta e transporte público. Os taxis também deveriam poder levar bicicletas quando necessário.

Outra importante ligação em um sistema integrado de transporte é a possibilidade de estacionar bicicletas com segurança em estações e terminais. É também preciso ter boas opções de estacionamento para bicicletas ao longo das ruas em geral, em escolas, em escritórios e residências. Novos edifícios industriais e de escritórios deveriam incluir estacionamento para bicicletas, vestiários e chuveiros para ciclistas como parte normal de seu programa.

Recentemente, muitas cidades introduziram vários tipos de bicicletas que podem ser emprestadas ou alugadas em postos ou estações. A ideia é reforçar o uso desse veículo em trajetos curtos, oferecendo um sistema público de locação para que as pessoas não precisem comprar, guardar e consertar suas próprias bicicletas.

Além disso, muitos novos sistemas estão em implantação atualmente, mesmo em cidades que não tem infraestrutura nem cultura ciclística. A ideia para ser a de que bicicletas públicas facilmente acessíveis podem estimular o desenvolvimento de mais cidades com bicicletas, considerando que primeiro se veem pessoas conduzindo bicicletas públicas e depois se desenvolvem redes ciclísticas seguras e confortáveis.

Gehl (2013, p.189) afirma que há boas razões para se ter cautela ao permitir a circulação de ciclistas inexperientes em cidades onde o tráfego de bicicletas e as ciclofaixas ainda não atingiram uma massa crítica que permita que o próprio uso de bicicletas reforce o seu desenvolvimento. O tráfego de bicicletas e a segurança de tráfego devem ser levados a sério, e experiências de boas cidades ciclísticas devem ser incorporadas antes de se experimentar com campanhas de bicicletas baratas, de aluguel. As bicicletas públicas devem ser um elo nos esforços para se construir e reforçar a cultura ciclística, não sua ponta de lança, conforme afirma o autor.

3.4.1.2 Infraestrutura Sustentável

O que se entende neste trabalho como uma infraestrutura sustentável, são aqueles equipamentos urbanos que podem ser incorporados ao ambiente urbano e que, de alguma forma, possuam características sustentáveis. Seja no que se refere a economia de energia, reaproveitamento de águas pluviais ou, ainda, no que concerne aos materiais empregados na confecção dos revestimentos das superfícies urbanas ou, ainda, dos próprios equipamentos urbanos.

Equipamentos urbanos como parques, jardins, arborização urbana estão também contemplados nessa categoria. Esses equipamentos contribuem de sobremaneira na qualidade de vida da população das cidades, pois contribuirão para a qualidade do meio ambiente urbano. Ao se criarem áreas verdes no espaço urbano ou, ainda, ao se reabilitarem espaços antes totalmente impermeáveis criando-se espaço para essas áreas verdes, há uma redução no efeito de ilhas de calor.

Assim, em áreas já consolidadas como os centros históricos, a utilização de um paisagismo sustentável, utilizando-se espécies nativas da região e cujas dimensões sejam adequadas ao uso urbano, contribuem também para a otimização da drenagem urbana, na medida em que parte da água ficará parcialmente retida nas folhas das árvores, demorando mais para chegar até o solo. E, ainda, sua infiltração será facilitada pela existência das raízes dessas árvores.

O planejamento de uma infraestrutura verde propicia a integração da natureza na cidade, de modo a que venha ser mais sustentável. Favorece também a mitigação e impactos ambientais e a adaptação para enfrentar os problemas causados pelas alterações climáticas, como por exemplo: chuvas mais intensas e frequentes, aumento das temperaturas (ilhas de calor), desertificação, perda de biodiversidade.

A infraestrutura verde consiste em redes multifuncionais de fragmentos permeáveis e vegetados, preferencialmente arborizados (inclui ruas e propriedades públicas e privadas), interconectados que reestruturam o mosaico da paisagem. Visa

manter ou restabelecer os processos naturais e culturais que asseguram a qualidade de vida urbana.

As árvores, essenciais na infraestrutura verde, têm funções ecológicas insubstituíveis, como: contribuir significativamente para prevenir erosão e assoreamento de corpos d'água; promover a infiltração das águas das chuvas, reduzindo o impacto das gotas que compactam o solo; capturar gases de efeito estufa; ser habitat para diversas espécies promovendo a biodiversidade, mitigar efeitos de ilhas de calor, para citar algumas. A floresta urbana consiste no somatório de todas as árvores que se encontram na cidade, em parques e praças, ruas e fragmentos de matas.

O ideal é conectar estes espaços para que integrem uma infraestrutura verde. Por exemplo, parques arborizados podem ser articulados por conexões lineares como ruas verdes. Conexão é fundamental para os fluxos de água, biodiversidade e pessoas. A infraestrutura verde proporciona serviços ecossistêmicos ao mimetizar as funções naturais da paisagem, visa conservar e restaurar áreas ecológicas relevantes. O conceito é fazer a cidade funcionar como uma floresta e cada edifício como uma árvore.

A infraestrutura verde consiste em intervenções de baixo impacto na paisagem e alto desempenho, com espaços multifuncionais e flexíveis, que possam exercer diferentes funções ao longo do tempo, adaptável às necessidades futuras. Pode ser implantada em experiências locais que sejam *safe-to-fail* (seguras-para-falhar), sendo monitoradas para possíveis correções ao longo do tempo. Visa também, buscar oportunidades de transportes alternativos não poluentes que estimulam uma vida urbana ativa e saudável, e promover o uso de energias renováveis sempre que possível. Esses espaços ganhos dos veículos são devolvidos para os cidadãos para que ruas voltem a ser lugares vivos, de encontros sociais e com comércio e serviços ativos (Jacobs, 1992).

O planejamento da infraestrutura verde integra os diversos meios de transporte, de maneira a permitir que pedestres e bicicletas utilizem transporte de massa de forma bem articulada e confortável. A inserção de paisagens urbanas produtivas, como a agricultura urbana em diversas escalas e agroflorestas, deve ser

considerada no planejamento da infraestrutura ecológica urbana, e incentivada em todos os locais possíveis.

Bem planejada, implementada e monitorada a infraestrutura verde pode se constituir no suporte para a resiliência das cidades. Pode ser um meio de adaptar e regenerar o tecido urbano de modo a torná-lo resiliente aos impactos causados pelas mudanças climáticas e também preparar para uma economia de baixo carbono. Ela aumenta a capacidade de resposta e recuperação a eventos climáticos, propicia mudança das fontes de energias poluentes ou de alto custo para fontes renováveis, promove a produção de alimentos perto da fonte consumidora, além de melhorar a saúde de seus habitantes ao possibilitar transportes ativos como caminhada e bicicleta.

Para que o planejamento e projeto da infraestrutura verde sejam de fato eficientes e eficazes, é preciso ter uma abordagem sistêmica, abrangente e transdisciplinar.

4. A REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4.1. Localização da área de estudo

A região portuária do Rio de Janeiro é uma grande área que outrora servia como área de apoio às operações portuárias, de caráter essencialmente industrial, que se tornou ociosa, formando vazios urbanos e deixando edificações subutilizadas ou abandonadas.

A Região Portuária, cuja delimitação é ilustrada pela figura 4, localiza-se próxima a grandes eixos de circulação: Linha Vermelha, Avenida Brasil e Avenida Francisco Bicalho e à área central da cidade, com frente para a Baía da Guanabara. A área delimita três bairros completos, correspondendo aos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, além de três setores dos bairros de São Cristovão, Centro e Cidade Nova.



Figura 4 – Delimitação da Região Portuária do Rio de Janeiro (fonte: PortoMaravilha.com.br)

Os empreendimentos âncora localizados nesta região e que já foram inaugurados são o MAR – Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã.



Figura 5 - MAR: Museu de Arte do Rio (Fonte: Google Images)

O Museu de Arte do Rio (figura 5) é um projeto que alia o *retrofit* arquitetônico de dois edifícios: o Palacete Dom João VI (1916), edifício tombado e eclético, e o edifício vizinho, de estilo modernista – originalmente um terminal rodoviário. Integrando-os através de cobertura fluida que remete a lembrança de ondas do mar. O complexo composto pelos dois edifícios é um espaço destinado à arte e cultura visual.

O Museu do Amanhã é mais um dos projetos considerados alavancadores de investimentos no Porto Maravilha. Localizado no píer Mauá, o projeto do museu insere fortes modificações na paisagem da região. Com projeto de arquitetura concebido pelo renomado espanhol Santiago Calatrava, o museu será um espaço dedicado às ciências.

Ambos os edifícios utilizam em seus projetos soluções de uma arquitetura sustentável. Prevendo a utilização de recursos naturais do local – como, por exemplo, a água da Baía de Guanabara que será utilizada para a climatização do Museu do Amanhã e reutilizada no espelho d'água – além de serem eficientes energeticamente, utilizarem estratégias de reuso de águas pluviais e materiais sustentáveis.

Adicionalmente, ambos os edifícios possuem local para estacionamento de bicicletas (bicicletários) e estão buscando a certificação ambiental LEED – Leadership on Energy and Environmental Design, concedida pelo USGBC (Green Building Council).

Outro fator de importância e que se mostrou de grande relevância para o local de estudo é a existência do edifício onde atualmente funciona o terminal de passageiros do porto. Edifício de grande relevância histórica para a região, com a derrubada da perimetral, ganha novamente espaço de destaque na paisagem urbana local.



Figura 6 - Vista aérea da Praça Mauá, 2011 (Fonte: Google Images)

A própria Praça Mauá é um marco importante da cidade, espaço urbano de convívio da população. A figura 6 representa seu estado de degradação, antes do início das intervenções nessa área, em 2011. Em seu entorno estão localizados os empreendimentos alavancadores da revitalização do porto (MAR e Museu do Amanhã), bem como um dos edifícios históricos mais importantes da cidade, sob o ponto de vista de engenharia, o edifício “A Noite” (figura 7).



Figura 7 - Edifício "A Noite" - 1929 (Fonte: Google Images)

Considerado o primeiro arranha céu construído na cidade do Rio de Janeiro. Construído em concreto armado, o edifício possui 102 metros de altura e 22 andares. Foi edificado para abrigar o *Jornal A Noite*, cujo projeto foi de autoria do arquiteto Joseph Gire, inaugurado em 1928.

O edifício *A Noite* também é marco arquitetônico e urbanístico no país. A partir de sua construção, teve início um processo de verticalização da cidade. No início do século XX, na Avenida Central, atual Rio Branco, os edifícios chegavam a até oito pavimentos. Desde abril de 2013, o edifício é tombado pelo IPHAN. Passa atualmente por um *retrofit* de suas instalações, que são ocupadas pelo INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Assim, fica claro que a região ainda possui muitos edifícios que compõem a ambiência histórica da região. É importante, para a análise proposta nesse trabalho, o conhecimento de como a região portuária do Rio de Janeiro foi construída e quais foram as intervenções pelas quais essa área passou e vem passando. Esses assuntos serão tratados nos itens 4.2 e 4.3.

4.2. Breve Histórico da Construção da Área Portuária do Rio de Janeiro

Desde o início da ocupação da Baía de Guanabara e fundação da cidade do Rio de Janeiro por Estácio de Sá em 1565, essa região possuía características mais do que propícias para a atividade econômica e portuária, devido às suas condições climáticas e geográficas adequadas, aliadas a extrema exuberância das terras circundantes.

No início do século XX, com o advento da industrialização, aliado ao um grande crescimento populacional na cidade e escassez de moradias, fez ecloridem um grande número de habitações coletivas, os Cortiços (Figura 8). Essas habitações abrigavam, quase sempre, um grande número de famílias de baixíssima renda, vivendo em condições precárias, inclusive sob o ponto de vista higiênico.



Figura 8 - Cortiço (Arquivo da Cidade, 2002)

Com a intensificação das atividades portuárias, a partir da segunda metade do século XIX e o fim do tráfico de escravos, os trapiches⁵ negreiros rapidamente se voltaram para os negócios de importação ou exportação de mercadorias a granel, como açúcar, sal ou café. Esses trapiches empregavam numerosa mão de obra local, que, devido aos baixos salários, faziam também uso dos Cortiços como moradia.



Figura 9 – Trapiches na Região Portuária, final do século XIX (TURAZZI, 2012)

⁵ Armazéns construídos ainda no século XVIII, os quais serviam inicialmente como depósito de escravos, considerados ‘mercadoria negra’ à época.

Porém, com a modernização das embarcações, que passam a ser movidas a vapor, surgem novas necessidades de atracação junto ao porto, devido ao tamanho das embarcações e volume de mercadorias que transportavam. Segundo Lamarão (2006, p.140), “os serviços então prestados deixavam muito a desejar. Os trapiches, que ocupavam longos trechos do litoral, ofereciam transporte e armazenagem do tipo mais primitivo”. Sinalizando, portanto, a necessidade de construção de um porto que atendesse às novas necessidades identificadas.

Segundo Abreu (2011, p.141), a intensificação das atividades portuárias e o rápido crescimento da economia do país promoveram a integração cada vez maior da cidade no contexto da economia capitalista internacional, exigindo-se uma organização do espaço urbano condizente com o novo momento social pelo qual passava a nação.

Assim, a partir de 1902, com a nomeação do Engenheiro Francisco Pereira Passos para a prefeitura do Rio de Janeiro tem início uma grande renovação urbana na região portuária. A principal motivação desta intervenção era de cunho sanitarista, tendo em vista o grande número de cortiços instalados na região, grande proliferador de doenças virulentas como a febre amarela e varíola.

As principais modificações em relação ao porto foram relacionadas à profundidade e ao alinhamento do cais. A geografia sinuosa característica da região e que proporcionou o desenvolvimento dessas atividades não mais atendia às necessidades portuárias, tendo que ser retificadas. Sendo assim, extensos aterros foram realizados entre o cais e a terra firme para o alinhamento, retificando o desenho sinuoso da orla, cobrindo-se uma superfície de cerca de 175.000 m². A figura 10 ilustra essa modificação no traçado do cais, em que estão representados a orla original (em sépia) e a área de aterro (em cores).



Figura 10 - Área do Continente aterrada para construção do Porto do Rio de Janeiro (fonte: Google Images)

No lugar dos trapiches, foram construídos 17 grandes armazéns ao longo do cais (figura 11). Esse, com 100m de largura, teria 25m destinados aos serviços de carga, descarga e movimento do cais. Os armazéns ocupavam 35m e, finalmente, os 40m restantes foram utilizados para a construção de uma larga avenida de trânsito público. Vale destacar que o complexo portuário carioca foi o primeiro do país.



Figura 11 - Construção do Porto (Turazzi, 2012)

Lamarão (2006) afirma em seu trabalho que as reformas ocorridas nos melhoramentos do porto constituíram, sem dúvida “uma ruptura no processo de urbanização do Rio de Janeiro, um ponto de inflexão no qual a ‘cidade colonial’ cedeu lugar, de forma definitiva à ‘cidade burguesa’, moderna”.

4.3. Intervenções Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro após segunda metade do séc XX

As revitalizações urbanas no Rio de Janeiro têm início ainda na década de 1970, com o Projeto *Corredor Cultural do Rio de Janeiro*, no qual várias edificações foram tombadas pelo patrimônio histórico e cuja grande contribuição foi uma política de preservação do patrimônio na qual o proprietário de imóveis tombados poderia pedir isenção de pagamento de IPTU uma vez constatadas a recuperação e conservação da fachada do edifício. O projeto, voltado para a região histórica da cidade, compreende os bairros centrais da cidade até parte do bairro da Glória (Rua da Glória, até o Relógio da Glória). Tal projeto foi o marco que viabilizou os demais avanços na revitalização da região histórica da cidade, cujo principal público-alvo é a classe média, a qual abandonou o centro tanto como área de moradia como local de compras e lazer. O principal objetivo era que essa parte da cidade voltasse a ser foco de importantes fluxos intraurbanos que não apenas aqueles ligados ao horário comercial.

A intenção de se iniciar a requalificação da região histórica da cidade pela cultura e pelas artes torna-se evidente a partir dos anos 1980. Um grande número de centros culturais surge na região, muitos abrigando também teatros e salas de projeções. Neles grandes eventos e exposições de qualidade internacional vem sendo realizados, atraindo fluxos expressivos de visitantes.

A partir da década de 1990, surge o projeto de renovação urbana intitulado “*Novo Rio Antigo*”, cujos esforços são destinados a transformar o centro histórico em um polo de gastronomia, entretenimento e lazer, direcionando a produção deste espaço para o que se pode entender como destinado, exclusivamente, ao consumo, mais ligado ao setor de turismo.

Já em 2009, tem-se início o projeto chamado Porto Maravilha a partir da instituição da Lei Municipal nº 101/2009 que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. O intuito do projeto é, através de uma operação urbana consorciada, promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área.

Adicionalmente, o projeto Porto Maravilha visa realizar ações de valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população.

4.4. O Porto Maravilha do séc. XXI

A região portuária do Rio de Janeiro, ao final do século XX, encontrava-se em um quadro de esvaziamento das suas próprias atividades portuárias, uma vez que a zona do porto se tornou fisicamente incompatível com o transporte de mercadorias não mais em granel, mas em contêineres. Segundo Moreira (2004, p. 93), tal fenômeno está ligado a mudanças no modo de produção contemporâneo, onde a grande escala, a concentração da produção e a alta tecnologia dominam o mercado. Além disso, ainda segundo Moreira, no final do século XX, as cidades deixam de concentrar a produção industrial e tornam-se centros de serviços e negócio. Portanto, os portos são praticamente retirados das cidades e portos “especializados” são criados.

A intervenção na região portuária do Rio de Janeiro, portanto, iniciada neste início de século XXI, se apresenta como um plano para reabilitar a região, valorizando seu patrimônio arquitetônico e urbano histórico, tratando a área como espaço estratégico de desenvolvimento urbano e, para tanto, fazendo uso de uma operação urbana consorciada para viabilizar a intervenção.

O programa de revitalização da área portuária qualifica um perímetro que vai da Praça Mauá ao Gasômetro englobando os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, tanto na parte baixa, portuária, ferroviária e industrial, como na alta dos

morros da conceição, Saúde, Providência e Pinto, além de parte do centro da cidade do Rio de Janeiro. O sucesso da Revitalização depende de uma ação das três esferas do poder público, do BNDES e Caixa Econômica Federal, dos investidores privados nacionais e internacionais e da sociedade civil organizada nas esferas comunitária, cultural, acadêmica e ambiental.

A Operação Urbana Consorciada da região portuária, cujo nome fantasia é Porto Maravilha, ampara-se nos termos do Estatuto das Cidades e na Lei Complementar 101 de 23 de Novembro de 2009. Aglutina um conjunto de ações urbanísticas e financeiras que visam promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região (XAVIER, 2012, p.20). A Operação Urbana Consorciada estabeleceu uma nova delimitação urbana, a Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, conforme ilustrado pela Figura 12.



Figura 12 - Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto (fonte: PortoMaravilha.com.br)

Trata-se de uma ação estratégica da Prefeitura do Rio de Janeiro, com apoio dos Governos Estadual e Federal, para a requalificação urbana, fomentando o desenvolvimento econômico da região portuária, bem como a criação de condições

de trabalho, moradia, transporte cultura e lazer para a população local. Numa área de 5 milhões de m², prevê ações que incidem no setor viário, na estruturação de equipamentos urbanos, regulamentação de usos e densidades, no setor social e cultural. A responsabilidade pela execução das obras ficou a cargo do Consórcio Empresarial Porto Novo, selecionado por licitação, composto pelas empresas Odebrecht, OAS e a Carioca Engenharia. (XAVIER, 2014, p.20)

Em intervenções baseadas em grandes projetos urbanos como a do Porto Maravilha, verifica-se a recorrência em áreas cuja propriedade ou autonomia fundiária é fundamentalmente do poder público. Em especial áreas cujos investimentos públicos ou privados foram praticamente nulos e onde essas, pela localização e interesse imobiliário, possam ser valorizadas no aspecto financeiro. Vargas e Castilho (2015, p.48) afirmam em seu trabalho que, sobretudo nas intervenções que vem acontecendo no Brasil, verifica-se que a capitalização dos benefícios pós-intervenção (bônus) tem incidido sobre a iniciativa privada enquanto a pública absorve o ônus, quando existente.

Esses resultados, ainda segundo as autoras, têm sido reforçados por meio da instituição legal das Parcerias Público-Privadas (PPP), que consistem em um dos instrumentos utilizados atualmente em diversos países e que pode ser definida como “forma de cooperação entre as autoridades públicas e as empresas, tendo por objetivo assegurar o financiamento, a construção, a renovação, a gestão ou a manutenção de uma infraestrutura ou a prestação de um serviço”. (Marques e Silva, 2008 apud Vargas e Castilho, 2015, p.48)

Para Marques e Silva (2008 apud Vargas e Castilho, 2015, p.48), optar por uma PPP em vez dos modelos de contratação pública tradicional é vantajoso, pois os riscos devem ser partilhados, bem como as responsabilidades. Também as PPP possibilitam o desembaraço de processos de captação de recursos financeiros e a redução do custo global do projeto, em virtude da diminuição de instâncias em que os processos administrativos devam ser apreciados e aprovados.

Os objetivos expressos no Plano incluem: a promoção da reestruturação local por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da

região, melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. De forma a alcançar esses objetivos, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, uma empresa de natureza mista – pública e privada – com a função de implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.49)

Se antes o governo era o executor da administração urbana, neste novo arranjo a administração da área portuária tem como premissa a corresponsabilidade. A partir deste instrumento verifica-se um fenômeno controverso no que tange a essência de cada qual das partes envolvidas na companhia responsável pela gestão portuária, afinal, uma das partes é em prol da propriedade e a outra do patrimônio. O que em parte equivale a admitir que ou o poder público acaba por financiar um ambiente extremamente favorável para atividades de cunho eminentemente privatistas, ou as atividades de cunho eminentemente privatistas incitam a administração urbana enquanto obrigação do poder público. De uma maneira ou de outra, é sintomático o quanto a sociedade civil é um elemento importante, porém menos decisivo nesse processo. (XAVIER, 2014, p.60)

Mesmo admitindo algo como uma qualidade questionável da participação da sociedade civil, o processo é reiteradamente legal e democrático. E em conformidade a preceitos democráticos é que as empresas contratadas para administrar o projeto são selecionadas por licitações. Passando então por uma Comissão Especial de Licitação é que foi selecionada a Concessionária Porto Novo, para a operação e manutenção de serviços e execução de obras na Região Portuária. (XAVIER, 2014, p.60)

A Concessionária Porto Novo é uma sociedade anônima fechada, formada em Novembro de 2010, no ensejo da licitação promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a Parceria Público Privado Administrativa, sendo então contratada pela CDURP. O consórcio é formado pelas empresas Odebrech, OAS e Carioca Engenharia. A Porto Novo deu início às suas atividades administrativas na Região Portuária na segunda quinzena de Junho de 2011, e pelos próximos 14 anos fica incumbida dessa função. Tanto a CDURP, parte contratante, quanto a Porto Novo, parte contratada, operam com o que chamam de transparência. Por tal princípio

disponibilizam canais de comunicação para expor todas as ações do projeto, do cronograma ao orçamento, e receber as contribuições da população. (XAVIER, 2014, p.61)

A CDURP fica ainda responsável por gerir os recursos do projeto, que está dividido em duas fases. Na primeira fase são usados os recursos da Prefeitura e do Governo Federal na reurbanização do bairro da Saúde e do Morro da Conceição, restauração do Jardim do Valongo, a construção do Museu do Amanhã, recuperação da Praça Mauá, criação de unidades residenciais pelo programa Novas Alternativas, além das soluções viárias. Já na segunda fase há a previsão da reurbanização de 40km de vias, recuperação do sistema de água e esgoto, construção de vias e ciclovias, e outros. Os recursos para essa segunda fase são alcançados por uma engenharia financeira, a CEPAC, peça essencial da parceria entre o poder público e a iniciativa privada, que se expressa simples, porém se desenvolve complexa. (XAVIER, 2014, p.61)



Figura 13 - Esquema do Funcionamento das CEPACs (Fonte: PortoMaravilha.com.br)

O instrumento urbanístico utilizado é a outorga onerosa por meio do lançamento do Certificado de Potencial Adicional de Construção – os CEPACs, como forma de viabilização econômica das obras de infraestrutura exigidas para a região. Disponibilizados no mercado, esses certificados possibilitam ao empreendedor o aumento do gabarito dos edifícios a serem construídos, além do

que a legislação para o local permite, conforme esquema apresentado na figura 13. Segundo Xavier (2014, p.22), trata-se do instrumento mais engenhoso e polêmico da vultosa operação consorciada direcionada à Região Portuária. As Cepacs são títulos mobiliários regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), negociados no mercado através de leilão. Os valores arrecadados pela negociação são integralmente revertidos em benefícios para a própria região, sendo importante esclarecer que o maior montante é destinado para a execução das obras de infraestrutura do projeto, como a demolição da perimetral, enquanto percentuais inferiores a 5% se destinam à área social e cultural.

Em solenidade no dia 30 de Setembro de 2010, a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Trabalho e a Prefeitura do Rio de Janeiro assinaram um acordo de investimentos para revitalização da Região Portuária. O acordo assinado fora a autorização do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação dos recursos do FGTS, cerca de R\$ 3,5 bilhões, na Operação Urbanas Consorciada Porto Maravilha. Com o objetivo de financiar a Operação Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro e atender às condições de contrato da Parceria Público Privada, foi criado o Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto. Tal Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto foi a parte ofertante do Leilão Público da CEPAC da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, com realização prevista para o dia 15 de Junho, e ocorrida no dia 13 do mesmo mês, do ano de 2011.

A CEPAC da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha foi comercializada no Módulo Plataforma Eletrônica - Negociação por Leilão, junto à CETIP S.A. – balcão organizado de ativos e derivativos (“CETIP”), em um lote único, indivisível, composto por 6.436.72260 (seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e dois) CEPAC. O valor mínimo de oferta foi de R\$ 3.508.013.490,00 (três bilhões, quinhentos e oito milhões, treze mil e quatrocentos e noventa reais). Com o preço unitário mínimo inicial de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais). A Oferta é coordenada pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. No dia 13 de Junho de 2011 foram vendidos por R\$ 3,5 bilhões (R\$ 3.508.013.490,00), em lote único, todos os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) da Região do Porto do Rio de Janeiro.

O comprador, não para surpresa, foi a Caixa Econômica, administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (XAVIER, 2014, p.62)

Sobre a destinação da soma arrecadada com a negociação das CEPACs, fica estabelecido que será integralmente revertida para o pagamento das despesas da operação. E enquanto este recurso não for efetivamente utilizado será aplicado em títulos públicos federais ou quaisquer outros investimentos de baixo risco, com o objetivo de manter o seu valor real. (XAVIER, 2014, p.62)

Em conformidade com o § 7º do Art. 36º da Lei Complementar Municipal nº 101, o percentual de 3% das CEPACs será destinado para a área de preservação do Patrimônio Material e Imaterial. Também alinhado ao ideal de valorização e investimento cultural na região, o AquaRio, a Pinacoteca, o Píer Mauá e o Museu do Amanhã ficam isentos da compra de CEPACs. Detalhes como estes evidenciam o quanto o projeto se escora na arte/cultura/lazer e superestima o turismo como fonte de divisas e de empregos diretos e indiretos. O potencial turístico guia os investimentos, na medida em que incorpora, e até perverte, o que considera preocupação econômica, cultural e social da população local. (XAVIER, 2014, p.63)

O setor viário representa uma preocupação tão vistosa quanto duvidosa do projeto. De modo amplo, a mobilidade é um dos problemas que mais se agudizam nos grandes centros urbanos, e assim ocorre na cidade do Rio de Janeiro. Nesta operação de concentração de esforços em uma área específica, entre as ações para mitigar os problemas viários constam a construção de duas vias, a Binário e a Expressa, três túneis (do Binário, da Saúde e da Expressa), e ruas com uma concepção de tráfego que privilegia pedestres, bicicletas e convergências. Consta ainda a implantação de um Veículo Leve sobre Trilho – VLT (figura 14) integrando a região portuária a barcas, trens, metrô, ônibus, rodoviária e aeroporto. (XAVIER, 2014, p.20)



Figura 14 - VLT Carioca (fonte: vltrio.com.br)

Um dos principais elementos urbanos considerados responsáveis pela degradação urbana da região é o elevado da perimetral. O qual, enquanto marco da reabilitação proposta, foi totalmente demolido. A demolição deste elevado é entendida como um ato em consonância com os discursos atuais de sustentabilidade ambiental urbana. Na medida em dá lugar ao uso do espaço citadino aos pedestres, em detrimento ao espaço destinado aos veículos. Segundo o ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2013), “quando vias expressas de acesso limitado são forçadas sobre o traçado urbano, elas criam barreiras que acabam reduzindo uma característica essencial das cidades, sua vitalidade”.

Segundo informações publicadas no site do Porto Maravilha (PortoMaravilha.com.br), o Veículo Leve sobre Trilhos ligará o Centro e Região Portuária em 28km e 32 paradas. O mapa apresentado na figura 15 mostra a previsão das paradas projetadas para o VLT. O projeto fortalece o conceito de transporte público integrado ao conectar metrô, trens, barcas, teleférico, BRTs, redes de ônibus convencionais e aeroporto (Santos Dumont). Cujo funcionamento promete ser 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana, com capacidade de transportar 300mil passageiros diariamente.



Figura 15 – Traçado das paradas do VLT Carioca (fonte: vltrio.com.br)

A distância média entre as paradas será de cerca de 400 metros. Cada composição comportará 420 passageiros e o tempo máximo de espera entre um trem e outro vai variar de 3 a 15 minutos, de acordo com a linha. Os trens não tem fios superiores em rede aérea e em consonância com a proposta de desobstrução, ou poluição, da paisagem urbana, e são alimentados por duas fontes de energia: um terceiro trilho energizado e supercapacitores. O VLT do Rio, portanto, será um dos primeiros do mundo projetado totalmente sem catenárias (cabos para captar energia elétrica em fios suspensos). O abastecimento de energia é feito pelo sistema APS (alimentação pelo solo), através do terceiro trilho supracitado, já implantado com sucesso em diversas cidades europeias.

O projeto prevê a entrega e operação de 32 trens de 3,82 metros de altura, 44 metros de comprimento por 2,65 metros de largura, com capacidade para 420 passageiros. Os trens serão bidirecionais e compostos, cada um, por 7 módulos articulados. Cada VLT é equipado com 8 portas por lateral.

As plataformas de embarque serão totalmente acessíveis a todos os usuários, contando com linha de piso tátil em toda a sua extensão e rampas de acesso suaves e antiderrapantes. O VLT também possui piso rebaixado, que

garante uma melhor acessibilidade aos vagões e ar condicionado que manterá o clima interno entre 20°C e 24°C.

Outra questão delicada do Projeto Porto Maravilha é a social. Está entre as bases das operações urbanas consorciadas ações com vistas às melhorias sociais. Para atender a este desafio foi criado o Programa Porto Maravilha Cidadão. A função deste programa é articular ações do poder público com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que vive na região. Todavia, o sucesso deste programa depende em grande medida da permanência dos moradores nesta região, fato que o avanço do Projeto Porto Maravilha vem colocando como improvável. (XAVIER, 2012, p.21)

Embora entre as linhas bases do Projeto Porto Maravilha esteja a permanência e valorização da população local, a especulação imobiliária insuflada pelas melhorias urbanas, mais para desgosto que para surpresa, geraram um grave problema habitacional que afetou diretamente a população de baixa renda, residente nos característicos morros, favelas e cortiços da região. Seja para a implantação de melhorias, seja em virtude da valorização dos terrenos e imóveis, inúmeras são as denúncias de despejos e violações de legais relativas ao direito à moradia em face ao Projeto Porto Maravilha. (XAVIER, 2012, p.21)

O desenvolvimento cultural também está inscrito entre as bases das operações urbanas consorciadas. E para tal efeito foi criado o Programa Porto Maravilha Cultural, para a valorização do patrimônio histórico e cultural tão rico da região portuária, tida como berço da cultura da cidade do Rio de Janeiro. O programa volta-se para o inventário, recuperação e restauração material do patrimônio artístico e arquitetônico; valorização do patrimônio cultural imaterial; preservação e valorização da memória local; e a exploração econômica do patrimônio material e imaterial, como não poderia deixar de ser. (XAVIER, 2012, p.21)

Alguns empreendimentos são considerados 'catalisadores' de investimento na área, como é o caso do Museu do Amanhã e do MAR – Museu de Arte do Rio. Outros edifícios históricos estão sendo restaurados na região, como é o caso do edifício A Noite, Moinho Fluminense, dentre tantos outros armazéns e galpões,

segundo Xavier (2012, p.21). A Figura 16 ilustra a nova paisagem urbana da Praça Mauá após as intervenções de reabilitação do Porto Maravilha.



Figura 16 – Nova Paisagem Urbana do Porto Maravilha (Fonte: PortoMaravilha.com.br)

Adicionalmente, o discurso implementado no Projeto Porto Maravilha para a derrubada da Perimetral é relativo ao resgate da paisagem urbana histórica da região. O qual, devido ao aumento dos gabaritos, não será preservado. Remete-se, então, a decisão da derrubada da perimetral não mais a um discurso de sustentabilidade ambiental urbana, mas sim a retirada de um elemento que não seria financeiramente propício a especulação imobiliária na região.

As intervenções como a do Porto Maravilha, baseadas em intervenções urbanas de grande porte, podem auxiliar no entendimento contemporâneo sobre as mudanças da dinâmica da economia mundial e seus pares: o Estado e a sociedade civil. A divulgação das ações também vem demonstrando que o que é legado da história urbana tem se transformado em turístico; o que é manifestação cultural projeta-se como opção de lazer irrefletido, e o que é necessidade social transforma-se em objeto de consumo ou contemplação (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.50; Xavier, 2014)

Em termos da infraestrutura local, também com vistas ao resgate da paisagem urbana da região, todas as instalações elétricas e de telefonia estão sendo enterradas. Uma nova rede de esgoto, abastecimento de água, gás e de águas pluviais está sendo construída na região.



Figura 17 - Instalações enterradas (Fonte: portomaravilha.com.br)

A revitalização da zona portuária como parte de uma estratégia de reabilitação do centro do Rio de Janeiro pode estar na contramão da grande massa de investimentos imobiliários dos últimos anos, destinados prioritariamente à Barra da Tijuca, mas anda perfeitamente afinada com a tendência daquelas metrópoles mundo afora que souberam recuperar suas antigas docas e investir em suas áreas centrais promovendo novos usos, um tecido urbano denso e plural e valorizando o espaço público, base territorial da cidadania.

4.5.A Reabilitação da Região Portuária do Rio de Janeiro e sua Paisagem Urbana Histórica

De acordo com o conceito e abordagem da paisagem urbana histórica instituída pela Unesco a partir de 2011 e cuja sistemática foi apresentada no capítulo 2, será feita a seguir uma análise da preservação da paisagem urbana da região portuária baseada nessas premissas. E, ainda, se a atual reabilitação pela qual essa região vem passando estaria enquadrada dentro das recomendações apontadas pela Unesco.

A primeira grande mudança na paisagem urbana histórica da região portuária deu-se ainda no início do século XX, quando do processo de renovação urbana que deu origem ao aterro que hoje é o Porto do Rio de Janeiro, nos Melhoramentos Urbanos promovidos pelo então prefeito Pereira Passos. Além da

construção de uma grande área de aterro, vários armazéns foram construídos no local para dar lugar aos antigos trapiches, conforme já explicitado neste capítulo.



Figura 18 - Evolução da Paisagem Urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro

Assim, ao longo de todo o século XX vários edifícios foram sendo erguidos na região. O primeiro arranha céu da cidade, o edifício A Noite, inaugurado em 1928, com 22 andares, marca a transição dessa paisagem urbana que começa a ver nascerem grandes edifícios em toda sua extensão.

Já no início do século XXI, conforme exemplificado pela figura 18, consolida-se a era dos edifícios de mais de 20 andares, principalmente no centro da cidade, ao longo da avenida Rio Branco. Na extensão da costa portuária, matem-se os edifícios baixos, ao longo da linha do cais e, também, vários galpões industriais na região.

Com o aumento dos gabaritos possíveis através da aquisição de cepacs a paisagem urbana da região terá sido alterada drasticamente. A figura 19 mostra como a relação das montanhas com o mar será prejudicada tendo como visada o ângulo daqueles que chegam de navio até o porto de passageiros.



Figura 19 - Nova Paisagem Urbana do Porto do Rio (fonte: portomaravilha.com.br)

Em termos do que a abordagem da paisagem histórica urbana sob o ponto de vista da gestão desse espaço, um Estudo de Impacto de Vizinhança foi desenvolvido contendo uma análise dos aspectos de preservação do patrimônio histórico local. Ainda, a participação popular se dá por meio de um Conselho Comunitário de Segurança. O conselho é um órgão consultivo onde são apresentadas mensalmente ideias e ações de políticas públicas. O objetivo do conselho é envolver agentes sociais locais na discussão, análise, planejamento e acompanhamento das soluções de problemas de segurança, obras e dos serviços da Região Portuária.

Uma outra iniciativa que vem sendo feita em intervenções em núcleos históricos e que também contribui para a preservação de sua paisagem urbana é o aterramento de todas os sistemas aéreos de energia, telefonia e rede de dados. Ao se enterrarem esses sistemas, a paisagem histórica é valorizada, tendo em vista a redução da poluição tecnológica tão comum nas cidades brasileiras.

O que se observa, de modo geral, é a apropriação da paisagem urbana histórica de forma a valorizar os novos empreendimentos que surgem na região.

4.6. Avaliação das Características de Sustentabilidade aplicáveis a Centros Históricos

4.6.1. Mobilidade Verde

O atual projeto do porto maravilha prevê a construção de 17 km de ciclovias na área do porto. A figura 21 mostra as ruas que possuem previsão de receberem a instalação de ciclovias na área de estudo deste trabalho.



Figura 20 – Mapa Cicloviário da Região Portuária (fonte: portomaravilha.com.br)

Adicionalmente, o projeto atual prevê a obrigatoriedade de instalação de paraciclos e bicicletários nos edifícios novos sendo erguidos na região.

Em algumas ilustrações do projeto que constam no site da Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha, observa-se que o traçado das ciclovias (representado em vermelho na Figura 21) é sinuoso, principalmente no trecho que compreende os corredores verdes criados próximos a Praça Mauá.



Figura 21 - Traçado da Ciclovía (fonte: portomaravilha.com.br)

4.6.1.1. Críticas e Sugestões

A avaliação da iniciativa de se incorporar o deslocamento através da bicicleta é positiva, tendo em vista que, utilizando-se a integração intermodal, viabiliza-se o uso da bicicleta como meio de transporte para os moradores de outros bairros do Rio de Janeiro, não apenas aqueles que residem no centro da cidade.

Porém, nas vias onde não há instalação de ciclovias, deve-se instalar ciclofaixas, de forma que os ciclistas possam circular por todas as vias do bairro com segurança.

Mesmo que os edifícios novos tenham obrigatoriedade de instalarem paraciclos e bicicletários, necessita-se de paraciclos e bicicletários públicos, que possam ser utilizados por todas as pessoas que circulam na região.

Um exemplo a ser implementado também na região portuária e já foi utilizado na orla de Copacabana, é a instalação de paraciclos em locais reservados para estacionamento de carros. Trata-se de uma solução simples e que pode ser utilizada de forma imediata, além de ocupar a vaga dos carros, cujo uso é não só desestimulado como 'inviabilizado'.



Figura 22 - Paraciclo instalado em Copacabana (fonte: Google Images)

Adicionalmente, o traçado da ciclovia no atual projeto apresenta-se de forma não eficiente. Ele é dotado de várias curvas que aumentam o seu percurso de forma significativa, portanto, este trajeto deve ser alterado. Preferencialmente, por um traçado em linha reta.

O traçado sinuoso é interessante se o objetivo único da ciclovia é para recreação. Porém, em um ambiente em que se está tentando incorporar o uso da bicicleta no cotidiano da população, este traçado não é o mais adequado.

Além disso, as dimensões da ciclovia também devem ser levadas em consideração.

Para uma definição quanto às dimensões da ciclovia a ser construída, faz-se necessário um estudo de demanda do uso de bicicletas na região. A tabela a seguir apresenta as dimensões mínimas de uma ciclovia de acordo com suas características e volume de tráfego esperado por hora.

	Volume de tráfego (bicicletas / hora)	Largura efetiva
Ciclo-faixa unidirecional	Todos	1,80 m (externa)
		1,20 m (interna)
Ciclovia unidirecional	Até 1.000 bic/hora	De 2,00 m a 2,50 m
	De 1.000 a 2.500 bic/hora	De 2,50 m a 3,00 m
	De 2.500 a 5.000 bic/hora	De 3,00 m a 4,00 m
	Acima de 5.000 bic/hora	De 4,00 m a 6,00 m
Ciclovia bidirecional	Até 1.000 bic/hora	De 2,50 m a 3,00 m
	De 1.000 a 2.500 bic/hora	De 3,00 m a 4,00 m
	De 2.500 a 5.000 bic/hora	De 4,00 m a 6,00 m
	Acima de 5.000 bic/hora	Maior que 6,00 m
Sobrelargura mínima		0,50 m

Figura 23 - Tabela de dimensões de ciclovia em função do volume de tráfego (Fonte: Plano Diretor Ciclovário de Porto Alegre)

Assim, assumindo a necessidade de construção de uma ciclovia bidirecional, esta deverá ter 4,0m de largura para que possa dar vazão a um volume de tráfego de 2.500 bicicletas por hora.

A ciclovia proposta no projeto atual, mesmo que ainda sem detalhamento de projeto, tendo apenas como base as ilustrações divulgadas no site do Porto Maravilha, possuem largura equivalente à sugerida (4,00m), apesar de não haver sinalização de via dupla.



Figura 24 - Ciclovia da via expressa (Fonte: portomaravilha.com.br)

4.6.2. Infraestrutura Sustentável

No projeto Porto Maravilha estão previstos diversos equipamentos urbanos relacionados a criação de áreas de convivência, como corredores verdes, praças e áreas de lazer.

Todo o antigo traçado do Elevado da Perimetral, já integralmente demolido, dará lugar a um passeio público que se estende desde o Armazém 6 na Rodrigues Alves, passando pela Praça Mauá, Praça XV, até a altura do Museu Histórico Nacional. O traçado do referido passeio público, batizado de “Orla Conde”, possui no seu entorno vários pontos culturais, 27 no total, os quais estão listados na figura 25.

PONTOS CULTURAIS



Figura 25 - Traçado da Orla Conde e Pontos Culturais (Fonte:PortoMaravilha.com)

Como se trata de uma boulevard, todo o caminho proposto pelo projeto é composto por um novo mobiliário urbano, incluindo novos bancos de concreto, lixeiras, caixas semáforas, bancas de jornal, relógios e abrigos de ônibus desenhados pelo arquiteto Índio da Costa. Para a iluminação pública também estão previstas a instalação de postes com iluminação de LED, os quais são mais duráveis e econômicos. Toda a rede elétrica que alimentará esses postes de iluminação serão subterrâneas.

Pensando na facilidade de manutenção, durabilidade e reposição das peças de calçamento das vias públicas, as pedras portuguesas serão substituídas por três materiais diferentes: granito, intertravado e concreto sarrafeado, determinados de acordo com a hierarquia das vias, de forma a diferenciar as vias primárias das secundárias. Na figura 25 pode ser observado como ficará um dos trechos do passeio público, na altura dos armazéns do porto e moinho fluminense.



Figura 26 - Passeio Público altura do moinho fluminense (fonte: PortoMaravilha.com)

Assim, o projeto paisagístico da região prioriza o plantio de árvores nativas como o Oiti, Ipê Roxo, Pau-Brasil, Cordia e o Ipê amarelo. Existe ainda, como projeto da intervenção, a criação de um circuito histórico e arqueológico da Celebração da Herança Africana, onde os visitantes podem conhecer pontos turísticos como o Cais do Valongo, Jardim Suspenso do Valongo, o Centro Cultural José Bonifácio, a Pedra do Sal, Largo do Depósito e o Cemitério dos Pretos Novos. Nesses locais, em específico, estão previstas a utilização de espécies arbóreas originárias da África, como a bisnagueira. Marcando, de fato, o percurso do referido circuito.

4.6.2.1. Críticas e Sugestões

O projeto atual do Porto Maravilha fala em 'requalificação dos espaços públicos'. Porém, a requalificação apresentada não leva em consideração características de sustentabilidade do material que compõem esses espaços.

A área de passeio público proposta para a região próxima aos armazéns do porto, mais especificamente entre a Praça Mauá e o Armazém 6, pode ter suas características urbanas melhoradas a partir da incorporação de pavimentação

permeável ou porosa, de forma a contribuir não só para a drenagem urbana da região mas também para a redução do efeito de ilha de calor. A figura 27 exemplifica o tipo de pavimentação prevista para o local, onde a grande totalidade da área é composta por pavimentação impermeável, de granito. Apenas o trecho por onde passa o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) possui previsão de ser composto por grama, ou seja, com cobertura permeável.



Figura 27 - Área de Passeio Público (Fonte: portomaravilha.com.br)

A pavimentação permeável, também conhecida como “open grid pavement”, ainda que seja implantada apenas em 80% da área de circulação de pedestres, promove a infiltração das águas de chuva e ajuda na redução do efeito das ilhas de calor, tendo em vista que sua refletância é baixa, pois possui vegetação nas suas aberturas.



Figura 28 - Pavimento Permeável (Fonte: Google Images)

Quanto à arborização urbana, o ideal é a utilização de árvores nativas da mata atlântica, como Ipês, Oitis ou a Quaresmeira, o que já é utilizado pelo projeto. Estas são árvores adaptadas ao clima da região e que não necessitarão de irrigação após a pega, além de alcançarem alturas medianas, de até 5m.

Em relação à pavimentação das vias e calçadas, sugere-se a utilização dos pavimentos porosos, que possuem a capacidade de infiltração das águas da chuva, apesar de possuírem altos índices de refletância (não contribuem de forma eficiente para a redução das ilhas de calor).

A seguir, a figura 29 mostra o funcionamento do pavimento poroso, que pode ser de cimento ou mesmo de material asfáltico (asfalto poroso).

Ambos os tipos de pavimentos contribuem para a redução dos volumes de água que devem ser escoados pelo sistema de drenagem urbano da região. Contribuindo, portanto, para a redução de enchentes e alagamentos, principalmente nos horários de chuva mais intensa.

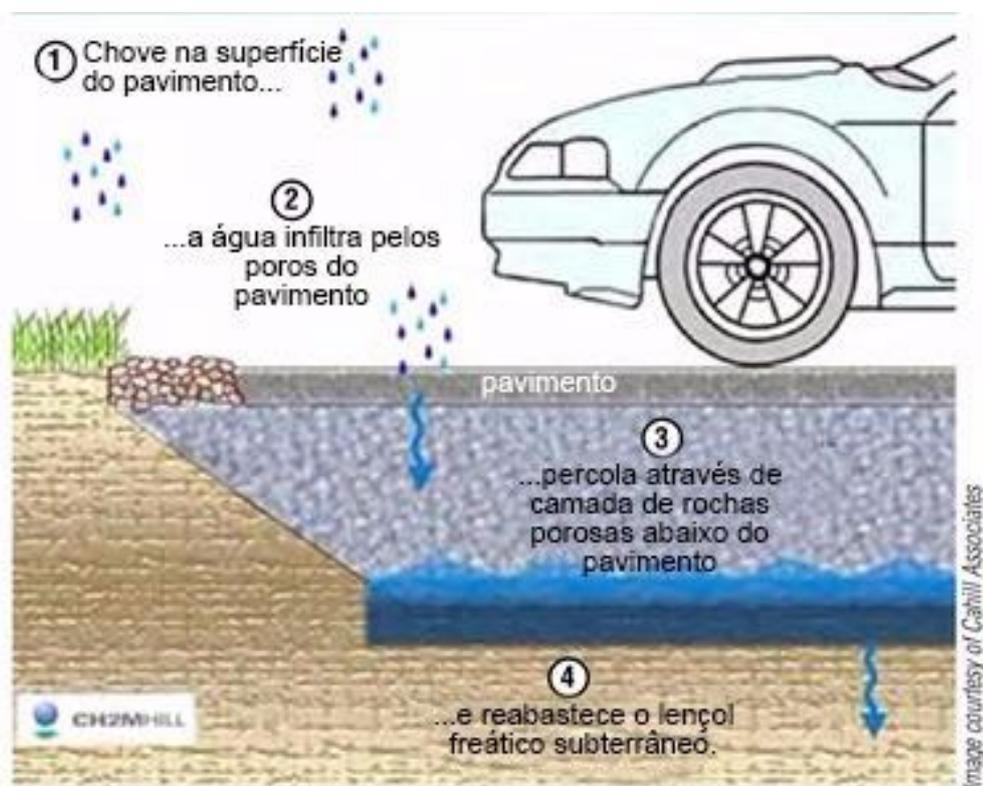


Figura 29 - Pavimento Poroso (Fonte: Google Images)

Em relação à iluminação pública, devem ser utilizadas lâmpadas de LED, as quais consomem menos energia. Adicionalmente, utilizar painéis fotovoltaicos para

fornecimento de energia que alimenta as lâmpadas. Nesse caso, não haveria necessidade de instalação de uma rede elétrica para energizar os postes de iluminação, uma vez que o abastecimento seria totalmente independente, gerado a partir da energia solar.

Um projeto de iluminação pública interessante e que se adapta ao clima brasileiro é o de postes de luz elaborado pelo design Adam Miklosi, denominado “Mango” (figura 30). Com o formato de folhas, o poste possui painéis fotovoltaicos instalados para geração de energia que abastece as lâmpadas de LED e, ainda, há uma turbina instalada em sua haste principal que oferece a possibilidade de geração de energia movida a água da chuva. O formato das folhas auxilia na captação dessas águas, que também são aproveitadas para abastecimento das lâmpadas de LED. Mostrando-se uma alternativa para os dias de chuva.



Figura 30 - Postes de Iluminação Pública (Fonte: Google Images)

A figura 31 ilustra o sistema de funcionamento deste equipamento urbano.



Figura 31 - Sistema de funcionamento do "Mango" (Fonte: Google Images)

Há, ainda, a possibilidade de se ter duas variações do equipamento. Com apenas uma folha ou dupla (figura 32).



Figura 32 - Variações do equipamento (Fonte: Google Images)

Para a Praça Mauá, a proposta é a utilização de pavimentação permeável, aliada a áreas de pavimentação porosa. De forma que toda a praça possa colaborar para a drenagem urbana da região. O que se observa atualmente é uma superfície totalmente impermeável em uma área que historicamente sofre com inundações e enchentes em dias chuvosos (figura 33).

Assim, sugere-se a criação de reservatório de retenção permeável, que acumulem água apenas nos momentos de maior índice pluviométrico e que possam escoar essas águas quando o sistema de drenagem não estiver sendo tão solicitado. Esse reservatório estará instalado na superfície imediatamente inferior a pavimentação da Praça Mauá.



Figura 33 - Praça Mauá - projeto atual (Fonte: portomaravilha.com.br)

Nas calçadas, deve-se ter o cuidado adicional de se manter faixas mínimas de distância para cada tipo de uso. Na faixa de serviço, estará localizada a arborização e equipamentos como postes de iluminação pública, lixeiras, hidrantes. A faixa livre é destinada ao uso dos pedestres e ciclistas. Já a faixa de acesso seria aquela a ser utilizada pelos pedestres para entrada ou saída de pontos de comércio, lojas e residências. Uma ilustração desses espaços pode ser observada na figura 34.



Figura 34 - Divisão das Calçadas (Fonte: Google Images)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Porto e a cidade estão profundamente ligados na constituição da singularidade carioca e determinam muitas características que se desdobram em urbanidades singulares: a cultura urbana, a composição social, as relações da cidade com o país e com o mundo.

Sob o ponto de vista da sustentabilidade urbana da região, a intervenção carrega características que remetem a uma melhoria da qualidade ambiental urbana na área de intervenção. Porém, a qualidade dos revestimentos de equipamentos urbanos como calçadas, praças e até as próprias ruas e avenidas, poderiam ter levado em conta questões como a sustentabilidade desses materiais.

No Porto Maravilha, o reaproveitamento do ambiente construído herdado implica em uma redução no consumo de materiais, bem como o aumento do ciclo de vida das construções existentes nesses locais. Adicionalmente, a reabilitação dos núcleos urbanos históricos, promovendo o adensamento urbano, contribui para evitar a expansão do tecido urbano. Ainda que, no Rio de Janeiro, viva-se a *esquizofrenia urbana* de, ao mesmo tempo em que se investe em reabilitação de centros urbanos, invista-se na expansão de bairros em novas frentes de urbanização. No entanto, o aproveitamento das infraestruturas de transportes e serviços existentes na região portuária contribui para características de sustentabilidade urbana como a de cidade compacta e multiplicidade de usos, uma vez que se incorpora também o uso residencial nesses espaços ocupados pelo uso comercial.

No entanto, o que se observa como consequência da intervenção é o fenômeno social denominado *gentrificação*. Em que no espaço urbano reabilitado, renovam-se também as classes sociais que o habitam. Onde a valorização imobiliária expulsa os habitantes de baixa renda para dar lugar a classes sociais mais altas.

Por fim, observa-se ainda a reabilitação urbana do século XXI a busca por urbanidades características da cidade do século XIX, anterior aos processos de

renovação urbana de discurso modernista. Urbanidades estas entendidas como qualidades urbanas como o encontro, a coexistência, a vida pública em um espaço seguro, onde há preservação de laços identitários da população com o lugar em que vivem e habitam.

A respeito da preservação da paisagem urbana histórica, de acordo com as recomendações elaboradas pela Unesco, uma grande parte das ferramentas de gestão não estão sendo utilizadas nesse espaço. Ainda, apesar de não fazer parte da paisagem cultural urbana inscrita na Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade, a região portuária seria um local onde grande parte da abordagem da paisagem urbana histórica poderia estar sendo implementada. Tendo em vista seu rico patrimônio histórico e a composição de sua paisagem urbana ter se desenvolvido também entre o mar e a montanha, justificativa de inscrição do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial. Assim, o que se observa é que a preservação da paisagem urbana histórica da região leva em consideração, ainda em parcialmente, as premissas da abordagem pela Unesco. Porém, o resultado provindo do aumento dos gabaritos de toda a extensão das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves é o da perda da perspectiva que privilegia a paisagem cultural da região.

Como considerações para trabalhos futuros sugere-se o estudo da legislação das APACs – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, sob o ponto de vista da abordagem da Paisagem Urbana Histórica da Unesco. Elencando-se quais instrumentos poderiam contribuir para a preservação das paisagens culturais quando há intervenções urbanas de grande magnitude, como a do Porto Maravilha.

Ainda, no que tange a preservação do patrimônio urbano histórico, sugere-se o estudo da iluminação especial para os monumentos e fachadas de edifícios históricos. Os quais são iluminados no intuito de chamar atenção para a fachada, criando-se uma impressão agradável aos olhos dos transeuntes. A partir desse estudo, propor soluções sustentáveis para essa intervenção, que não poluam a visão noturna e que preservem ao máximo as espécies da fauna noturna que possa habitar a região.

Existem, ainda, os equipamentos urbanos para o patrimônio, que não foram abordados nesse trabalho e que podem ser objeto de estudo futuramente. Esses equipamentos são aqueles voltados para informação sobre o bem histórico presente naquele local, contribuindo também para a educação patrimonial, pois tratam-se de totens com informações históricas e arquitetônicas do monumento histórico. O Iphan possui vasta legislação sobre o tema, incluindo também a padronização das placas de sinalização fornecidas pela Unesco para bens considerados Patrimônio Mundial da Humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997

ARQUIVO DA CIDADE. **Memória da Destruição: Rio – Uma história que se perdeu**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

CARLOS, Claudio Antonio S. Lima. **Um Olhar Crítico à Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Publicado em *Bitacora* 12 (2) 2010: 23-54. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. Disponível em: <<https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/>>.

CARVALHO, Thais Scoralich. **Gloria Palace Hotel: um estudo dos aspectos de sustentabilidade no retrofit de um hotel histórico**. Monografia de final de curso (graduação). Escola Politécnica/UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP/Estação Liberdade, 2001.

CRISPIM, Felipe Bueno. **A Paisagem Cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: Julho 2011.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **O Patrimônio e as Paisagens: Novos Conceitos para Velhas Concepções?**. In *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, nº 32. São Paulo, p.83-118, 2013.

FOWLER, P. J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**. UNESCO: Paris, 2003, 133 p. (*World Heritage Papers*, n. 6). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso em 15 de Dezembro de 2015.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1998.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

MELLO, Fernando Fernandes de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas**. Dissertação. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A Cidade Contemporânea entre a *tábula rasa* e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Sustentabilidade nas Cidades: Preservação dos Centros Históricos**. Revista Eletrônica Arquitextos, ano 11, Outubro 2010. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.125/3569>>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

PETRONCELLI, E. **The Rules of The Historical Town for Sustainable Urban Development**. City & Time 5, 2011. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em 01 maio de 2013 às 9:35.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel – 1ª edição – São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSSER, Mechtild. **Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes**. In: Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation, p.10-15. Published in 2003 by UNESCO world Heritage Centre.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.

SAUER, Carl O. **The Morphology of Landscape**. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315.

TURAZZI, Maria Inez. **Um Porto para o Rio: Imagens e Memórias de um album centenário**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3ª Edição. Barueri: Manole, 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria da Cultura, 1998.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

XAVIER, Priscilla Oliveira. **Do Porto ao Porto Maravilha: Considerações sobre os discursos que (re)criam a cidade**. Dissertação. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural Brasileira: do Conceito à Prática**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v. 5, n.2, jul./dez 2012.